



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA CAROLINE IRINEU

INFÂNCIA(S), CRIANÇAS E INTERSECCIONALIDADE – ANÁLISE DA
PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

CURITIBA

2022

ANA CAROLINE IRINEU

INFÂNCIA(S), CRIANÇAS E INTERSECCIONALIDADE – ANÁLISE DA
PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Catarina Moro

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DO CAMPUS REBOUÇAS

Irineu, Ana Caroline.

Infância(s), crianças e interseccionalidade : análise da produção acadêmica brasileira na área de Educação Infantil / Ana Caroline Irineu. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Orientadora: Profª Drª Catarina Moro

1. Educação – Estudo e ensino. 2. Educação infantil. 3. Educação de crianças. 4. Educação – Pesquisa. I. Moro, Catarina. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **ANA CAROLINE IRINEU** intitulada: **INFÂNCIA(S), CRIANÇAS E INTERSECCIONALIDADE: ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA NA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, sob orientação da Profa. Dra. CATARINA DE SOUZA MORO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua **APROVAÇÃO** no rito de defesa.

A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Junho de 2022.

Assinatura Eletrônica
13/07/2022 09:50:33.0
CATARINA DE SOUZA MORO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
12/07/2022 13:09:52.0
MARIA LETÍCIA BARROS PEDROSO NASCIMENTO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
12/07/2022 16:40:42.0
ANGELA MARIA SCALABRIN COUTINHO
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
12/07/2022 14:28:10.0
LUCIMAR ROSA DIAS
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Aos meus pais, com amor.

AGRADECIMENTOS

Como se nossos mil pais e mais as nossas mil mães coincidissem em parte, como se fôssemos por aí irmãos, irmãos uns dos outros. Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós. (Valter Hugo Mãe em O filho de mil homens).

Agradeço a Deus pelo amor e cuidado com a minha vida. E por sustentar a minha fé e esperança em um mundo melhor.

Agradeço à minha mãe, Cleonice, que é minha maior incentivadora e que sempre me escuta e me aconselha com paciência, acolhimento e amor.

Agradeço ao meu pai, Edu (*in memoriam*), que não está mais aqui em presença física, mas que deixou profundas marcas de afeto ao longo da minha infância, e por isso, serei sempre grata.

Agradeço à minha irmã Patrícia, pelas risadas e companhia de sempre. Aos meus sobrinhos Lucas e Eduarda, que só me dão alegria.

Agradeço à professora Catarina Moro, que generosamente me orientou nesse período, e que mesmo em formato remoto me acolheu de modo que o distanciamento físico não fosse um impedimento para a criação de vínculos. Agradeço aos apontamentos e indicações na construção do texto, fundamentais para a constituição da pesquisa e da minha formação acadêmica.

Agradeço também às professoras e colegas da linha “Diversidade, Diferença e Desigualdade Social em Educação” pelo empenho dedicado em fazer com que as aulas remotas fossem possíveis. Foram momentos de grande aprendizado para mim.

Às professoras Ângela Coutinho, Lucimar Dias e Maria Letícia Nascimento agradeço a leitura cuidadosa do texto para a banca de qualificação, e, sobretudo, as possibilidades de diálogo, que para mim são sempre formativos e inspiradores.

Agradeço a oportunidade de ter estudado na Universidade Federal do Paraná na graduação em Pedagogia e agora no Mestrado em Educação. Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa. Agradeço às políticas públicas que me permitiram estar aqui.

Muito obrigada!

Deixo fluir tranquilo
Naquilo tudo que não tem fim
Eu que existindo tudo comigo, depende só de mim
Vaca, manacá, nuvem, saudade
Cana, café, capim
Coragem grande é poder dizer sim
(Caetano Veloso)

RESUMO

A presente dissertação teve como objetivo investigar a presença da interseccionalidade, seja como conceito ou como ferramenta analítica, nas produções acadêmicas brasileiras da área de Educação Infantil (1999-2020). A interseccionalidade surge a partir da teorização de mulheres negras, especialmente no campo do feminismo negro, com teóricas como Kimberlé Crenshaw (1989), Lélia Gonzalez (1984), Sueli Carneiro (2017), Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) e Angela Davis (2010), a fim de observar os efeitos das intersecções entre categoriais sociais ou identidades e seus efeitos nas condições de desigualdades vividas por essas mulheres. Com sua crescente expansão para outros campos de análise, os estudos sobre infância também têm enfrentado o desafio de trabalhar com esse conceito para investigar as experiências vividas pelas crianças em diferentes condições. No Brasil, muitas pesquisas realizadas com ou sobre crianças são realizadas ou tomam como referência os contextos educacionais, portanto, essa área possui uma vasta produção de pesquisas com ou sobre crianças, tornando-se foco de investigação deste trabalho. O referencial teórico se apoia nas pesquisas da área da Educação Infantil e nas concepções de infância(s) e crianças defendida pelos Estudos Sociais da Infância e principalmente pela Sociologia da Infância. Para investigar a presença da interseccionalidade nessas produções, foi realizada uma pesquisa qualitativa com a metodologia de revisão sistemática, apoiada em autores como Ângelo Domingos Salvador (1978), Norma Ferreira (2002), Joana Romanowski e Dilmire Vosgerau (2006), Bernadete Gatti (2006; 2012), Geraldina Witter e Giovana Paschoall (2010), Taís Freire Galvão e Maurício Gomes Pereira (2014) e na abordagem de Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin (2016). A busca de teses e dissertações foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações e a busca de artigos nas plataformas SciELO e Educ@ SciELO, a partir do cotejamento dos descritores referentes às categoriais definidas: interseccionalidade, raça, gênero, etnia, geração, deficiência, classe, diversidade e desigualdade. Por meio dos trabalhos encontrados, foi possível organizar cinco categorias de análise que contemplam esses descritores (28 produções). As análises dessas produções indicam que a presença do conceito de interseccionalidade é recente na área da Educação Infantil, tendo sido encontrado nas pesquisas situadas temporalmente após os anos 2010 com um aumento progressivo da presença do conceito nesses trabalhos nos últimos anos. Nas demais pesquisas, embora o conceito não tenha sido mencionado, há um esforço em considerar mais de uma variável de análise, principalmente nas discussões sobre gênero e raça. Nesse sentido, há uma lacuna de pesquisas sobre interseccionalidade e infância na Educação Infantil que foquem nas categoriais de idade, geração e deficiência. Também se percebe um quantitativo maior de pesquisas qualitativas do que as quantitativas ou que trabalhem com a articulação metodológica quanti-qualitativa. As considerações apontam para a relevância do uso da interseccionalidade para desvelar as condições de desigualdades na vida de bebês e crianças pequenas, mas também para a necessidade de mais investigações sobre os desafios que o uso dessa ferramenta impõe e sua articulação com pesquisas que considerem as crianças em contextos diversos.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Educação Infantil; Revisão sistemática; Sociologia da Infância; Intersecções.

ABSTRACT

The goal of this dissertation was to investigate the presence of intersectionality, either as a concept or as an analytical tool, in Brazilian academic productions of Early Childhood Education (1999-2020). Intersectionality comes from the theorization of black women, especially in the field of black feminism with social theories such as Kimberlé Crenshaw (1989), Lélia Gongalez (1984), Sueli Carneiro (2017), Patricia Hill Collins and Sirma Bilge (2021) and Angela Davis (2010), in order to observe the effects of intersections between social categories or identities and its effects on the conditions of inequality experienced by these women. With its increasing expansion to other fields of analysis, studies about childhood also have as a challenge working with this concept to investigate the experiences lived by children in different conditions. In Brazil, many researches with or about children are carried out or take educational contexts as a reference, therefore, this area has a vast production of research with or about children, becoming the focus of investigation of this work. The theoretical framework is based on research in the area of Early Childhood Education and on the Conceptions of childhood and children defended by Social Studies of Childhood and especially by the Sociology of Childhood. To investigate the presence of intersectionality in these productions, a qualitative research was carried out with a systematic review methodology, proposed by authors such as Ângelo Domingos Salvador (1978), Norma Ferreira (2002), Joana Romanowski and Dilmire Vosgerau (2006), Bernadete Gatti (2006; 2012), Geraldina Witter and Giovana Paschoall (2010), Taís Freire Galvão and Maurício Gomes Pereira (2014) and in the Content Analysis approach proposed by Laurence Bardin (2016). The search for theses and dissertations was conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations and the search for articles on the SciELO and Educ@ SciELO platforms, based on the comparison of the descriptors referring to the defined categories: intersectionality, race, gender, ethnicity, generation, disability, class, diversity and inequality. Through the works found, it was possible to organize five categories of analysis that include these descriptors (28 productions). The analysis of these productions indicate that the presence of the concept of intersectionality is recent in the area of Early Childhood Education, having been found in research located temporally after the 2010s with a progressive increase in the presence of the concept in these works in recent years. In other studies, although the concept was not mentioned, there is an effort to consider more than one analysis variable, especially in discussions about gender and race. In this regard, there is a lack of research on intersectionality and childhood in Early Childhood Education focusing on age, generation and disability categories. There is also a greater number of qualitative researches than quantitative ones or that work with the quantitative methodological articulation. The considerations point to the relevance of the use of intersectionality to reveal the conditions of inequality in the lives of infants and young children, but also to the need for more investigations into the challenges that the use of this tool imposes and its articulation with research that considers children in different contexts.

Keywords: Intersectionality; Early Childhood Education; Systematic review; Sociology of Childhood; Intersections.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DAS ETAPAS REALIZADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

FIGURA 2 – NÚMERO DE PUBLICAÇÕES POR ANO

FIGURA 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – CATEGORIZAÇÃO DOS DESCRITORES UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

QUADRO 2 – COMBINAÇÃO DOS DESCRITORES UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

QUADRO 3 – COMBINAÇÃO DOS DESCRITORES UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

QUADRO 4 – ETAPAS DE SELEÇÃO DOS TRABALHOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

BDTD – Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

CDC - Convenção sobre os Direitos da Criança

CF – Constituição Federal

IBGE – Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

SciELO - Scientific Electronic Library Online

UNICEF – Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 EDUCAÇÃO INFANTIL E INTERSECCIONALIDADES	25
2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFERENÇA E DIVERSIDADE.....	27
2.2 DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – IMPLICAÇÕES PARA A VIDA DE CRIANÇAS PEQUENAS, DESDE BEBÊS	33
3 INFÂNCIA(S), CRIANÇAS E SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA	42
3.1 QUAIS INFÂNCIAS E QUAIS CRIANÇAS? A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSALIDADE DA INFÂNCIA E OS DESAFIOS PARA A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA	43
3.2 INFÂNCIA E INTERSECÇÕES ENTRE CATEGORIAS SOCIAIS: QUAL O LUGAR DA GERAÇÃO?.....	54
4 CAMINHOS METODOLÓGICOS: ESCOLHAS E DESAFIOS NA BUSCA PELO CONCEITO “INTERSECCIONALIDADE” NAS PESQUISAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL	65
4.1 A ESCOLHA E DEFINIÇÃO DOS DESCRITORES E AS ETAPAS DE BUSCA DAS PRODUÇÕES: PRÉ-ANÁLISE	67
4.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS.....	78
5 ANÁLISE DOS DADOS: AFINAL, QUAL A COMPREENSÃO QUE SE TEM SOBRE A INTERSECCIONALIDADE NAS PESQUISAS ENCONTRADAS? ...	84
5.1 EXPLORAÇÃO DOS MATERIAIS E CATEGORIZAÇÃO DOS TEMAS DE ANÁLISE	84
5.1.1 RAÇA/ETNIA.....	87
5.1.2 GÊNERO/SEXUALIDADE.....	92
5.1.3 GERAÇÃO E/OU IDADE	95
5.1.4 DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE	97
5.1.5 INTERSECCIONALIDADE	100
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CAMINHOS A SE PERCORRER.....	104
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE 1 – LISTA DOS TEXTOS ENCONTRADOS EM LÍNGUA INGLESA NA PLATAFORMA GOOGLE SCHOLAR	119

APÊNDICE 2 – LISTA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SELECIONADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA	119
APÊNDICE 3 – LISTA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS INCLUÍDAS APÓS A REVISÃO SISTEMÁTICA	122
APÊNDICE 4 – MODELO DE FICHA DE APONTAMENTO	123
APÊNDICE 5 – FICHAS DETALHADAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS PARA ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE: DISSERTAÇÕES, TESES E ARTIGOS.....	124

1 INTRODUÇÃO

O presente é tão grande, não nos afastemos, não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas. (Carlos Drummond de Andrade, 1940).

Em tempos desafiadores, a esperança no presente da qual Drummond poeticamente nos fala parece ser uma forma bastante apropriada de iniciar este trabalho. A poesia é também uma forma de esperar o mundo, e falar dos desafios no campo da produção de conhecimento que envolve a(s) infância(s) exige de nós tanto esperança quanto compromisso com todas as crianças que compartilham conosco a vida social presente, e que nos interrogam através de suas vidas no que diz respeito às questões políticas, sociais e teóricas na pesquisa acadêmica e nas nossas formas de organização social.

As perguntas iniciais que guiaram o tema desta dissertação buscavam *compreender o modo como a interação entre marcadores sociais de diferença fazem parte da vida das crianças pequenas e atravessam suas relações com o mundo nos contextos da Educação Infantil*, e nesse sentido *qual o potencial da interseccionalidade como uma ferramenta teórica para pesquisas no campo da(s) infância(s)*¹. Sabe-se que interseccionalidade é um conceito cunhado no campo do feminismo negro estadunidense no final da década de 80, que trouxe ampla contribuição para diferentes áreas de produção acadêmica e dos movimentos sociais (COLLINS; BILGE, 2021) por sua capacidade analítica de articular eixos de subordinação, desigualdade ou discriminação (CRENSHAW, 2004) e seus efeitos sobrepostos ou combinados sobre determinados grupos de pessoas.

Sabendo que o Brasil é um país marcado por múltiplas desigualdades a níveis estruturais (ARRETCHE, 2015) é certo considerar que seus impactos atravessam a(s) infância(s) e também as instituições educacionais, e que nesse sentido, uma análise capaz de indicar as intersecções das desigualdades na vida das crianças pode trazer contribuições importantes para se pensar em formas e estratégias para reduzi-las. Como sujeitos histórico-sociais, as crianças de que falamos são reais, concretas, vivem em

¹ Ao longo deste trabalho o termo infâncias (no plural) será utilizado para se referir à diversidade de condições e experiências que as diferentes crianças vivem. O termo infância (no singular) será utilizado para se referir à categoria geracional, pressuposto que integra o campo dos Estudos Sociais da Infância. Sendo assim, o uso da expressão *infância(s)* busca integrar a perspectiva de que a infância é ao mesmo tempo uma categoria geracional, mas que comporta em seu interior uma variedade de infâncias. Essa discussão será retomada e ampliada ao longo da dissertação.

contexto e lidam com aspectos que fazem parte da vida social, mas também possuem potencial inventivo de criar novas formas de estar no mundo e culturas que lhes são próprias e também integradas ao mundo dos adultos (CORSARO, 1997). Nesse sentido, as perspectivas iniciais da pesquisa coadunam com a compreensão de Sarmiento (2008), de que **as crianças constituem parte fundamental para a compreensão da realidade social**, e que, portanto, refletir essas questões a partir da(s) infância(s) contribui também para a compreensão de como a sociedade funciona.

A seguir, considero relevante situar alguns aspectos da minha trajetória que atravessam e dialogam com as escolhas teóricas e metodológicas da pesquisa e também com o contexto em que essa dissertação foi elaborada. O primeiro deles é que minha formação em Pedagogia² me permitiu grande aproximação profissional e teórica com o campo da educação de bebês e crianças pequenas³, esse lugar de onde eu falo não só foi fundamental para delimitar alguns aspectos e recortes necessários na pesquisa como também são particularmente importantes para mim no sentido de reafirmar um compromisso com as crianças e a produção de conhecimento dessa área, sendo assim, o diálogo com a Educação Infantil é fundamental na construção desta dissertação.

Ainda na graduação tive a oportunidade de cursar a disciplina de Estudos da Infância e de me inteirar de alguns aspectos centrais desse campo interdisciplinar composto por um conjunto de áreas, como Antropologia, Psicologia, Geografia, Sociologia, Pedagogia e História da Infância. Posteriormente, a Sociologia da Infância ocupou um espaço importante na minha formação com a elaboração de um trabalho de conclusão de curso sobre participação dos bebês na creche⁴ que teve como base o diálogo com os pressupostos teóricos e metodológicos dessa área. O encontro com a Sociologia da Infância foi um importante momento de repensar a minha formação a partir de um ponto de vista que considera as crianças como sujeitos de direitos, pensar algumas dessas discussões também me levaram a refletir sobre as condições de

² Concluída em 2019, na Universidade Federal do Paraná.

³ Embora se compreenda que os bebês são crianças, a escolha por utilizar esse termo busca dar visibilidade a esse grupo que muitas vezes é invisibilizado sob a categoria “crianças”, quer seja nas pesquisas ou nos serviços a elas destinados. Também tem a intenção de apontar para as desigualdades de idade no contexto da Educação Infantil, especialmente em relação à creche, segmento que se ocupa da educação e cuidado de bebês de 0 a 3 anos.

⁴ IRINEU, Ana Caroline. Participação dos bebês e das crianças bem pequenas no contexto de uma creche pública em Curitiba. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal do Paraná. Orientadora: Profa. Dra. Ângela Coutinho. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B3pIPIL_V-1DeVotSGZHekZFDQ3bkVNcEE5S01oQWYwSHNN/view?resourcekey=0-iDxcoK2wl6M9i8wkd0sTkg

desigualdades que atravessam a vida das crianças, que em certa medida orientaram a intenção inicial desse trabalho, também inspirados nas discussões de pesquisadores da área da Sociologia da Infância⁵.

Essa interlocução entre Educação Infantil e Sociologia da Infância no Brasil faz parte da constituição do campo em âmbito nacional, conforme aponta Nascimento (2011) sobre uma pesquisa realizada acerca da produção brasileira sobre Sociologia da Infância que indica que um conjunto considerável de pesquisas que utilizam a Sociologia da Infância como referencial teórico, o faz a partir de questões e investigações que se referem e compõem a área da Educação Infantil. A relação dessa área com o campo da educação, principalmente com a pedagogia tem sido cada vez mais encontrada em pesquisas de âmbito nacional, conseqüentemente privilegiando investigações com ou sobre crianças em instituições educacionais (creches, pré-escolas e escolas) seja no plano macrossociológico ou microsociológico, tal como nos aponta Oliveira (2018).

Esse diálogo será retomado ao longo deste trabalho por duas razões, a primeira é que a Sociologia da Infância oferece alguns elementos fundamentais para compreensão da infância e sua complexidade ao apresentar um quadro teórico que defende a infância como uma construção social (PROUT; JAMES, 1997), uma categoria social do tipo geracional (QVORTRUP, 2010a, 2011) e as crianças como atores sociais (SARMENTO, 2004; CORSARO, 2011). Essa perspectiva coloca a infância e as crianças em um status diferente do que era a consideração anterior como sujeitos passivos, o que desprezava a complexa rede de relações e significados que as crianças são capazes de estabelecer no mundo e as condições econômicas, políticas, sociais e culturais que impactam e são impactadas por esse grupo enquanto categoria geracional. A segunda razão é que as bases teóricas dessa área orientam a concepção de infância(s) e de que as crianças são competentes, produtora de culturas e sujeitos de direitos, concepções que este trabalho defende.

Dito isso, voltamos ao segundo aspecto que caracteriza esta dissertação, que se refere ao fato da sua elaboração ter se dado durante a pandemia de Covid-19, que no Brasil teve o primeiro caso oficialmente notificado em fevereiro de 2020⁶. Nesse

⁵ O texto de Marchi e Sarmento (2017) foi fundamental para a reflexão sobre a importância de se pensar na diversidade de infâncias. Já o artigo escrito por Alanen (2016) aponta questões importantes quanto ao uso da interseccionalidade para o estudo da infância. Ambos os textos serão revisitados ao longo deste trabalho.

⁶ Em dezembro de 2019 a China alertou a Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre o surgimento de um novo coronavírus (Sars-Cov-2) com grande potencial de transmissão e alta taxa de mortalidade. Com grande rapidez, o Covid-19 se espalhou pelo mundo. No Brasil, o primeiro caso foi oficialmente

contexto, as desigualdades que já existiam foram agravadas pela crise sanitária, econômica e política, que atinge exponencialmente os grupos mais vulneráveis de acordo também com as variáveis de raça, classe, local de moradia, gênero e idade.

Embora nem todos os efeitos podem ser mensurados no momento, alguns dados já apontam para o aumento das desigualdades em âmbito nacional. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua / IBGE) apontou que a taxa de desocupação atingiu 14,7% no primeiro trimestre de 2021 o que corresponde a 14,8 milhões de pessoas desempregadas. A taxa de desemprego atingiu os maiores índices nas regiões Nordeste (em primeiro lugar), Sudeste (em segundo lugar) e Norte (em terceiro lugar). Os índices também foram maiores para mulheres (17,9%) e pretos (18,6%) e pardos (16,9%).

Direta ou indiretamente as crianças são afetadas pelas condições que atingem os adultos (QVORTRUP, 2010a), no relatório da PNAD – Aspectos dos Cuidados de Crianças de Menos 4 Anos de Idade (2017) os dados indicavam que a presença de crianças de 0 a 4 anos de idade era maior nos domicílios com menor renda per capita. De acordo com a UNICEF (2010) no Brasil as crianças são as mais atingidas pela pobreza monetária (45,6%), desse percentual 56% são crianças negras. As crianças negras ou indígenas representam 54,5% das crianças brasileiras. Nesse sentido, construir uma agenda de pesquisa brasileira para e com as crianças exige o esforço de considerar os aspectos de raça, gênero, etnia, local de moradia e idade, sua inter-relação e seu impacto na estruturação dos direitos das crianças, nas culturas infantis, nas relações intergeracionais, e que precisa ser devidamente contextualizada e comprometida com as vozes e os direitos de todas as crianças.

Com o fechamento das instituições educacionais, em razão da necessidade de distanciamento social e como uma das medidas de contenção da transmissão do vírus, a pesquisa também precisou ser redesenhada considerando a impossibilidade de realização de pesquisas etnográficas com crianças nesse momento, tendo em vista o meu ingresso no mestrado em março do mesmo ano. Com a necessária reconfiguração da metodologia, optou-se por realizar uma pesquisa de revisão bibliográfica (SALVADOR, 1978) que está sendo compreendida como importante meio para

notificado em fevereiro de 2020 com a primeira morte sendo anunciada em março do mesmo ano e somando até o momento mais de 570 mil mortes no país (agosto/2021). Além dos protocolos de higiene e distanciamento social, estados e municípios optaram por suspender, em um primeiro momento, atividades que não são consideradas essenciais, incluindo instituições educacionais.

visibilizar o que se produz de pesquisas no contexto da Educação Infantil a partir de uma lente interseccional, considerando que

pesquisas com essa proposta de oferecer uma visão panorâmica sobre determinado campo de estudos são importantes especialmente quando focalizam áreas recentes de produção de conhecimento, campos ainda em construção (...) pois trazem possibilidades de observarmos pontos de divergência, temas silenciados ou ainda pouco abordados, apontando linhas de investigação a serem seguidas com o objetivo de adensar a produção do campo. (PRADO *et al.* 2018, p.16).

Esse é o caso da interseccionalidade, seja como ferramenta ou método, o uso desse conceito que busca “capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p. 177), tem ampliado seu alcance nas últimas décadas. Para os estudos com, sobre e para crianças, a interseccionalidade parece fornecer importantes caminhos para romper com uma ideia universal do que é ser criança e viver a experiência da infância em contextos de desigualdades como o Brasil, ao mesmo tempo em que pensar o conceito a partir da(s) infância(s) nos indica a necessidade de incluir idade (THORNE, 2004) e geração (ALANEN, 2009; 2016) como aspectos relevantes em discussões de outros campos de análise, como estudos de gênero, raça e classe (ROSEMBERG, 2012).

Apesar dos avanços em relação a presença das crianças no campo da pesquisa, da elaboração de políticas e documentos que as reconhecem como sujeitos de direitos, a infância ainda é um grupo geracional profundamente marcado por condições de pobreza, exclusão e desigualdade social, o que Pinto e Sarmiento (1997) já apontavam como sendo um dos paradoxos da infância na contemporaneidade. No Brasil, essas condições de desigualdades não estão restritas à renda, mas são multidimensionais (SCALON, 2011; ARRETCHE, 2015), portanto, compreender a complexidade da(s) infância(s) nesse contexto nos impõem uma série de desafios que não são facilmente observáveis apenas por via de uma variável social, e nesse sentido, a interseccionalidade é uma ferramenta que pode nos oferecer alguns caminhos para análise.

Nesse sentido, o **objetivo geral** dessa dissertação é investigar *se e como* a interseccionalidade comparece em produções acadêmicas nacionais acerca da(s) infância(s), e mais particularmente nas pesquisas da área de Educação Infantil.

Por se tratar não só de uma pesquisa qualitativa de cunho teórico-bibliográfico, mas também de uma análise crítica da literatura, os **objetivos específicos** incluem:

- a) analisar as produções encontradas a partir da identificação dos aspectos gerais que as caracterizam, a saber: qual a incidência do conceito de interseccionalidade nos estudos com e sobre crianças nos últimos anos, temas mais focalizados, metodologias utilizadas e referenciais teóricos adotados;
- b) analisar quais usos são feitos da interseccionalidade – se como conceito, ferramenta ou método – nas produções encontradas;
- c) identificar pontos de convergência e divergência quanto ao uso da interseccionalidade nas produções analisadas;

Em seguida ao conjunto de procedimentos implementados para a coleta dos dados nas plataformas de artigos (SciELO e Educ@SciElo) e teses e dissertações (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações), será adotada a metodologia de *análise de conteúdo* (BARDIN, 2016) para o tratamento dos dados levantados, sintetizada em três principais etapas: *pré-análise*, *exploração do material* e *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*. Conforme apontam Prezensky e Mello (2019), os métodos da pesquisa qualitativa constituem apenas uma parte da metodologia de uma pesquisa científica, portanto, o referencial teórico metodológico será ancorado também em autores que aprofundam os encaminhamentos de pesquisas de revisão bibliográfica, revisão sistemática e estado da arte na pesquisa científica, tais como Salvador (1978), Ferreira (2002), Romanowski e Ens (2006), Gatti (2006; 2012), Witter e Paschoall (2010), Galvão e Pereira (2014).

De acordo com Witter e Paschoall (2010) a avaliação da produção científica pode oferecer subsídios para a “tomada de decisão sobre o que pesquisar, a definição de prioridades e políticas científicas” (p.135) bem como, contribuir para “o desenvolvimento científico e tecnológico” (*ibidem*) de determinada área do conhecimento. No caso da interseccionalidade, pesquisadoras e pesquisadores do campo dos Estudos da Infância têm apontado que esse conceito tem sido ainda pouco utilizado nas pesquisas com ou sobre crianças (ALANEN, 2016), e alguns autores reconhecem que há uma lacuna teórica e metodológica no que diz respeito à sua apropriação (KONSTANTONI *et al*, 2014). Em âmbito nacional o cenário não parece ser muito

diferente, mesmo porque pesquisas já indicavam há alguns anos que a temática da diversidade no campo da educação é um debate recente (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013), e embora interseccionalidade e diversidade sejam conceitos distintos, há uma inter-relação entre os dois termos em pesquisas nessa temática, visto que “investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade” (COLLINS; BILGE, 2021, p.15).

Nesse sentido, a contribuição que Witter e Paschoall (2010) apontam sobre esse tipo de pesquisa de revisão é que nesse caso ela pode fornecer um importante balanço do que vem sendo produzido sobre pesquisas de determinada temática, de modo que seja possível observar caminhos e desafios para produções futuras. No caso desta investigação esse aspecto é particularmente importante para uma discussão que é recente, mas que também vem se mostrando cada vez mais presente e necessária discussões da área da Educação Infantil e da(s) infância(s).

Sobre a importância das revisões críticas para a formulação de políticas públicas, Prezensky e Mello (2019) indicam ainda as possíveis incidências desse tipo de trabalho tanto na elaboração de novos projetos de pesquisa quanto em ações implementadas. Fúlvia Rosemberg (2001) também reconhece a importância do conhecimento científico para a formulação de políticas sociais - embora haja um conjunto de outros atores sociais que participam e influenciam as decisões tomadas -, mas a relação entre produção de conhecimento para elaboração de políticas nem sempre caminha nesse sentido, posto que muitas vezes são as políticas que influenciam a elaboração de algumas pesquisas.

De todo modo, olhar para qualquer produção de conhecimento exige também olhar para seus possíveis impactos na vida das crianças, não apenas no âmbito das relações sociais, mas também em aspectos estruturais. Afinal, como fazer uso da interseccionalidade pode nos indicar algumas lacunas nas políticas públicas que tem negligenciado grupos de crianças no acesso a determinados direitos? Quais impactos dessa discussão para vida das crianças?

A interseccionalidade prevê visibilizar a relação entre políticas e práticas ao questionar o modo como as políticas lidam com problemas práticos desconsiderando que as propostas atingem desproporcionalmente os diferentes grupos (CRENSHAW, 2002; COLLINS; BILGE, 2021). Portanto, como pensar todos esses aspectos para um grupo social que ao mesmo tempo que compõe uma categoria geracional, também é marcado pela diversidade de infâncias? Já que conforme argumenta Sarmiento (2008) a infância é simultaneamente atravessada por aspectos diacrônicos e sincrônicos, ou seja,

há uma imagem socialmente construída que constitui o que é a infância e diferentes parâmetros históricos e sociais definem aspectos econômicos, políticos e culturais para esse grupo, ao mesmo tempo em que a essa imagem entrecruzam-se os pertencimentos de classe, raça, gênero, etnia etc. Sendo assim, a infância é ao mesmo tempo homogênea, enquanto grupo geracional, e heterogênea, por suas marcas a partir de outras categorias sociais.

Quais os impactos das desigualdades produzidas a partir da diversidade de condições de vidas das crianças na sua constituição enquanto categoria social? E qual o impacto das desigualdades que incidem sobre a categoria infância para as diferentes crianças? Certamente, pensar a interseccionalidade a partir da(s) infância(s) nos apresenta uma série de desafios, pois não é possível pensar o impacto de questões sociais para as crianças do mesmo modo que para adultos, tendo em vista que as crianças são afetadas de modo particular (QVORTRUP, 2010a).

O presente trabalho pretende investigar algumas dessas questões a partir da produção brasileira situada nessa temática. Afinal, qual o lugar da(s) infância(s) nos estudos interseccionais? E qual o lugar da interseccionalidade nos estudos da(s) infância(s)? Os pontos apresentados nessa introdução se estruturam, portanto, em cinco capítulos que buscam compreender esses aspectos a partir da produção de conhecimento nacional da área de Educação Infantil, mas também em diálogo com as teorias interseccionais, com as políticas e práticas para a Educação Infantil e com a Sociologia da Infância.

No segundo capítulo, busca-se apontar os três principais conceitos que integram as discussões das perspectivas interseccionais: diferença, diversidade e desigualdade. Pretende-se apontar a distinção entre os três termos e a relevância de considerar essas questões em relação às práticas e políticas na e da Educação Infantil.

O terceiro capítulo busca fazer um diálogo com os Estudos da Infância, principalmente com a Sociologia da Infância, no sentido de pensar as contribuições desse campo e a sua articulação com a interseccionalidade para as pesquisas com, sobre a para crianças e infância(s), trazendo o conceito de geração sob a perspectiva de diferentes pesquisadoras e pesquisadores e os desafios em trabalhar com as diversidades e a singularidade da(s) infância(s).

No quarto capítulo, apresenta-se a metodologia da pesquisa, bem como o processo de busca nas plataformas de artigos, teses e dissertações. Serão apresentados

os dados do levantamento bibliográfico, situando alguns aspectos gerais da produção brasileira.

No quinto capítulo, serão analisadas as produções encontradas na revisão bibliográfica a partir de algumas categoriais principais. A análise contrasta as diferentes pesquisas quanto ao uso do conceito de interseccionalidade, sobre a concepção e os discursos sobre as crianças, quanto aos pontos de convergência e divergência entre os trabalhos, a partir do referencial teórico que sustenta a dissertação.

Por fim, as considerações finais retomam os aspectos e objetivos centrais da pesquisa indicando o cenário atual em que as pesquisas interseccionais se encontram para os estudos da infância, para as pesquisas com crianças e para a área de educação infantil. Pretende-se apontar ainda, caminhos, desafios e perspectivas para o campo da produção acadêmica no que se refere às pesquisas interseccionais com ou sobre crianças, com base nas lacunas encontradas na análise da produção.

2 EDUCAÇÃO INFANTIL E INTERSECCIONALIDADES

Reivindicar um direito significa reconhecê-lo a todos. A reivindicação afirma o valor e a dignidade de cada pessoa. (ALDERSON, 2005, p.422).

Interseccionalidade foi um conceito cunhado pela teórica feminista do campo jurídico, Kimberlé Crenshaw, em 1989⁷, que propôs o uso do termo como lente teórica e metodológica para identificar como estruturas de gênero e raça moldavam padrões de opressão sobre as mulheres negras de forma simultânea. Nessa lógica, não era possível compreender algumas experiências e desigualdades vividas por essas mulheres apenas por uma via de análise, os efeitos causados pela sobreposição exigiam uma análise integrada de modo que o objetivo da interseccionalidade deveria ser identificar as justaposições e seus efeitos, e depois empreender “esforços para eliminar essa barreira” (CRENSHAW, 2004, p. 8).

Essa preocupação da interseccionalidade com a sua dimensão prática de intervenção não é por acaso, apesar do aumento crescente do uso desse conceito para diferentes campos acadêmicos desde os anos 2000 (COLLINS; BILGE, 2021), ela se origina da prática das experiências vividas pelas mulheres negras mesmo antes da criação do termo. Em 1851, Sojourner Truth articulou as categorias de classe, raça e gênero em seu discurso⁸ - que depois se tornou muito conhecido -, na Convenção dos Direitos das Mulheres no estado de Ohio.

Nos Estados Unidos as intersecções entre categorias sociais eram observadas e teorizadas antes mesmo do conceito ser elaborado, por teóricas como Angela Davis (2016 [1981]), bell hooks⁹ (2019 [1981]) e Audre Lorde (1983). No Brasil, essa discussão também já era apontada por teóricas como Sueli Carneiro (2000) e Lélia Gonzalez (1983). Collins e Bilge (2021) reafirmam a necessidade de se reconhecer que a interseccionalidade não se origina apenas das ideias e experiências das mulheres negras estadunidenses, mas também das mulheres latinas, indígenas, asiático-americanas, que são heterogêneas. Situar esses aspectos torna-se importante, tendo em vista que a interseccionalidade compreende a práxis como ponto um central que “entende que o

⁷ CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. University of Chicago Legal Forum, n. 1, p. 139-167, 1989.

⁸ A tradução do discurso “Ain’t I a Woman?” (“E não sou uma mulher?”) está disponível e pode ser acessado em: < <https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/> >.

⁹ “bell hooks” é um pseudônimo de Gloria Jean Watkins. A autora utiliza o pseudônimo em letra minúsculas, grafia que será respeitada aqui.

pensar e o fazer, a teoria e a ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro” (COLLINS; BILGE, 2021, p.66).

Em sua origem enquanto conceito a interseccionalidade tem dois aspectos centrais: sua preocupação em identificar intersecções entre desigualdades sociais/discriminações/ diferenças (CRENSHAW, 2004) e sua defesa de iniciativas de promoção de justiça social. No entanto, desde a elaboração do conceito as abordagens interseccionais tem se ampliado para diversos campos de estudo e variam em termos do modo como compreendem o peso das estruturas sociais ou da agência individual na inter-relação de categorias de diferença, diversidade ou desigualdade (PISCITELLI, 2008).

Atualmente, existem muitas abordagens interseccionais diferentes, cada qual adaptada a perguntas, histórias e caminhos específicos do campo em questão. Não existe uma estrutura interseccional a ser aplicada a todos os campos. Ao contrário, cada campo acadêmico de estudo aborda diferentes aspectos da interseccionalidade em relação a suas preocupações específicas (COLLINS; BILGE, 2021, p.61).

Nesse sentido, o objetivo desse capítulo não é apontar um modo de aplicar uma abordagem interseccional ao campo da pesquisa em educação, mas discutir os três conceitos centrais dos estudos interseccionais e sua relação com o campo da Educação Infantil. A primeira seção pretende pensar a interseccionalidade do ponto de vista da diversidade e da diferença, discutindo a distinção entre os dois conceitos e sua relação com a Educação Infantil. A segunda seção tem como objetivo indicar algumas intersecções entre desigualdades no contexto da Educação Infantil que impactam diretamente nas condições de acesso e direitos de bebês e crianças pequenas nas creches e pré-escola.

A escolha por focalizar esse aspecto se dá pelo fato de que no âmbito da Educação Infantil brasileira as desigualdades de acesso passam diretamente pelas desigualdades de idade, por isso, não é possível ignorar essa dimensão, sobretudo quando os bebês ocupam um lugar de menor visibilidade em políticas públicas e no discurso social e, na Educação Infantil enquanto oferta pública implica em percentuais bastante inferiores de cobertura (SESIUK, 2019).

2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFERENÇA E DIVERSIDADE

As críticas a algumas das abordagens interseccionais estão no tratamento indistinto entre os conceitos de diferença, diversidade e desigualdade social. No artigo “*A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*” Kimberlé Crenshaw (2002) aponta que a interseccionalidade consiste no tratamento das diferenças, mas que as intersecções entre discriminações e desigualdades também são eixos centrais da discussão. Já para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade tem como objetivo investigar as relações de poder em contextos marcados pela diversidade.

Esse modo pelo qual esses três termos são tratados muitas vezes como sinônimos pode gerar uma compreensão equivocada sobre cada um deles (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011). Por princípio, a interseccionalidade considera a interação social entre as diferenças (PISCITELLI, 2008), porém não é apenas da interação entre essas diferenças que se ocupa a discussão sobre interseccionalidades, mas também da leitura social que se faz da diferença.

Ao fato de que “a diferença que imputamos ao outro pode ser justificativa para tratá-lo como não cidadão ou não humano, pode sustentar o massacre, a escravização, a barbárie, a segregação” (ROSEMBERG, 2014, p. 747). Para Kathryn Woodward (2004) a diferença é marca da identidade, a identidade se constitui na relação com o outro, a diferença é uma marcação simbólica da identidade na qual se define o que se é, também a partir do que não se é, pois “o diferente e a diferença são partes da descoberta de um sentimento que, armado pelos símbolos da cultura, nos diz que nem tudo é o que eu sou e nem todos são como eu sou” (GUSMÃO, 2000, p. 12). No entanto, é o modo como as diferenças são interpretadas que pode gerar efeitos reais de diferenciação e exclusão sobre determinados grupos (WOODWARD, 2004).

De acordo com Avtar Brah (2006), nem sempre as diferenças transformam-se em desigualdades, isto é, as desigualdades estão atreladas a uma leitura social que se faz da diferença, ou de um apagamento e de uma exclusão, mas nem toda diferença está condicionada a se tornar uma desigualdade.

O conceito de diferença, então, se refere à variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, postulam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos tidos como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. Em outras palavras, a diferença não é sempre um

marcador de hierarquia e opressão. Portanto, é uma questão contextualmente contingente saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de agência política. (BRAH, 2006, p.374).

Para a autora, a diferença pode ser conceituada de quatro formas: como experiência, como relação social, como subjetividade ou como identidade. Como experiência, a diferença está ligada ao lugar de formação do sujeito, como espaço de contestação, “um espaço discursivo onde posições de sujeito e subjetividades diferentes e diferenciais são inscritas, reiteradas ou repudiadas” (BRAH, 2006, p.361). Enquanto relação social, a diferença articula os regimes de poder com as diferenciações de classe, gênero ou raça, ou seja, indica as circunstâncias macro e microsociais nas quais essas diferenciações nas relações entre os sujeitos se estruturam. A diferença como subjetividade está associada à diferença como identidade. Sendo a subjetividade “o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade” (BRAH, p.371).

A diferença enquanto identidade está em constante transformação, não é fixa nem estável. No sentido de interrogar o essencialismo das diferenças, Brah (2006) afirma que a articulação desse conjunto de diferenciações precisa ser observada sempre em contexto para que seja possível identificar como e quais diferenças se transformam em opressões e então, depois, “formular estratégias para enfrentar todas elas na base de um entendimento de como se interconectam e articulam” (BRAH, 2006, p. 376).

Para Pierucci (1990) desde que os discursos sobre diferença e diversidade começam a tomar maior corpo no Brasil, a partir da década de 1970 com a reivindicação e atuação de diferentes movimentos sociais, a diferença também tem sido usada por grupos e setores mais conservadores como forma de promover e sustentar desigualdades sociais. Para o autor, ao contrário do que se pensa, formas de opressão como o racismo não são a negação da diferença, mas a “obsessão com a diferença, seja ela constatável, ou apenas suposta, imaginada, atribuída” (1990, p.3).

Por isso, é preciso atentar para que no contexto da educação esse debate seja contextualizado e defendido como posição política, para não incorrer no risco de promover a diversidade apenas como discurso, caindo assim na armadilha de abrir espaço para o aumento das desigualdades (ROSEMBERG, 2014, p. 748).

De acordo com Abramowicz, Rodrigues e Cruz (2011, p.91):

Em alguns momentos falamos em diversidade, outros em diferença e não são coisas iguais, nem mesmo próximas, apesar de que temos usado as palavras de maneira indiferenciada. Existem, portanto, diferentes noções e concepções de diversidade e diferença. (...) Em geral, a indiferenciação conceitual entre diferença e diversidade esconde as desigualdades, e fundamentalmente as diferenças. Sob o manto da diversidade o reconhecimento das várias identidades e/ou culturas, vem sob a égide da tolerância, tão em voga, pois pedir tolerância ainda significa manter intactas as hierarquias do que é considerado hegemônico.

O que as autoras chamam a atenção é para o fato de que o discurso da diversidade sem um olhar crítico, esconde justamente as diferenças e as desigualdades. O foco na diversidade, sobretudo se for acrítico, desvia o olhar para as diferenças e desigualdades, em consequência não se altera nenhuma estrutura ou condição que mantém esses eixos em funcionamento. Acolher, no entanto, o discurso da diferença significa reconhecer a igualdade e equidade de oportunidades enquanto direito, nesse sentido, esse princípio está intrinsecamente associado a uma concepção de democracia e de justiça (RENDO; VEGA, 2006), o que está para além apenas do discurso.

Todos esses conceitos integram a discussão sobre interseccionalidade, no entanto, são ao mesmo tempo bastante complexos, pois possuem diferentes definições a depender do ponto de vista pelo qual se olha. Falar em redução das desigualdades significa olhar para a igualdade como ponto de chegada, porém, como pontua Anthony Atkinson (2015), tão importante quanto a igualdade de resultados é a igualdade de oportunidades, ou seja, o ponto de partida pelo qual as pessoas iniciam a vida, para resultar em igualdade de resultados, deveria assegurar chances iguais ao longo do processo.

Para Atkinson (2015), se há uma desigualdade de resultados então temos também uma desigualdade de origem nas oportunidades das gerações seguintes. Nesse caso, para promover a igualdade defendemos que também seja necessária a defesa da equidade, entendida aqui como premissa para garantir acesso e direitos a todas as pessoas, no sentido de incluir a todas com suas especificidades e promover a justiça social.

A essa complexidade, se acresce o fato de que o conceito de desigualdade é multidimensional, podemos falar em desigualdades econômicas, sociais, raciais, de gênero, e a intersecção dessas diferentes vias produz efeitos distintos sobre a vida das pessoas. Autores como Celi Scalon (2011) e Amartya Sen (2010) apontam para o fato de que as privações econômicas (embora não sejam as únicas) incidem sobre as desigualdades étnicas, raciais, etárias, de gênero, de localização geográfica, conduzindo ao seu aprofundamento e à privação dos direitos básicos.

Sobre esse aspecto, vamos nos aprofundar na seção seguinte, porém a desigualdade é um conceito que norteia a discussão sobre interseccionalidade, por isso é impossível que se fale em diversidade e, principalmente em diferença, sem levar a desigualdade em consideração.

No campo educacional as discussões sobre diversidade e diferença tiveram maior influência no Brasil a partir dos anos 1990 (ABRAMOWICZ; RODRIGUES; CRUZ, 2011), e apesar do intenso debate acerca dessas temáticas na área educacional um conjunto de pesquisas aponta nos últimos 20 anos o modo como algumas diferenças ainda são, nesse contexto, transformadas em desigualdades ou exclusões do ponto de vista simbólico (CAVALLEIRO, 2000; OLIVEIRA, 2004; TRINIDAD, 2011; OLIVEIRA, 2011; DIAS, 2012).

No contexto da Educação Infantil ao conjunto de diferenças do ponto de vista do pertencimento racial, de gênero, étnicas, de deficiência ou de classe, as diferenças de idade e de geração também podem ser marcadores que se transformam em desigualdade ou exclusão. As pesquisadoras Anette Hellman, Mia Heikkila e Jeanette Shundal (2014) identificaram em uma pesquisa em uma pré-escola sueca que tanto as professoras quanto as crianças atribuíam significados de incompetência infantil atrelados à idade e ao gênero. No contexto desta instituição crescer era ser grande, em todos os sentidos, e tornar-se grande era acompanhado do fato de deixar de ser um bebê e tornar-se menino ou menina. Desse modo, ser um bebê na concepção dessas crianças e professoras era possuir menor competência para agir em determinados contextos e situações, nesse sentido, as crianças que não se comportavam da forma esperada, de acordo com uma cultura adultocêntrica, eram vistas e comparadas aos bebês como atributo negativo. Esse marcador de idade era utilizado pelas crianças, que desejavam ser maiores e mais velhas, atributo que determinava deveres, responsabilidades e privilégios – e que variavam a depender do gênero - em torno de um *status* que garantia certo poder de influência das crianças mais velhas em relação às mais novas.

O fator idade no contexto da Educação Infantil também é componente determinante da organização dos espaços, das relações e o acesso a determinados direitos, tanto em contextos microssociais quanto macrossociais, como é o caso da menor oferta de vagas na Educação Infantil para crianças de 0 a 3 anos¹⁰. Para Barrie Thorne (2004) tanto as categorias de gênero, raça, etnia, quanto idade, são além de complexas,

¹⁰ Esta questão estará melhor detalhada mais adiante na seção 2.2, do presente capítulo.

corporificadas. É através dos processos de atribuição de significados a partir da leitura do outro e da sua própria visão sobre si que essas categorias se constituem socialmente. Nesse sentido, pesquisas orientadas por uma perspectiva interseccional para investigar o contexto da Educação Infantil, precisam também levar em conta o aspecto idade em relação com as outras categorias ou marcadores sociais. Isto porque idade é um marcador de diferença e desigualdade nas sociedades ocidentais. E, na Educação Infantil a particularidade etária é demarcada tanto pelas práticas cotidianas quanto pelas políticas públicas, sendo assim, ignorá-la seria ignorar também seus impactos sobre a vida de bebês e crianças pequenas.

Devemos nos perguntar, por exemplo, como o fato de ser um bebê negro ou branco, menino ou menina, da região Sul ou Norte atravessa os aspectos estruturais e simbólicos na constituição das desigualdades no contexto da Educação Infantil?

Muitas pesquisas apontam que esses marcadores são definidores das práticas e políticas nas instituições educacionais que atendem crianças pequenas. Fabiana Oliveira (2004), por exemplo, realizou uma pesquisa sobre as práticas educativas destinadas aos bebês em uma creche pública, na qual identificou que aos bebês brancos se destinavam maiores cuidados corporais, de atenção e afeto por parte das professoras, nos quais os bebês negros não eram incluídos.

Para a pesquisadora, essa exclusão ocasionou em dois movimentos, o de denúncia e o de uma certa “positividade”. Se por ora, essa prática denunciava a segregação dos bebês negros nesse contexto, havia também um menor controle dessas crianças em atividades que envolviam diretamente a relação com as professoras, o que possibilitava diferentes tipos de agenciamentos desse grupo. Nesses dois sentidos, essas práticas causavam impacto e consequências na constituição do que era ser um bebê negro, visto que a ausência do cuidado ocasionava a ausência do controle, mas também do afeto. Esses aspectos também indicam que ao contrário da ideia de passividade dos bebês, sua agência é ativa e potente, criando possibilidades de

desfrutar da exuberância e da capacidade disruptiva de serem diferentes. Possibilidade de resistência a esses agenciamentos empreendidos e uma forma de estar livre e ter a possibilidade de “devir outra coisa” desse pequeno espaço instaurado entre o recebimento e o não-recebimento dessa “paparicação”. (OLIVEIRA, 2019, p.236).

Agência (*agency*) pode ser entendida como a capacidade que as pessoas possuem de fazer escolhas e expressar ideias (JAMES; JAMES, 2004). No entanto, como reitera

Brah (2006) nem todos as diferenças são transformadas em condições de desigualdade, e do ponto de vista das relações interpessoais essas análises precisam ser contextualizadas e verificadas empiricamente. No que se refere à idade, diferente do contexto da pesquisa realizada por Hellman, Heikkila e Shundal (2014), Patricia Prado (2013) observou relações muito mais dinâmicas entre crianças pequenas e crianças maiores em que as crianças também subvertiam a lógica cronológica instituída e “evidenciavam, ainda, que maiores e menores vivem experiências diversas e semelhantes quando estão no espaço educativo (e fora dele), e que também aprendem umas com as outras, independentemente de suas idades” (p.146).

Para Hédio Silva Júnior (2012, p.71):

O enfrentamento de tais indagações demanda que a educação infantil, como de resto a educação escolar como um todo, seja considerada a partir de dois ângulos distintos e complementares: o primeiro como espaço dentro do qual deve ser assegurada a interação respeitosa e positiva com a diversidade humana, adequando-se os espaços físicos, materiais didáticos e paradidáticos e preparando-se educadoras e funcionários para serem agentes de promoção da diversidade; o segundo ângulo situa a educação infantil como instrumento de transformação social no sentido em que prepara a infância para valorar positivamente a diferença, dissociando diferença de inferioridade de tal sorte que a médio e longo prazo o preconceito e a discriminação sejam erradicados da sociedade. Isto é, não basta que a educação infantil não seja ela própria uma fonte de discriminação, cabendo-lhe também fomentar uma cultura de respeito recíproco e de convivência harmoniosa entre todos os grupos étnico-raciais, como também culturais e religiosos, entre outros.

Isto é, trabalhar pela valorização das diferenças sem que sejam transformadas em desigualdades, “incorporar o discurso das diferenças não como um desvio, que é o lugar em que o diferente tem sido colocado, mas como o mote de nossas práticas e das relações entre as crianças” (ABRAMOWICZ, 2011, s/p).

No entanto, como aponta Rosemberg (2014), embora a escola tenha papel importante no combate às desigualdades e exclusões do ponto de vista simbólico, a dimensão estrutural está para além das instituições educacionais, e nesse sentido a mudança dessas práticas são importantes, mas não suficientes para eliminar as desigualdades e barreiras estruturais. Para Bilge (2013) e Collins (2015), as pesquisas e investigações que trabalham com a interseccionalidade precisam ter em vista as relações de poder e as dimensões estruturais para agir em defesa da luta pela justiça social. Segundo Nancy Fraser (2007, p.3):

Os aspectos emancipatórios das duas problemáticas precisam ser integrados em um modelo abrangente e singular. A tarefa, em parte, é elaborar um conceito amplo de justiça que consiga acomodar tanto as reivindicações defensáveis de igualdade social quanto as reivindicações defensáveis de reconhecimento da diferença.

A interseccionalidade não é apenas um discurso ou uma teoria, uma epistemologia, trata-se de um posicionamento social e político. Nesse sentido, a interseccionalidade se ocupa em verificar as vias de cruzamentos de diferenças, discriminações ou desigualdades, para então agir para que sejam transformadas, reduzidas e modificadas. Por essa razão, na próxima seção essa discussão será retomada com foco nas desigualdades sociais que impactam os direitos, as condições de qualidade, oferta e acesso de bebês e crianças pequenas no contexto da Educação Infantil. Identificar esses aspectos é o primeiro passo para agir em defesa da igualdade, equidade e da justiça social.

2.2 DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL – IMPLICAÇÕES PARA A VIDA DE CRIANÇAS PEQUENAS, DESDE BEBÊS

Historicamente os direitos sempre foram conquistados em longos processos de reivindicação e luta por parte dos grupos minoritários, já que tradicionalmente a figura de cidadão detentor de direitos estava associada à imagem do homem branco adulto (TOMÁS, 2007). Nesse contexto, as crianças constituem um grupo social cujo reconhecimento de direitos é relativamente recente, tanto em âmbito internacional quanto nacional. No contexto brasileiro, documentos legislativos específicos acerca dos direitos das crianças, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990) e a Convenção Sobre os Direitos da Criança¹¹ (CDC/1989), possuem cerca de 30 anos, assim como o reconhecimento do direito das crianças pequenas à educação.

No entanto, “o problema não se restringe a elaborar declarações cada vez mais detalhadas. Como argumenta Bobbio, o grande problema que decorre dessas declarações de direitos é como torná-los realidade” (CAMPOS, 1999, p.119), nesse sentido, as desigualdades na Educação Infantil decorrem desses desafios, que também são reflexo das desigualdades em nível estrutural.

¹¹ O percurso de elaboração desse documento é precedido pela Declaração das Crianças em Genebra (1923) e pela Declaração dos Direitos da Criança (1959).

O Brasil ocupa o 10º lugar na lista dos países mais desiguais do mundo¹² no que se refere à distribuição de renda. Scalón (2011) afirma que embora desigualdade e pobreza sejam conceitos distintos, eles estão estritamente associados na medida em que a ausência de renda incide sobre as condições de vulnerabilidade e privação das pessoas. Além disso, esse não é o único fator que determina as condições desiguais que estruturam a sociedade brasileira, sendo um “fenômeno multidimensional, transversal e durável” (SCALÓN, 2011, p. 50), as desigualdades brasileiras atuam em diversas dimensões, como as de gênero, classe, raça, idade, região e local de moradia, de modo que essas outras dimensões também se relacionam com a pobreza e a desigualdade econômica.

Essa forma pela qual a sociedade brasileira está estruturada, e na qual são constantemente emitidos esforços para a garantia da sua manutenção, também produz impacto na vida das crianças,

todos os eventos, grandes e pequenos, terão repercussões sobre as crianças, como parte da sociedade; e, em consequência, elas terão reivindicações a serem consideradas nas análises e nos debates acerca de qualquer questão social maior. (QVORTRUP, 2011, p. 202).

E particularmente quando falamos no Brasil, é inevitável considerar a categoria pobreza, que é oriunda da desigualdade econômica. Para Amartya Sen (2010) pobreza significa a privação das capacidades básicas, ou das liberdades, isto é, a pobreza está para além da falta de acesso às condições puramente econômicas, ela está estritamente associada à possibilidade, ou a liberdade, que as pessoas possuem de realizar aquilo que desejam e necessitam de acordo com os direitos básicos.

Por isso, podemos encontrar grupos com certa semelhança de condições econômicas, mas com condições extremamente diferentes e desiguais de acesso aos direitos básicos, como saúde, educação, moradia, transporte público ou acesso à cultura. Isto porque as condições sociais, demográficas, culturais, raciais, de saúde, de gênero ou políticas constituem um quadro mais amplo da privação da liberdade, que pode estar associada ou ter origem na privação de renda.

¹² Essa posição é avaliada a partir do índice de Gini, instrumento utilizado para medir a concentração de renda de grupos e sua disparidade entre os mais ricos e os mais pobres. Nesse ranking, o Brasil apresentou um índice de 0,539 (2018). A variação do índice é de 0 a 1, sendo que *zero* representa o maior índice de igualdade e *um* representa o maior índice de desigualdade na distribuição de renda (Síntese de Indicadores Sociais/IBGE, 2020). Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>.

A liberdade, no entanto, contribui cada vez mais para o próprio desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, assim, cada vez que uma pessoa sofre uma privação de liberdade ela está deixando de participar do desenvolvimento político, econômico ou social, conseqüentemente a privação de uma liberdade poderá acarretar em outras, desse modo o ciclo estende-se para além da origem econômica, ainda que sua ligação inicial esteja estreitamente associada.

Por isso falar em desigualdade ou desigualdades, não é simples. Estamos falando de um conjunto de condições tão integradas entre si, que é impossível falar delas como um fenômeno de uma causa só. Scalón (2011) refere que além de multidimensional, a desigualdade é transversal e indelével.

Nesse contexto, as desigualdades que incidem sobre a Educação Infantil são também parte de um conjunto de fatores, o primeiro deles é que as marcas das desigualdades sociais brasileiras atravessam todas as esferas sociais, e seja no plano simbólico ou no investimento às políticas públicas, as instituições de Educação Infantil não estão imunes aos seus impactos. A forma pela qual a sociedade brasileira está estruturada, e na qual são constantemente empreendidos esforços para a garantia da sua manutenção também tem impacto na vida das crianças.

Como aponta Jens Qvortrup (2011, p.207), “a infância é, em princípio, exposta (econômica e institucionalmente) às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular”, isto é, todas as formas de organização econômica e sociais e todas as decisões políticas afetam a vida das crianças, de modo direto ou indireto - a própria constituição da Educação Infantil brasileira é exemplo de uma política que inicialmente visava corresponder a uma demanda das mulheres e mães trabalhadoras, vindo posteriormente a ser reconhecida também como direito das crianças.

O segundo fator que tem impacto sobre a Educação Infantil é que no Brasil há uma tendência de maior discriminação política em relação às crianças pequenas, que se exprime em um maior interesse público voltado às crianças maiores (ROSEMBERG, 2006) e com tendência a um menor investimento às políticas para crianças de 0 a 6 anos. Como sugere Rosemberg (2012) ao observar uma associação entre idade e investimento público, “quanto menor a idade da criança, do(a) aluno(a) – etapas iniciais da vida são menos valorizadas no espaço público –, menor é seu salário e maior a presença de mulheres, associação observada entre docentes brasileiros(as) brancos(as) e negros(as)” (p.17).

O terceiro aspecto ligado à desvalorização da Educação Infantil tem a ver com uma menor importância dada ao cuidado, visto durante muito tempo como uma atividade restrita à esfera privada, concepção que o considerava também como atividade essencialmente feminina (SORJ, 2013). Um dos princípios da concepção de Educação Infantil reside na indissociabilidade entre o educar e o cuidar, nesse sentido, enquanto existe uma desvalorização social em torno do cuidado esse é também um dos aspectos que caracterizam o trabalho nessa etapa da educação básica, o que indica o compartilhamento dessas atividades com a família, que amplia o cuidado restrito à esfera privada e doméstica e o torna também uma função da esfera pública.

Outro ponto que marca a história da Educação Infantil brasileira é a sua ligação com a assistência social. Diferente da pré-escola a creche não era vinculada a educação, seu caráter assistencialista tinha como foco o cuidado e atendimento destinado às crianças pobres com enfoque no desenvolvimento nutricional, na alimentação e higiene. Entre as décadas de 70 a 90 observou-se um aumento expressivo no atendimento à creche, no entanto, estudos evidenciaram que esse atendimento se deu principalmente sob as condições de baixo custo e baixa qualidade dessas instituições (FRANCO, 1984; ROSEMBERG, 1999). As críticas a esse modelo de atendimento por parte de pesquisadoras e pesquisadores da área, somadas a reivindicação do movimento feminista, principalmente de mulheres e mães trabalhadoras, trouxeram o debate da creche também como direito das crianças. Na Constituição Federal (CF), de 1988, as creches e pré-escolas passaram a ser reconhecidas como direito das crianças, das famílias e dever do Estado, depois, passaram a integrar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96) a primeira etapa da educação básica, denominada Educação Infantil. Essas marcas do modo como se constituiu a Educação Infantil no Brasil são importantes para se compreender como, apesar dos avanços, ainda se sustentam algumas desigualdades nessa etapa da educação básica, não apenas em âmbito socioeconômico, mas também regional, racial e de idade, como aponta Rosemberg (2012, p.18):

A opção brasileira nos anos 1970 por expandir a Educação Infantil por meio de um modelo não-formal apoiado nos baixos salários de professoras leigas, prioritariamente para a região Nordeste, diferenciou o padrão de oferta do atendimento, não só quanto ao desenvolvimento regional, mas, também, aos segmentos raciais. Esses programas de baixo investimento do Estado atingiram principalmente as crianças negras, pobres, principais usuárias de creches públicas e conveniadas.

Dada a diferente origem histórica das creches e pré-escolas, pode-se dizer que no caso da Educação Infantil a cisão entre esses dois segmentos ajudou a reforçar essas desigualdades no que se refere a idade, determinando uma lógica “assistencialista” para a creche e escolarizante¹³ para a pré-escola (CAMPOS, 2011), além disso, a obrigatoriedade da pré-escola a partir da Emenda Constitucional 59/2009 produziu efeitos sobre a creche no que diz respeito à desigualdade na oferta e no atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Em um estudo recente sobre oferta e acesso à Educação Infantil no município de Curitiba, Patricia Sesiuk (2019) observou que quanto maior a idade da criança, maior a oferta de vagas na educação infantil, o que conferia às crianças a partir de 4 anos maior acesso à educação infantil se comparado às crianças de 0 a 3 anos. A autora também observou que a diminuição da oferta para crianças de 0 a 3 anos estava associada à implementação da obrigatoriedade da pré-escola, além disso, entre o grupo das crianças que tinham idade para frequentar a creche, as crianças de 0 a 1 ano eram as mais afetadas pela falta de oferta.

Do ponto de vista de uma análise interseccional, raça, classe, idade e região de moradia simultaneamente também configuram as políticas de oferta, acesso e qualidade no contexto da Educação Infantil. A meta 1 do Plano Nacional de Educação, que tinha como objetivo “universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE” (BRASIL, 2001), não foi atingida até 2019, com 94,1% das crianças de 4 a 5 anos matriculadas em pré-escolas e 37% das crianças de 0 a 3 anos matriculadas em creches.

Apesar do indicador 1B do Terceiro Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2020) apontar para um aumento de 3,2% no acesso à creche entre os anos de 2016 a 2018, o próprio relatório indica que o aumento se deu em grande parte pela redução da demanda se comparada a situação de ampliação da cobertura. As conclusões do relatório apontam ainda para a permanência das desigualdades na cobertura do atendimento de crianças de 0 a 3 anos, principalmente no aspecto regional, racial e de condição socioeconômica:

¹³ Para Ana Lúcia Goulart de Faria (2007) o termo “escolarizante” não é diretamente uma crítica à escola, mas demarca uma oposição a esse modo de construção de um conhecimento fragmentado por áreas, como acontece nas etapas subsequentes à Educação Infantil, que resulta também na fragmentação das crianças: do corpo e do pensar, do saber e do fazer e afasta as possibilidades de imaginação e criatividade.

A cobertura de crianças de 0 a 3 anos que apresentou tendência de crescimento na desigualdade entre regiões, zonas urbana e rural, negros e brancos, pobres e ricos durante o período que antecedeu ao PNE, apresentou nos últimos cinco anos maior estabilidade entre esses grupos, mas sem clara tendência quanto à reversão dessas desigualdades. (BRASIL, 2020, p.21).

Nesse sentido, ao visualizar uma política pública a partir de uma perspectiva interseccional podemos observar dois aspectos principais: primeiro, uma política mal executada ou de baixo custo afeta particularmente alguns grupos mais do que outros. Quando uma política é pensada, importa saber a qual grupo ela vai focar, no entanto nem sempre dados mais específicos podem ser observados na implementação de políticas universais. Por exemplo, se algumas regiões do Brasil são mais afetadas pela falta de oferta, e se em determinada região podemos também observar intersecção da localização geográfica, e o que disto decorre, com dados de raça e classe, esses elementos fornecem informações suficientes em prol de reivindicações para o aumento da oferta, além de reafirmar um compromisso social com todas as crianças.

Isso não significa que uma reivindicação pautada no direito de todas as crianças seja insuficiente ou inválida, muito pelo contrário, a análise interseccional é, no entanto, capaz de apresentar quais são as lacunas na execução de políticas públicas ou qual grupo é intencionalmente subalternizado quando essa política foi pensada, e uma reivindicação a partir dos grupos mais afetados pelas desigualdades não tem efeito apenas sobre esse grupo, mas sobre todas as crianças que acessam a educação infantil nesse determinado contexto. Como aponta Crenshaw (2004), as políticas nem sempre conseguem prever esses casos cumulativos, nesse sentido

os casos cumulativos também levantam questões sobre como se podem interpretar e implementar políticas de direitos humanos. As leis podem prometer direitos que dão forma às políticas públicas, mas é preciso ação para dar vida a essas políticas. A interseccionalidade tem sido crucial para a reflexão sobre essa relação entre as políticas de direitos humanos e a prática deles. (COLLINS; BILGE, 2021, p.121).

No entanto, nem sempre desigualdades que são efeitos de políticas públicas devem-se apenas ao fato da falta de previsibilidade sobre os casos cumulativos. Como aponta Scalón (2011), a desigualdade é uma construção social, feita a partir de escolhas conscientes. Ao se ter ciência de que a falta de oferta e acesso na Educação Infantil afeta determinados grupos de crianças mais do que outros, então a escolha por não ampliar ou

oferecer um serviço de baixa qualidade é uma escolha consciente dos seus impactos nesses grupos.

Muitas das escolhas políticas que mantêm alguns grupos sociais em condições mais desiguais são também intencionais, em uma sociedade capitalista, fundada sobre estruturas racistas e classistas, manter determinadas desigualdades é manter o funcionamento de um mecanismo que favorece determinados grupos em detrimento de outros. Por isso, a análise interseccional pode nos ajudar a desvelar essas estruturas, pois como aponta Carla Akotirene (2018), as vias do patriarcado, do racismo e do capitalismo são inseparáveis, a interseccionalidade e sua capacidade de articular instrumentos teórico-metodológicos constituem um caminho para se visualizar e se romper com esses padrões.

O segundo aspecto diz respeito a melhor estratégia de intervenção política que uma perspectiva interseccional oferece, Rosemberg (2012) observou, por exemplo, que uma reivindicação em prol da redução das desigualdades raciais na Educação Infantil passaria necessariamente pela reivindicação do aumento da oferta para bebês e crianças pequenas. Isso porque a obrigatoriedade da pré-escola e a não obrigatoriedade da creche¹⁴ condicionou maior desigualdade de oferta e acesso para bebês (SESIUK, 2019) e nesse sentido haveria um contingente maior de crianças negras e não-negras de 0 a 3 anos sem condições de acesso à Educação Infantil se comparado ao percentual de diferença de frequência entre crianças negras e brancas.

Analisando as taxas de frequência à creche e à escola dos diferentes segmentos raciais observamos que 84,5 % de crianças negras e 79,3 % de crianças brancas não frequentavam a creche em 2008. A diferença do percentual de frequência entre crianças negras e brancas é reduzido: 5,2 % (PNAD, 2008, apud IPEA, 2010). Porém, as crianças pequenas, negras e brancas, são altamente prejudicadas. Politicamente, antes de preocupar-me com o hiato racial, me preocuparia com o hiato de idade, pois é ele que maior impacto tem entre as crianças negras. Minha prioridade não seria atentar para os 5,2 % de crianças negras que não atingem o mesmo patamar de frequência à creche que crianças brancas, mas os 84,5 % de crianças negras de 0 a 3 anos que não dispõem de creche. (ROSEMBERG, 2012, p.37).

E ainda:

A política de creche brasileira sustenta e provoca desigualdade racial? Com certeza. Apenas via discriminação específica contra crianças ou famílias negras? Penso que não: também via desigualdades regionais, via desigualdades econômicas, via desigualdades de gênero e, sem dúvida, via desigualdades de idade. O efeito, por vezes acumulado, por vezes em heterocronia, faz com que

¹⁴ Vale ressaltar que a não obrigatoriedade da creche se refere à opção das famílias, nesse sentido, continua sendo dever do Estado a oferta para todas as crianças de 0 a 3 anos (e suas famílias) que desejam frequentar as instituições de Educação Infantil.

analisar apenas o hiato racial no acesso à creche seja insuficiente para apreender a dimensão das carências de crianças negras. (Ibid., p.38).

Portanto, a Educação Infantil nas condições atuais, além das desigualdades raciais, de gênero, econômicas e regionais, apresenta também a idade como marcador de desigualdade para bebês e crianças pequeninhas. Thorne (2004) aponta que o fator idade é constantemente ignorado nas pesquisas interseccionais, e diferente de uma perspectiva baseada no senso comum, a idade deve ser compreendida também como socialmente construída, ou seja, para além do seu fator biológico são também atribuídos valores e significados sociais pelos quais se determinam práticas, competências e direitos para as diferentes faixas etárias.

Além das desigualdades do ponto de vista das políticas públicas e das desigualdades e exclusões que se expressam por vias simbólicas que atingem as crianças, a relacionalidade entre infância e adultez também produz impacto na vida desses sujeitos. No caso dos bebês e das crianças pequenas, Rosemberg (2012) afirma que não são observadas, por exemplo, desigualdades de gênero no acesso das crianças à Educação Infantil. No entanto, como grupo que possui uma relação de interdependência com os adultos, bebês e crianças pequenas são diretamente afetados pelas desigualdades de gênero, classe e raça que homens e mulheres vivem cotidianamente.

Em uma pesquisa realizada em 2021, período da pandemia de Covid-19, Angela Coutinho e Cintia Cardoso identificaram o impacto da falta de oferta para creche antes da pandemia e na ausência dessa instituição durante o período de fechamento das instituições educacionais na vida de mulheres e mães negras, seja do ponto de vista da dificuldade na procura por emprego em razão da ocupação com o cuidado das crianças ou da própria sobrecarga que esse cuidado impõe sobre as mulheres. Segundo Coutinho e Cardoso (2021), no caso de bebês e crianças pequeninhas as intersecções de gênero, raça e classe, são também intersecções intergeracionais, dada a relação de interdependência entre mulheres e bebês na nossa sociedade.

Em **resumo**, neste capítulo buscou-se discutir os três principais conceitos que dão base para a compreensão da discussão acerca das interseccionalidades, e sua relação com o campo da Educação Infantil. Reconhecer a diferença enquanto princípio da nossa forma de organização social e como posição política em defesa da justiça social é fundamental para que não se corra o risco de esvaziamento do discurso da diversidade e conseqüentemente o apagamento das diferenças e o aprofundamento das desigualdades sociais. No contexto da Educação Infantil cabe dar ênfase às dimensões interrelacionais

entre crianças e adultos e às práticas que se não forem repensadas podem significar a exclusão e o silenciamento das diferenças. No entanto, é fundamental não esquecer também das dimensões macrossociais que geram condições desiguais de oferta, acesso e qualidade à Educação Infantil para bebês e crianças pequenas. Nesse sentido, fazer uso da interseccionalidade como ferramenta analítica e política é enfatizar sua dimensão crítica e reafirmar o compromisso com todas as crianças. No próximo capítulo, pretende-se discutir a interseccionalidade em diálogo com a Sociologia da Infância, no sentido de pensar algumas interlocuções entre os dois campos que podem contribuir no avanço do debate.

3 INFÂNCIA(S), CRIANÇAS E SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

*Niños y niñas constituyen un paso lógico en el camino hacia una visión más inclusiva de la sociedad y la cultura.*¹⁵ (MARRE, 2013, p.4).

Para Berry Mayall (2000, p.243) “a compreensão adequada da ordem social requer a consideração de todos os seus membros, todos os grupos sociais¹⁶” o que implica em levar em conta a infância e as crianças em toda e qualquer discussão que envolva as análises sociais, nesse sentido, e em consonância com esse ponto de vista este capítulo busca um diálogo principalmente com a área da Sociologia da Infância para pensar a infância como parte da sociedade.

Nas últimas duas décadas houve um aumento na produção do campo dos Estudos Sociais da Infância, em especial da Sociologia da Infância no Brasil, que gradativamente influenciou nas mudanças no modo de fazer pesquisa, que passou a incluir também o ponto de vista das crianças e seu reconhecimento como sujeitos de direitos. Outra característica desses estudos é sua relação com o campo da educação, seja porque as instituições educacionais são espaços que possibilitam o encontro das crianças entre si e com os adultos, e nesse sentido constituem espaços importantes de pesquisa, ou porque há uma forte presença de pedagogas e pedagogos em âmbito nacional, situados nesse campo que utilizam referencial teórico da Sociologia da Infância em suas pesquisas, como indica Nascimento (2011). Em 2002, Jucirema Quintero apontou alguns aspectos acerca da emergência de uma Sociologia da Infância nas produções brasileiras e identificou que nesse período os estudos sobre infância no Brasil eram caracterizados por

uma diversidade de temas pautados por estudos empíricos e ausência de debates teóricos, voltados para problemas relativos à história social da infância; às péssimas condições de vida e existência das crianças e de suas famílias; ao profundo desrespeito por parte do Estado à criança como sujeito de direitos; e, sobretudo, aos diversos aspectos e especificidades que envolvem a educação da criança de zero a seis anos de idade. (QUINTEIRO, 2002, p.140).

A relação com o campo educacional também é identificada por Fabiana de Oliveira (2018) na busca das produções de uma Sociologia da Infância brasileira, que constatou que a faixa etária das crianças de 6 a 10 anos foi a mais privilegiada nas

¹⁵ “Meninos e meninas constituem um passo lógico no caminho para uma visão mais inclusiva da sociedade e da cultura.” (MARRE, 2013, p.4, tradução nossa).

¹⁶ No original: “Proper understanding of the social order requires consideration of all its members, all social groups.” (MAYALL, 2000, p.243).

pesquisas encontradas, seguida da presença das crianças de 4 e 5 anos e depois de 0 a 3 anos de idade, enquanto os espaços onde essas pesquisas são realizadas são em sua maioria as escolas (incluindo creches e pré-escolas). Com base nesses elementos, considera-se que além da intrínseca relação dessa área com o campo da produção de conhecimento na Educação Infantil, o aporte teórico da Sociologia da Infância fornece um conjunto de elementos importantes para se pensar a interseccionalidade no campo das pesquisas da(s) infância(s), aspectos que serão apresentados na sequência deste capítulo.

Neste capítulo, buscamos ponderar quais interlocuções são possíveis para se pensar uma pesquisa da(s) infância(s) a partir de uma perspectiva interseccional. Esse diálogo será feito a partir da área da Sociologia da Infância, articulando o conceito de geração como ponto importante para compreender outros aspectos sociais que afetam a vida das crianças e a complexidade da(s) infância(s). Na primeira seção deste capítulo busca-se apresentar o modo como a Nova Sociologia da Infância se constitui enquanto área e como historicamente uma concepção normativa de infância contribuiu para a exclusão de determinados grupos de crianças daquilo que se considera como condição social da infância. A segunda parte do capítulo retoma o conceito de geração do ponto de vista de diferentes autores do campo, indicando os desafios e possibilidades para pensar a diversidade e a pluralidade da(s) infância(s) em articulação com o conceito de interseccionalidade.

3.1 QUAIS INFÂNCIAS E QUAIS CRIANÇAS? A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA UNIVERSALIDADE DA INFÂNCIA E OS DESAFIOS PARA A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA

A grande questão em torno da diversidade de infâncias não está apenas em reconhecê-la. Mas, em entender como ao longo da história a ideia universal de infância sustentou não apenas um conjunto de desigualdades como processos de exclusão de determinados grupos de crianças do ponto de vista simbólico, com efeitos reais nas condições de vidas das crianças. O reconhecimento da infância como categoria com características distintas da adultez é parte da construção da modernidade. A partir dos séculos XVII e XVIII houve um maior interesse da sociedade – ocidental, urbana e industrial - em direção às crianças, o que também fez com que se atribuísse a esse grupo o papel de manutenção e reprodução da ordem social instituída, papel que veio a ser progressivamente definido com os processos de institucionalização da infância (SARMENTO, 2004, 2005) por volta do século XIX. A institucionalização da infância

ajudou a promover uma distinção entre crianças e adultos não só no sentido de reconhecimento das diferenças entre esses grupos geracionais, mas do uso dessas diferenças para promover o afastamento das crianças de algumas esferas públicas de acesso a determinados direitos e ao estatuto de cidadania, sob o argumento da proteção, que em sua base sustenta o interesse de controle e manutenção social (QVORTRUP, 2015).

Ana Nunes de Almeida (2018) aponta que o século XX ajudou a enfatizar a oposição entre adultos e crianças, tanto do ponto de vista científico quanto do imaginário social. Se por um lado essa distinção entre as duas categorias geracionais deu maior visibilidade às crianças e às suas particularidades, no sentido de conduzir a sociedade a se preocupar com a saúde, o cuidado e a educação das crianças, por outro lado reforçou uma ideia de incompetência atrelada à infância e de uma dependência verticalizada, ou seja, enfatizando a dependência das crianças em relação aos adultos, o que também fez com que se aumentassem os dispositivos de controle, como a escola e a família.

A modernidade desempenhou o papel de definir o lugar da infância na estrutura social, com isso, instituiu um conjunto de normas, modelos e comportamentos às crianças, as quais Rita Marchi e Manuel Sarmiento (2017) definem como *normatividade da infância*, e que conduzem, orientam e regulam a vida das crianças e dos adultos. Esse conjunto de normas também são parte do estatuto social da infância na contemporaneidade, historicamente construído e constantemente reafirmado e reinventado, constrói processos de “administração simbólica da infância” (SARMENTO, 2005, p.369). Essa administração simbólica também foi responsável por criar uma normatividade tanto jurídica quanto simbólica da infância, e que foi e é reafirmada por aspectos legislativos e concepções sociais acerca do que é a infância, e conseqüentemente define quais crianças são incluídas e consideradas nesse estatuto social.

A instauração desse conjunto de normas foi sendo ampliada à nível global a partir dos séculos XIX e XX. Com o crescente interesse de áreas como a Psicologia, a Pediatria e a Pedagogia, também se instituem saberes universais sobre as crianças e documentos que orientam seus direitos em âmbito nacional e internacional, como a criação de organizações internacionais e a elaboração da Convenção Sobre os Direitos das Crianças (1989)¹⁷, que apesar de representar uma série de avanços no plano dos

¹⁷ A Convenção sobre os Direitos da Criança foi ratificada em 196 países desde a sua elaboração em 1989. No Brasil ela foi adotada em 1990 e reconhece às crianças os direitos de provisão, proteção e participação. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>.

direitos das crianças, também foi alvo de críticas tanto no que diz respeito à ausência das especificidades dos contextos locais (TISDALL; PUNCH, 2012; MARCHI; SARMENTO, 2017) quanto pela desconsideração das especificidades etárias principalmente no que se refere aos bebês (MARIANO; ROSEMBERG, 2010). Para Diana Marre (2013), o fato de ser impossível definir uma ideia ou um modelo universal de viver a infância, deve orientar tanto o campo dos estudos quanto das políticas nacionais e internacionais dedicadas às crianças.

Um quadro como este, posto pelos processos de institucionalização e reinstitucionalização da infância (SARMENTO, 2005) e somados aos efeitos da globalização hegemônica à nível cultural, político e legislativo (TOMÁS, 2006; RIZZINI, 2006; SARMENTO, 2008; PROUT, 2010) não apenas definiu modos de ser que limitam, constroem e regulam a vida de todas as crianças, à medida que definem aquilo que as crianças devem e podem ou não fazer, como também tendem a excluir as crianças que não se encaixam no que é definido como infância (SARMENTO, 2008; MARCHI, SARMENTO, 2017).

Assim, uma concepção normativa ocidental centrada na intervenção política centrada nos direitos tende a exprimir-se sob uma forma que ignora a diversidade de infâncias e a reproduzir a visão da criança “europeia de classe média” da qual parte. Desse modo, tende a ignorar e a excluir formas de vida e de ação infantis que estão “fora da norma”, reproduzindo uma visão que não deixa de ser excludente, por mais bem intencionada que seja (...) As crianças que “escapam” à norma da infância, ou a infância que não está adequada à própria norma, são consequência do fato de que a ideia de infância, tal como modernamente construída, não se constitui como realidade possível para as classes econômica e politicamente dominadas. Ou seja, as desiguais condições de viver a infância não são alheias ou externas ao desenvolvimento histórico da sua construção moderna, são antes, sua consequência e, ao mesmo tempo, sua condição. (MARCHI; SARMENTO, 2017, p. 956).

Julie Garlen (2019) faz uma crítica ao *mito da inocência da infância* que tomou forma a partir do século XIX em um imaginário sentimentalista entorno da ideia de infância, construído principalmente sob uma visão excludente do ponto de vista racial e baseado em estruturas patriarcais e classistas, nos quais ser criança residiu em um ideal de infância que não comportava a experiência e os direitos de todas as crianças.

Essa variabilidade histórica do que se entende por infância e do que é viver essa experiência em diferentes sociedades e tempos históricos, reitera um dos principais pressupostos da Sociologia da Infância, de que a infância é uma construção social (JAMES; PROUT, 1990), que para além de seu caráter biológico as crianças integram

uma categoria que se constrói e se altera em relação com os padrões econômicos, culturais, sociais, políticos e ideológicos das diferentes sociedades. Enquanto área que compõe o campo interdisciplinar dos Estudos Sociais da Infância a Sociologia da Infância teve uma ampliação expressiva na produção¹⁸, divulgação e estruturação de seu campo de estudos¹⁹ de modo mais incisivo a partir das décadas de 1980 e 1990. Em sua “forma contemporânea” (PROUT, 2010b, p.731), no que se pode chamar de uma Nova Sociologia da Infância²⁰, indicou um novo paradigma que a princípio considera a infância como construção social e a criança como ator social, e que pode ser sintetizado em seis principais pontos apresentados por Prout e James (1990, p. 8-9):

1. A infância é entendida como uma construção social.
2. A infância é uma variável de análise social.
3. As relações sociais estabelecidas pelas crianças e as suas culturas devem ser estudadas por seu próprio direito.
4. As crianças são e devem ser vistas como actores na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem.
5. Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância.
6. A infância é um fenómeno que revela agudamente a dupla hermenêutica das ciências sociais. (*apud* SARMENTO, 2009, p.9).

Que a infância é uma construção social é um dos principais pontos elaborados pela Sociologia da Infância para se contrapor a uma visão puramente desenvolvimentista sobre as crianças e a naturalização biológica da infância. Significa dizer que a infância não é nem uma experiência universal, nem uma experiência abstrata, mas se constitui no plano das relações e estrutura sociais mais amplas, por essa razão existiram diferentes modos de se compreender e viver a experiência da infância ao longo da história. O segundo pressuposto aponta para a infância como variável de análise social, isto é, compreendida na análise relacional com outras variáveis como classe, gênero, raça e etnia, e que nesse sentido comporta uma variedade de infâncias em seu interior.

¹⁸ Montandon (2001) e Sirota (2001) fizeram um balanço da produção em língua inglesa e francesa identificando a presença da infância como objeto sociológico em um conjunto significativo de trabalhos a partir da década de 80, o que apontou para a emergência de um novo campo de estudos.

¹⁹ A primeira reunião entre sociólogos da infância ocorreu em 1990, no Congresso Mundial de Sociologia (QVROTRUP, 1995).

²⁰ A Sociologia da Infância tem suas bases teóricas construídas desde a década de 1930, com as análises sobre a infância e as crianças com foco do ponto de vista sociológico, no entanto, as décadas de 1980 e 1990 marcam uma virada epistemológica importante na definição de alguns pressupostos que recolocaram a infância e as crianças em um lugar fundamental na teoria social para a compreensão do mundo. No sentido de diferenciar e demarcar esse momento, passou-se a chamar de Nova Sociologia da Infância esse conjunto de pressupostos teóricos. Em partes subsequentes do texto nominarei somente de Sociologia da Infância, fazendo referência a autores e constructos que se redefiniram à partir do período dos anos 1980 e 1990.

Depois, o terceiro e quarto aspecto defendem que as crianças e suas relações sociais e culturais são dignas de serem estudadas por si próprias e que as crianças são ativas na construção das relações interpessoais e no interior das estruturas sociais. Esses dois pontos reafirmam a dimensão da agência das crianças, de que elas se relacionam com outras pessoas e com o mundo subjetivo e material e a partir dessas relações constroem culturas com outras crianças e adultos, e, portanto, metodologias de pesquisas que estabeleçam condições de se visualizar os pontos de vistas das crianças por meio de suas vozes, falas, pensamentos, experiências e ações, como é o caso da etnografia, constituem uma importante defesa para os estudos da Sociologia da Infância. A partir desse pressuposto, em que se apresenta a ideia da criança como ator social, um conjunto de trabalhos passa a ser elaborado a partir dessa perspectiva, e metodologias que incluem as crianças como participantes da pesquisa passam a ser incorporadas aos estudos da Sociologia da Infância (MONTANDON, 2001; SIROTA, 2001).

Esses pontos também buscavam contrapor pressupostos da sociologia clássica acerca da socialização infantil, que consideravam as crianças como sujeitos passivos, como exemplo da teoria durkheimiana (ABRANTES, 2011). Ao defender que a criança também é um ator social, que também age no mundo, que não é apenas produto da socialização, mas também é produtora dela nas interações com outras pessoas, a Sociologia da Infância propôs um outro ponto de vista acerca da socialização e a inclusão da infância no discurso sociológico.

Nos anos 1980 e 1990, a sociologia tentava manter-se em sintonia com um conjunto complexo de mudanças sociais esboçadas anteriormente e que abalaram os pressupostos modernos que lhe haviam servido de base durante quase todo o século anterior. O problema aqui reside em que a teoria social moderna nunca havia dado muito espaço à infância. A Sociologia da Infância surgia então com uma dupla tarefa: criar um espaço para a infância no discurso sociológico e encarar a complexidade e ambiguidade da infância como um fenômeno contemporâneo e instável. (PROUT, 2010, p.733).

Por fim, o último pressuposto, de que a infância revela a dupla hermenêutica das ciências sociais – como se refere Anthony Giddens (1978) –, aponta para a intrínseca relação entre a produção de saberes e as práticas sociais, desse modo, a produção de pesquisas com ou sobre as crianças e a infância também está envolvida na reconstrução da infância. Se reconhece as possíveis consequências do discurso sobre as crianças na própria vida das crianças, o que exige reflexividade (MARCHI, 2017) e comprometimento com a produção de saber desse campo científico.

Apesar de inicialmente se constituir em contraponto às teorias clássicas da psicologia do desenvolvimento e das teorias de socialização, a Sociologia da Infância também buscou construir uma agenda própria de pesquisa e a construção desse paradigma trouxe uma contribuição importante para o campo dos Estudos Sociais da Infância, que de modo geral está consolidado (SPYROU, 2018; SARMENTO; MARCHI, 2008) e reúne um conjunto de trabalhos bastante diverso e heterogêneo.

No que se refere especificamente aos estudos da Sociologia da Infância, há atualmente um conjunto diverso de pesquisas que podem ser agrupadas sob três principais categorias (SARMENTO; MARCHI, 2008; SARMENTO, 2008; SARMENTO, 2013)²¹, são essas os estudos estruturais, os estudos interpretativos e os estudos críticos.

Em síntese, é possível dizer que os estudos estruturais compreendem a infância como uma categoria geracional permanente na sociedade, em que sua posição é definida em relação a outras categorias geracionais. Embora as crianças estejam constantemente entrando e saindo da infância a categoria permanece para receber novos membros (QVORTRUP, 2010a). O objetivo dos estudos estruturais é compreender a infância em relação com os parâmetros sociais, econômicos, políticos, culturais e ideológicos das sociedades, para isso pesquisas macrossociais são privilegiadas, seja por meio de estatísticas e fontes documentais ou análises demográficas. Qvortrup (2011), sociólogo dinamarquês, e principal estudioso dessa linha de estudos, formulou nove teses que afirmam que a infância é parte da sociedade e por isso, é impactada e impacta todas as mudanças estruturais, embora haja uma tentativa de exclusão desse grupo geracional, seja por uma desconsideração ou por uma indiferença estrutural (QVORTRUP, 1995).

1. A infância é uma forma particular e distinta em qualquer estrutura social da sociedade. 2. A infância não é uma fase de transição, mas uma categoria social permanente, do ponto de vista sociológico. 3. A ideia de criança, em si mesma, é problemática, enquanto a infância é uma categoria variável histórica. 4. A infância é uma parte da sociedade e de sua divisão do trabalho. 5. As crianças são coconstrutoras da infância e da sociedade. 6. A infância é, em princípio, exposta (econômica e institucionalmente) às mesmas forças sociais que os adultos, embora de modo particular. 7. A dependência convencional das crianças tem consequências para sua invisibilidade em descrições históricas e sociais, assim como para a sua autorização às provisões de bem-estar. 8. Não os pais, mas a ideologia da família constitui uma barreira contra os interesses e o bem-estar das crianças. 9. A infância é uma categoria minoritária clássica, objeto de tendências tanto marginalizadoras quanto paternalizadoras. (QVORTRUP, 2011, p.203-211).

²¹ Essa categorização dos trabalhos e pesquisas não é a única, autores como Frønes (1994) e Mayall (2002) agrupam os trabalhos do campo a partir de diferentes propostas, no entanto, aqui optou-se por trabalhar com a categorização proposta pelo sociólogo Manuel Sarmento.

As nove teses também definem alguns pontos importantes para a área da Sociologia da Infância demarcam uma diferenciação entre infância (categoria geracional) e crianças (sujeitos que integram a categoria infância).

Já para os estudos interpretativos é justamente o foco na ação das crianças que importa. Esses estudos não ignoram os aspectos estruturais geracionais, mas suas características são microestruturais, buscam revelar a agência das crianças na produção das culturas infantis (CORSARO, 1997), na relação entre pares e na relação das crianças com os adultos. Possuem caráter mais empírico, e privilegiam conhecer os mundos de vida das crianças por elas próprias, portanto, são estudos qualitativos e etnográficos em sua maioria.

Os estudos de abordagem crítica compreendem a infância como grupo social oprimido que “vive condições especiais de exclusão” (SARMENTO, 2009, p.3), tendo foco sobre as desigualdades que impactam a infância dada sua posição marginalizada em relação a outras categorias geracionais. Também buscam considerar a infância a partir das relações de gênero, classe, raça e etnia etc., com atenção às condições de vida das “crianças pobres, o trabalho infantil, os meninos de rua²², as crianças institucionalizadas, as crianças migrantes ou pertencentes a grupos étnicos minoritários” (SARMENTO, 2013 p.27). Esses estudos possuem aproximação teórica com os estudos feministas e podem envolver tanto metodologias estruturais quanto interpretativas.

Apresentar os diferentes tipos de estudos e perspectivas que compõem a Sociologia da Infância não tem a intenção de apontar para uma divisão do campo, mas de evidenciar a heterogeneidade desses estudos, visto que embora eles possam ser trabalhados de modo integrado alguns conceitos e perspectivas serão mais ou menos dialogados a depender da pergunta ou do problema em questão, sendo bastante provável encontrar dissenso entre pontos de vista.

A diversidade de interpretações e enfoques talvez se dê justamente porque a infância é um fenômeno altamente complexo (SPYROU, 2018) e a renovação do campo também tem se dado por meio de críticas internas, de modo que a “nova” Sociologia da

²² Atualmente diversos segmentos sociais têm utilizado o termo “em situação de rua” para se referir às populações que ocupam os espaços das cidades por fragilidade social e econômica, que impactam diretamente no acesso à moradia. O termo demarca o fato de que a rua não é lugar de moradia e aponta para a responsabilidade do Estado na elaboração e execução de políticas públicas que ofereçam condições dignas de habitação para essas populações.

Infância já não é tão nova e os paradigmas propostos no início dos anos 90 têm sido revistos e ampliados (PROUT, 2010).

Em uma entrevista concedida em 2011, Alan Prout afirma:

Portanto, se hoje nos é evidente que a infância é uma construção social, não precisamos mais enfatizar esse aspecto, é preciso avançar nas discussões e, ao contrário de excluir, é necessário olhar de forma crítica as abordagens antigas. É preciso lembrar também que a infância não é apenas um fenômeno social, mas um fenômeno heterogêneo e complexo, portanto, não se pode prescindir de uma maior atenção à interdisciplinaridade, ao hibridismo da realidade social, suas redes e mediações, mobilidades e relações intergeracionais; o que significa incluir aspectos e abordagens que pareçam ser descartáveis (NAZÁRIO; PAULA, 2011, s/p).

Um dos aspectos dessa heterogeneidade da(s) infância(s) reside na pluralidade de condições pelas quais as crianças vivem suas vidas e experiências no mundo. Os aspectos diacrônicos e sincrônicos que constituem a infância (SARMENTO, 2008) dão espaço tanto para a existência de um grupo homogêneo quanto as suas características comuns, quanto para um grupo heterogêneo por suas marcas que estão para além da pertença a uma geração (HONIG, 2009). Nesse sentido, é possível dizer que as crianças ocupam uma mesma posição geracional, compartilham um tempo histórico específico a partir desse lugar e ao mesmo tempo possuem diferentes pertencimentos de gênero, raciais, étnicos, de diferentes localizações geográficas e diferentes idades, ou seja, há fatores comuns que afetam todas as crianças, mas o efeito do que é comum impacta diferentemente as infâncias (SARMENTO, 2013).

Diferentes posições entre pesquisadores da abordagem estrutural e da abordagem interpretativa e crítica discordam quando a questão da diversidade nas pesquisas da(s) infância(s). Qvortrup (2010b) aponta para o fato de que o papel dos estudos da infância é primeiro definir a infância enquanto uma categoria antes de observar aquilo que difere as crianças umas das outras, para que não se corra o risco de perder de vista os fatores que unem as crianças como grupo geracional. Esse pesquisador não deixa de reconhecer a pluralidade que compõe a infância ao afirmar que “a infância como categoria não se dissolve porque existe uma pluralidade de infâncias; ao contrário, confirma-se por meio destas” (QVORTRUP, 2010, p.1131), mas considera que os estudos da infância devem primeiro priorizar o “reconhecimento da infância como segmento estrutural ou como categoria generalizada” (ibid., p.1135).

Autores como Chris Jenks (1994) e Allison James e Adrian James²³ consideram, no entanto, ser de suma importância levar em conta a diversidade da infância como fator tão relevante quanto as semelhanças entre as crianças, sendo que um tratamento exclusivamente generalista é capaz de criar uma ideia normativa da(s) infância(s) (MARCHI; SARMENTO, 2017).

Apesar dessas diferentes posições teóricas em relação à questão da diversidade das infâncias, ambos os pontos de vista não são auto excludentes, partir da infância como geração é reconhecer que “as crianças compõem um grupo, uma população que é tratada de forma subalternizada, ocupando uma posição marginal por conta da geração que ocupa” (OLIVEIRA, 2019, p.226). Portanto, evidenciar a diversidade desse grupo não tem a intenção de ignorar esse aspecto, mas também “em esclarecer que algumas diversidades exprimem, potenciam ou nascem de verdadeiras desigualdades sociais” (SARMENTO; MARCHI, 2008, p.15).

No entanto, a tendência a pensar essas questões de forma dicotômica faz parte dos próprios dualismos que se formaram no início da constituição dessa área, sob o pensamento de agência e estrutura, natureza e cultura, biológico e social (PROUT, 2010), global e local (TISDALL; PUNCH, 2012; PUNCH, 2016) e singularidade e pluralidade (JAMES, 2010) como dois polos opostos, e que são, segundo Prout (2010) reflexos da modernidade tardia²⁴ e sua extensão ao campo da infância, na qual se estabeleceu a Sociologia da Infância. As críticas do pesquisador a esse modelo dicotômico em se pensar a infância e a realidade social (PROUT, 1997; 2010) apontam para o fato de que há uma tendência a se pensar apenas um dos dois polos e excluir tudo que não está tão demarcado, mas que se encontra entre eles. Para James (2010) esses dualismos ao mesmo passo que possibilitam comparar aspectos estruturais importantes entre dois polos opostos – como infância e adultez - também acabam ocultando as relações de interdependência e complexidade entre esses fenômenos sociais.

Esses autores apontam para o fato de que dada a complexidade da infância, a integração de perspectivas que se colocam como opostas, contribui para os Estudos da Infância e para a compreensão das diferentes realidades de vida das crianças. James (2010) propõe a integração desses diferentes pontos de vista no campo a partir da

²³ Ver Qvortrup (2010b).

²⁴ Para Giddens (1997) algumas dinâmicas da modernidade se estenderam após seu fim, por isso, o termo *modernidade tardia* busca indicar que não houve uma completa ruptura com os padrões modernos, mas a presença e a manutenção de algumas características da modernidade que se mantiveram.

metáfora dos *tecidos*. Na tecelagem os tecidos são formados em uma estrutura chamada tear, nessa estrutura se faz o entrelaçamento de fios de trama (em sentido transversal) com fios de urdume (em sentido longitudinal). A urdidura é o conjunto de fios em sentido longitudinal que formam o comprimento, e, portanto, dão a base do tecido, é a urdidura que define o tamanho e a dimensão que o tecido terá. Só depois que os urdumes estão posicionados no tear os fios de trama começam a ser trançados em sentido transversal, constituindo a largura do tecido e as características e detalhes que ele terá.

Para James (2010), a urdidura do tecido poderia representar a homogeneidade da infância, como apontam as perspectivas estruturais dos Estudos da Infância, isto é, tudo aquilo que é semelhante à todas as crianças enquanto integrantes de uma categoria e que coloca a infância em posição geracional desigual aos adultos, nesse sentido, qualquer análise da infância precisa partir dessa base.

Cada um dos urdumes representaria um aspecto estrutural, como os sistemas de estratificação social, as dimensões de gênero e raça, política, econômica e cultural na qual a infância se constrói. Já os fios de trama representariam as diversidades, esses detalhes mais específicos que revelam a agência das crianças, suas experiências e também as características mais internas, e que em relação com as dimensões sócio estruturais constituem uma variedade de infâncias. Cabe asseverar que a homogeneidade está sendo compreendida aqui como aspecto que agrupa as características ou condições comuns a determinado grupo social, e não implica no apagamento das pluralidades de cada indivíduo. A escolha em focalizar determinado aspecto, não necessariamente implica na negação das demais características desse grupo.

O principal aspecto da metáfora apresentada por James (2010) está justamente no entrelaçamento de ambos os pontos de vista e na inter-relação entre as perspectivas macroestruturais e as perspectivas microestruturais. Para o autor essa proposta de abordagem está para além da análise dos aspectos que diferenciam as crianças ou grupos de crianças entre si, mas exige uma análise das experiências microestruturais integradas aos aspectos macroestruturais, em como as diferenças entre as crianças estão integradas às semelhanças da infância e em como as restrições estruturais da infância, enquanto uma categoria geracional, impactam e se relacionam com a diversidade de vida das crianças. Ou, retornando à metáfora dos tecidos, possibilita que se verifique os diferentes padrões criados no entrelaçamento dos urdumes com as tramas e suas variações.

Análises capazes de integrar diferentes perspectivas, considerando que todas as crianças integram uma categoria geracional, vivem condições específicas a partir desse

lugar, mas sem perder de vista as diversas dimensões que atravessam as diferentes infâncias, são particularmente importantes para pesquisas realizadas em um país como o Brasil, situado na América Latina, região marcada pelas desigualdades socioeconômicas e sua reprodução intergeracional, marcas da colonialidade histórica e cultural (ALVARADO; LLOBET, 2014).

De acordo com Marta Arretche (2015, p.2) “a América Latina apresenta os mais elevados índices de desigualdade do mundo, e o Brasil ainda está entre os países mais desiguais da região”. Para Sara Alvarado e Valeria Llobet (2014) uma análise da(s) infância(s) nessa perspectiva deve ser capaz de identificar quais aspectos são específicos dos contextos latino-americanos e quais questões se referem a todas as crianças de modo geral, uma posição que reconhece a existência de várias infâncias no interior da categoria infância.

Essa tendência em enfatizar uma abordagem crítica nos Estudos da Infância tem se mostrado presente nos estudos críticos (SARMENTO, 2008; TISDALL; PUNCH, 2012) e também nas produções teóricas do campo dos Estudos da Infância da América do Sul (VOLTARELLI, 2020). Kay Tisdall e Samantah Punch (2012), tensionam o campo dos Estudos da Infância no que diz respeito à naturalização e universalização dos conceitos usados nas pesquisas e sua aplicabilidade no que as autoras chamam de *mundo maioritário* e *mundo minoritário* para se referir aos países do norte e do sul global. Sabemos que as crianças são atores sociais, no entanto, o modo como elas se tornam atores sociais e evidenciam sua agência deve ser sempre compreendido no interior dos contextos sociais amplos e específicos, tanto no sentido material quanto subjetivo, ou seja, as crianças são potencialmente capazes de efetivar sua agência, mas o processo pelo qual essa agência é realizada em diferentes contextos, situações e relações é sempre complexo e muitas vezes contraditório.

Os conceitos de *superinclusão* e *subinclusão* que Crenshaw (2002; 2004) apresenta para pensar os riscos de uma invisibilidade interseccional na situação das mulheres podem ser úteis para pensar a infância como geração. A superinclusão supõe que um problema pode ser ignorado quando visto apenas sob o ponto de vista de uma categoria. Nesse caso, não poderíamos afirmar que todas as questões que impactam a vida das crianças podem ser analisadas sob o prisma do seu pertencimento a uma geração. Relacionado a esse primeiro ponto, a subinclusão exclui alguns problemas de sua agenda por não se referirem à categoria de modo geral, ou seja, é o que acontece quando uma questão não é

considerada como algo a ser enfrentado pela pesquisa das infâncias apenas por não afetar todas as crianças.

No entanto, olhar para infância como uma categoria geracional, destacando aquilo que é comum a todas as crianças, como pode-se ver, é um princípio importante em defesa desse grupo que é particularmente afetado pelas condições de exclusão e desigualdades sociais. Esse é o ponto de partida inicial para compreendermos e agirmos em defesa de todas as crianças que fazem parte da infância, e que exigem também um olhar mais específico para os diferentes grupos de crianças.

3.2 INFÂNCIA E INTERSECÇÕES ENTRE CATEGORIAS SOCIAIS: QUAL O LUGAR DA GERAÇÃO?

Geração é um dos principais conceitos utilizados nos estudos da área de Sociologia da Infância. Em termos sociológicos, tratar a infância como uma categoria geracional que é parte permanente da estrutura social (QVORTRUP, 2010b) permitiu aos sociólogos da infância estabelecerem uma distinção conceitual entre adultos e crianças (HONIG, 2009) que se situa no plano da diferença e não da capacidade e da incapacidade ou da completude e incompletude (SARMENTO, s/a). Essa distinção no plano teórico também permitiu tanto uma análise histórica do desenvolvimento da infância quanto a sua relação com outras categoriais geracionais e estruturas sociais (QVORTRUP, 2010b).

Geração é um conceito central para os estudos da infância e Karl Mannheim (1993) embora não tenha sido um pesquisador da infância, desenvolveu alguns pontos fundamentais para compreender o que é uma geração do ponto de vista sociológico, de modo que sua teorização tem sido referência em estudos geracionais da infância, juventude e velhice. Para esse autor uma geração é parte da estrutura social, não redutível aos aspectos biológicos - embora esses fatores também integrem as gerações -, mas que é constantemente renovada internamente e externamente promovendo a transmissão e a resignificação cultural e simbólica de elementos que a compõem.

Diferente da perspectiva estrutural que encontramos na Sociologia da Infância, para Mannheim as gerações não são estruturas, mas posições sociais. O que faz com que uma pessoa pertença a uma geração se refere ao compartilhamento de aspectos históricos, sociais, culturais e eventos em comum, que em suma, determinam sua *posição geracional*, essa posição se constitui como uma força social que potencialmente pode

configurar o pertencimento a uma geração (WELLER, 2010). Essa posição se relaciona com a estrutura social, podendo constituir diferentes gerações ao longo da história.

No entanto, a posição geracional não basta para determinar uma geração, a *conexão geracional* é o vínculo que conduz os sujeitos a participarem de eventos comuns e coletivos entre seus membros, que podem ter caráter mais ou menos dinâmicos a depender das *unidades geracionais*, constituída pelas “tendências formadoras de um coletivo” (MOTTA; WELLER, 2010, p.177). As unidades geracionais constituem grupos concretos que posicionam os sujeitos de modo particular diante de determinadas questões, nesse sentido, os aspectos de classe, raça, gênero, etnia, idade também podem configurar diferentes unidades geracionais, promovendo experiências específicas a determinados grupos. Embora as unidades geracionais possam se constituir por meio de uma série de fatores e aspectos que não necessariamente estarão determinados apenas por essas categoriais sociais citadas, a dinamicidade desse conceito de geração permite que se possa avançar em pesquisas empíricas de investigação das intersecções no interior das gerações.

O sociólogo dinamarquês Qvortrup é um dos principais pesquisadores que desenvolvem estudos em uma perspectiva estrutural no campo dos estudos sociológicos da infância, sua defesa de que a infância deve ser observada como uma categoria permanente na estrutura social (QVORTRUP, 2010b) aponta para o fato de que a infância, assim como as demais categorias geracionais (adulthood e velhice), também é moldada em relação aos parâmetros sociais e estruturais. Embora a permanência dos sujeitos em cada uma dessas gerações seja determinada individualmente por um tempo, enquanto parte da estrutura social as categorias geracionais permanecem sempre recebendo novos membros.

Em outras palavras, a infância tanto se transforma de maneira constante assim como é uma categoria estrutural permanente pela qual todas as crianças passam. A infância existe enquanto um espaço social para receber qualquer criança nascida e para incluí-la – para o que der e vier – por todo o período da sua infância. Quando essa criança crescer e se tornar um adulto, a sua infância terá chegado ao fim, mas enquanto categoria a infância não desaparece, ao contrário, continua a existir para receber novas gerações de crianças. (QVORTRUP, 2010b, p.637).

Como vimos na seção anterior, a ideia da infância como uma categoria geracional supõe uma determinada homogeneização da infância no sentido de pensar aquilo que é comum a todas as crianças, isto é, o estatuto que a infância ocupa em relação aos adultos e que configura às crianças uma posição discriminada, de desigual poder

(político, econômico e social) em termos de recursos (ALMEIDA *et al*, 2013). Essa perspectiva, ao estabelecer uma distinção entre os conceitos de infância e criança considera os aspectos em comum que ligam as crianças umas às outras na estrutura social.

Por se tratar de uma perspectiva estrutural, infância e adultez se constituem como duas categorias opostas, em que as disputas de poder incidem sobre a relação entre adultos e crianças, no entanto, em termos empíricos a relação entre ambos pode ser muito mais dinâmica e complexa, já que “a diversidade interna cinde-as em grupos de crianças ou de adultos que protagonizam distintas condições de infância e de adultez, situadas a maior ou menor proximidade das representações dominantes destas duas categorias no discurso social e científico” (ALMEIDA *et al.*, 2013, p. 362), e nesse sentido, a característica relacional é constitutiva das relações entre gerações (ALANEN, 2016).

Para Qvortrup (2010b), assim como acontece com as demais categorias sociais (de classe, raça e gênero) as mudanças que atingem as categorias geracionais são definidas por parâmetros sociais. Há um conjunto de parâmetros que podem se alterar ou surgir em diferentes sociedades e tempos históricos, eles podem ser estruturais (econômicos, políticos, culturais) ou mesmo discursivos e ideológicos, e é justamente a interação entre eles que vai exercer a configuração das categorias sociais.

Segundo o autor, a diferença entre categorias geracionais e as demais categorias sociais está na maior rotatividade dos membros que a compõem visto que as gerações estão sempre se reconfigurando com a entrada e a saída dos sujeitos que a integram em períodos de tempo mais curtos que as categorias de gênero, classe e raça, por exemplo. As categorias de classe, raça e gênero podem permanecer durante toda a vida de uma pessoa, mesmo que com novas reconfigurações, enquanto as categorias geracionais são, em termos de desenvolvimento interno²⁵, substituídas por outras. Isto é, as crianças que integram a infância hoje vão crescer e fazer parte da adultez, já se formos pensar em termo de pertencimento racial ele atravessa ambas as gerações no percurso de vida individual de cada pessoa. Essa mobilidade interna dos membros é um dos principais aspectos que diferencia as categorias sociais das categorias geracionais, no entanto, em termos de estrutura, ambas configuram as dinâmicas sociais.

²⁵ Para Qvortrup (2010b) a infância é composta por dimensões verticais e horizontais. As dimensões verticais indicam o desenvolvimento interno da infância, o fato de que individualmente as crianças crescem e passam a fazer parte de outra geração, e esse aspecto está sempre provocando a transformação interna da infância. Ao mesmo tempo, na dimensão horizontal, a categoria permanece já que não está condicionada ao crescimento individual de cada criança, mas ao fato de que é sempre composta por crianças, e só deixaria de existir se as crianças também deixassem de existir.

A interação das categorias sociais e das categorias geracionais pode, portanto, gerar diferentes configurações na vida de cada pessoa ou de diferentes grupos, como aponta Rosemberg (2012, p.21):

Meu pressuposto é que as diferentes formas de desigualdade social não atingem as pessoas durante sua trajetória de vida da mesma forma, com a mesma intensidade e com o mesmo impacto. Neste ponto apelo pela noção de etapas da vida²⁶, base para a construção social das relações de idade.

Portanto, se afirmamos que importa considerar que a vida das crianças não é apenas constituída em termos de geração, e que nesse sentido é preciso conhecer os diferentes aspectos que estruturam suas vidas, também não é possível falar de raça, classe, deficiência ou etnia nas pesquisas com crianças sem considerar que as crianças pertencem a uma geração. E o fato de pertencerem a uma geração na intersecção com as demais categorias sociais pode gerar diferentes dinâmicas de relações, de modo que apenas uma transposição do que compreendemos das dinâmicas sociais entre os adultos não é suficiente para compreender a vida das crianças (ROSEMBERG, 2012), é preciso avançar na investigação empírica.

Para Sarmiento (2005) as gerações são compostas para além de uma variável dependente e independente, elas também são construídas historicamente, sendo assim, atribuiu-se ao longo do tempo um estatuto social às crianças, cujas normas e bases que determinam seu lugar na sociedade são definidos, esse estatuto social define o que é infância e é constantemente reinventado pelas práticas das crianças entre si, das relações das crianças com os adultos e dos fatores históricos, sociais, econômicos, políticos, simbólicos e ideológicos.

(...) a sociologia da infância tem vindo a assinalar a presença destas variações intrageracionais e recusa uma concepção uniformizadora da infância. Não obstante, considera, para além das diferenças e desigualdades sociais que atravessam a infância, que esta deve ser considerada, no plano analítico, também nos factores de homogeneidade, como uma categoria social do tipo geracional própria. Isso significa que se considera a infância nos factores sociais à posição de classe, ao género, à etnia, à raça, ao espaço geográfico de residência. (p.371).

²⁶ Fúlvia Rosemberg é uma das pesquisadoras que optam por usar o conceito de “etapas de vida” ou “idade” para falar de infância, pois compreende que as desigualdades que atingem a infância não estão restritas aos fatores intergeracionais (das diferenças entre adultos e crianças) mas também aos fatores intrageracionais, condicionado pela leitura social que se faz da idade e as hierarquiza, ainda que se permaneça com a dominância da idade adulta. A pesquisadora dá ênfase a esse aspecto principalmente em defesa dos bebês, que tendem a ocupar posição de maior desigualdade em termos de acesso a políticas públicas e mesmo no âmbito das pesquisas na área da Sociologia da Infância.

Essa posição é, segundo o autor, o que sustenta uma necessária distinção conceitual entre infância e crianças no campo da sociologia da infância - embora não seja possível pensar empiricamente essa diferenciação -. O conceito de infância se refere a uma categoria social geracional e as crianças são os sujeitos que a integram, e que nesse sentido são sempre crianças plurais e diversas. Desse ponto de vista, geração é um conceito fundamental para a compreensão do funcionamento da ordem social, levando em conta as dimensões das relações intergeracionais (SARMENTO, 2005) e intergeracionais (MARIANO; ROSEMBERG, 2010).

Mayall (2000) retoma a importância de que os Estudos da Infância tomem para si um conceito-chave central para a compreensão da condição social da infância. Segundo Mayall (2000) e Leena Alanen (2009; 2016) assim como gênero foi um conceito central para os estudos feministas, geração deve ser um conceito central para os Estudos da Infância. Ainda sobre essa relação, tal como os estudos feministas, Mayall (2000) afirma que o primeiro passo é a elaboração de uma crítica (descritiva e analítica) sobre as relações intergeracionais, depois, é preciso pensar na desconstrução dos discursos que fundamentam essas práticas em condições desiguais para as crianças, o terceiro passo é a elaboração de um conceito-chave, que para a infância é *geração*, por fim, o estudo da infância a partir do conceito de geração deve considerar o ponto de vista das crianças, assim como os estudos feministas levaram em conta o ponto de vista das mulheres.

Outra pesquisadora que aposta na teorização do conceito de geração no campo dos Estudos da Infância é Alanen. A ideia de *ordem geracional* proposta por Alanen (2009) aponta para a geração como simultaneamente composta por uma variável dependente e independente, ou seja, é constituída por fatores internos, como a ação das crianças, e fatores externos (estruturais). Dois pontos são centrais nessa análise, o primeiro é que a infância existe em relação com outras categorias geracionais e sociais e em uma inter-relação no interior da própria categoria. O segundo ponto, é que ao mesmo tempo que o ordenamento social impõem um conjunto de práticas sociais específicas para esse grupo, as crianças participam dessa construção a partir da sua atuação, o que evidencia ao mesmo tempo uma construção interna e externa da infância, no que a autora vai chamar de ordem geracional e de uma interdependência entre categorias geracionais.

Nesse sentido, nem a infância nem a adultez são homogêneas, pois possuem ao mesmo tempo uma pluralidade no interior de cada uma dessas categorias e aspectos em comum que ligam as pessoas umas às outras em termos geracionais. Para Alanen (2009)

a relevância em considerar a existência de uma ordem geracional é a de reconhecer que ela coexiste com as estruturas de classe, raça, gênero e etnia, nesse sentido o “mundo social não é apenas simultaneamente de gêneros, classes, raças e assim por diante; ele também é organizado em termos de ordenação geracional - ele também é ‘geracionalizado’ - e é esse insight que exige uma reavaliação estrutural e relacional na sociologia da infância” (Ibid., p. 162, tradução nossa²⁷). A pesquisadora chama a atenção “para a importância de distinguir a análise de categorias (de gênero, de idade), estática e sobretudo descritiva, da análise processual, que foca os processos através dos quais essas categorias são relacionalmente fabricadas (ALMEIDA, *et al.*, 2013, p. 344).”

As dimensões externas e internas coexistem simultaneamente, o desafio não está, no entanto, em afirmar o que é a ordem geracional, mas em compreender como ela é produzida, ou seja, em como se dão os processos pelos quais crianças e adultos socialmente tornam-se crianças e adultos, e em como sua posição vai sendo definida por meio dessas relações. Nesse sentido, é necessário investigar como os processos internos são construídos na relação entre adultos e crianças e entre crianças e crianças, e em como as estruturas externas são estruturalmente produzidas e reproduzidas. Conjuntamente essas duas dimensões constituem a ordem geracional.

Para Alanen (2016) a intersecção entre diferentes categorias sociais tem sido pouco explorada ou aprofundada nos Estudos da Infância, seja do ponto de vista teórico ou metodológico. Em uma breve busca na plataforma *Google Scholar* utilizando as palavras-chave “*childhood and intersectionality*” foram encontrados 11 trabalhos que articulam as discussões sobre interseccionalidade no campo das pesquisas com ou sobre crianças em língua inglesa (apêndice 1). Entre eles está o editorial “*Intersectionality and other challenges to theorizing childhood*” de Alanen (2016) que aponta perspectivas e desafios para o uso da interseccionalidade nos Estudos da Infância, o artigo de Kristina Konstantoni e Akwgo Emjulu também publicado em 2016, que trata de uma discussão teórica que propõe a articulação da interseccionalidade com o campo dos Estudos da Infância principalmente sob a perspectiva da Geografia da Infância, o artigo de Maria Rodó-de-Zárate publicado em 2016 traz dados de uma pesquisa com crianças e jovens articulando o conceito de interseccionalidade às discussões dos Estudos da Infância e da Geografia da Infância e o artigo de Melissa Strompolis *et al* (2019) que analisa

²⁷ No original: “(...) the social world is not only simultaneously gendered, classed, ‘raced’, and so on; it is also organized in terms of generational ordering – it is also ‘generationed’ – and it is this insight that calls for structural and relational rethinking in the sociology of childhood.” (ALANEN, 2009, p. 162).

experiências ou eventos negativos e seus impactos na vida das crianças a partir das intersecções de raça, etnia e renda.

O artigo de Ecklund (2012) que se trata de um estudo de caso, se situa no campo da psicologia e aborda as influências das opressões interseccionais na construção da identidade das crianças, o artigo de Xuan-Thuy Nguyen e Claudia Mitchel (2014) articula as intersecções de gênero e deficiência em interface com as políticas educacionais, o artigo de Nardan e Korbin (2018) usa interseccionalidade para investigar aspectos de vulnerabilidade infantil de acordo com os contextos socioculturais e o artigo de Hellman, Heikilla e Sundhall (2014) analisa as intersecções de gênero, idade e geração no contexto de uma instituição de Educação Infantil.

A dissertação de Maria Persons, publicada em 2017 também é realizada no contexto de uma instituição de Educação Infantil e que analisa as intersecções de gênero, raça e etnia utilizando a noção de ordem geracional para compreender as relações entre adultos e crianças e entre crianças e crianças. E também foram encontrados um capítulo de livro e um livro, ambos publicados em 2019, o primeiro organizado por Ulfah, Yulindrasari e Adriany com o título “Leadership in early childhood: Gender and age intersectionality” e o segundo organizado por Benzon e Wilkinsons cujo título é “Intersectionality and Difference in Childhood and Youth: Global Perspectives”.

Nem todas as produções encontradas estavam disponíveis na íntegra, no entanto, com base nos títulos e resumos é possível perceber que há uma diversidade em relação às temáticas trabalhadas e às áreas de concentração, sendo produções recentes. Além disso, é possível dizer que há um número considerável delas que possui uma relação direta com os conceitos, teorias e perspectivas do campo dos Estudos da Infância.

Na pesquisa realizada por Persons (2017) em uma instituição de Educação Infantil com crianças entre 3 a 5 anos de idade nos Estados Unidos, a autora identifica diferentes intersecções de raça, classe, gênero e idade, e propõe que além das intersecções de opressão, as crianças realizam intersecções de *agência* e *poder*. Isto é, as crianças fazem uso do que Persons (2017) define como “brincadeira crítica” para compreender e lidar com as dinâmicas de raça, gênero, classe e etnia em uma relação de *interdependência* com outras crianças e com os adultos, nesse sentido a pesquisadora entende a agência das crianças como coletiva e colaborativa a partir da ideia de *ordem geracional* proposta por Leena Alanen.

Essa pesquisa foi realizada no estado da Pensilvânia, de acordo com a autora em um bairro que historicamente foi composto por pessoas de baixa renda, mas que agora

comporta uma população bastante diversa tanto no aspecto econômico quanto racial, e também grupos vindos de partes do continente africano e do Oriente Médio. Nesse sentido, há uma diversidade racial, econômica e de nacionalidade que compõe tanto o grupo de crianças quanto o grupo de professoras.

Em um dos trechos do caderno de campo, a pesquisadora destaca o registro de um momento em que uma menina de quatro anos conta com o apoio das professoras na roda de conversa para se aproximar de um outro grupo de meninas de ascendência chinesa que a excluem das brincadeiras por ela não falar chinês. A menina de quatro anos apresenta um brinquedo às outras crianças e por meio do *faz de conta* afirma que a raposa (brinquedo) apesar de ter nascido em Nova York, fala várias línguas, inclusive chinês, o que rende por alguns minutos uma tentativa de diálogo em inglês e chinês entre as crianças por meio desse brinquedo. De acordo com Persons (2017) é a brincadeira que permite que essa criança exerça sua agência e tente uma aproximação para se inserir no grupo do qual é excluída por aspectos culturais e linguísticos.

Essa agência realizada por meio do “faz de conta” ou da “fantasia” são observadas em diversos momentos em que as crianças fazem uso de hierarquias sobre os papéis de gênero e raça das estruturas familiares (homogêneas e patriarcais) para conquistar direitos dentro das brincadeiras em grupo e para excluir outras crianças das brincadeiras, indicando, segundo a autora, interseções de poder. Embora o conceito de interseccionalidade esteja, em sua origem, muito mais comprometido a evidenciar as desigualdades e a trabalhar em favor da justiça social, essas dinâmicas observadas na pesquisa de Persons (2017) nos ajudam a compreender como alguns grupos podem, a depender do contexto, ter mais de um lugar privilegiado nas relações de poder de acordo com a articulação de seus marcadores sociais. Segundo a pesquisadora, utilizando uma análise interseccional, ela observa

como as crianças usam reivindicações de poder interseccional relacionadas a gênero, etnia e geração em sua negociação e navegação de dinâmicas de poder e hierarquias sociais entrelaçadas em suas brincadeiras de fantasia. Em alguns casos, as crianças aplicam essas reivindicações de poder de uma forma que combina e aumenta seu poder; outras vezes, não o fazem. (PERSONS, 2017, p.106, tradução nossa²⁸)

²⁸ No original: “I focus on how children use intersectional power claims related to gender, ethnicity, and generation in their negotiation and navigation of power dynamics and social hierarchies interwoven into their fantasy play. In some cases, children apply these power claims in a way that combines and compounds their power, other times they do not.” (PERSONS, 2017, p.106).

No estudo realizado por Florestan Fernandes (2004) sobre as trocinhas do Bom Retiro também são observados aspectos de ordem social na constituição das culturas infantis, como questões de gênero e sexualidade, de idade e classe social na constituição dos grupos, que por vezes são fechados e restritos à inserção de novos membros ou de membros que não se encaixam no perfil esperado. A pesquisa realizada por Florestan Fernandes foi realizada em 1944 e trouxe elementos importantes para compreender a constituição das culturas infantis nos processos de socialização entre as crianças na produção das culturas infantis.

A produção de culturas infantis não é separada do mundo dos adultos, o conceito de *reprodução interpretativa* (CORSARO, 2011 [1997]) aponta para a existência de culturas compartilhadas entre adultos e crianças, em que as crianças fazem uso dos aportes culturais já existentes para criar suas próprias culturas, portanto, incluem aspectos relativos a gênero, idade, raça, etnia, classe social etc., sejam também incorporados pelas crianças em suas brincadeiras e suas formas de se relacionar. Isso significa que as crianças também podem produzir suas culturas com base em práticas discriminatórias ou segregadoras, assim como acontece entre os adultos. A ideia da existência de uma cultura infantil é parte do reconhecimento de que as crianças também possuem papel ativo na produção das culturas, isso não significa que as crianças constroem as culturas em um mundo à parte completamente privado das interferências do mundo.

Por essas razões, a agência das crianças precisa sempre ser contextualizada (TISDALL; PUNCH, 2012) em âmbito geográfico e local. Tisdall e Punch (2012) problematizam o conceito, afirmando que sua universalização exclui as crianças que não se encaixam na norma global, nesse sentido, a agência é sempre circunstancial, interdependente da relação com outras crianças e adultos, varia de grau, natureza e é suscetível a restrições estruturais. A agência nem sempre é exercida por todas as crianças e nem sempre é positiva. Entretanto, pode ser limitada ou impulsionada pelos contextos nos quais as crianças estão inseridas, por posições de poder, pelas relações, emoções e identidades.

A ideia de intersecções de agência (PERSONS, 2017) permite visualizar como as intersecções de diferenças são percebidas e compreendidas pelas crianças, suas estratégias para lidar com essas questões e os processos pelos quais essas diferenças podem se tornar em opressões entre os grupos de crianças. Também apontam como na experiência empírica os marcadores de raça, gênero, idade, geração, deficiência ou nacionalidade podem assumir diferentes pesos ou configurações entre as crianças.

Como aponta Mighian Danae Ferreira Nunes (2016), sobre a ausência de pesquisas com crianças negras que identifiquem também seu papel ativo frente ao enfrentamento ao racismo, é necessário “organizar outros modos de vista para essas crianças que não apenas aqueles ancorados na exclusão, para que não sejam engolidas pelo racismo instalado não apenas em nossa organização social, mas também em nosso modelo de fazer ciência” (p.393). Nesse sentido, Ândrea Barbosa de Andrade (2020) identifica em sua pesquisa sobre produção de conteúdo audiovisual por crianças, as narrativas de meninas negras marcadas pela resistência e por um posicionamento ativo na luta antirracista, impactadas ou não pelo racismo, o que reafirma a necessidade de considerar a atuação das crianças negras na sociedade para além do lugar da exclusão.

Partir do pressuposto de que as crianças (e todas as outras pessoas) são diferentes e partir de uma lente interseccional para observar a interação entre essas diferenças entre as crianças, e quais os processos pelos quais as diferenças se transformam em desigualdades, é um desafio para o campo dos Estudos da Infância, pois também é preciso não perder de vista o fato de que as crianças também possuem emoções, sentimentos, agência e pensamentos que fazem parte da sua subjetividade.

Alguns estudos interseccionais também enfrentam algumas críticas devido ao fato de depositarem maior peso às estruturas sociais que condicionam a vida das pessoas. De acordo com Collins e Bilge (2021) as estruturas são aspecto importante para as pesquisas interseccionais tanto quanto as identidades individuais e coletivas das pessoas, para essas autoras é preciso considerar ambas as dimensões.

Em outras palavras, as pessoas têm muitas escolhas e uma agência considerável sobre quem escolhem ser, mas dentro das limitações impostas pelas circunstâncias sociais, que independem de sua escolha. Muitos estudos interseccionais defendem essa perspectiva sobre a subjetividade humana que flui com cuidado na interação entre as determinantes sociais e a agência individual. (COLLINS; BILGE, 2021, p.200).

É necessário, ao mesmo tempo, não reduzir as crianças às condições estruturais, como se não possuíssem agência própria. Mas é preciso também considerar a sua agência no interior dessas estruturas.

Em resumo, buscou-se apresentar neste capítulo algumas interlocuções possíveis entre a Sociologia da Infância e a interseccionalidade. Pensar nas intersecções, sejam elas de desigualdade ou diferença, no âmbito das pesquisas das infâncias considerando geração como um conceito fundamental impõem alguns desafios, mas também algumas possibilidades. A principal possibilidade é a de avançar nas discussões de outros campos

de análise, ou seja, se estamos defendendo que a infância é uma categoria social, e que assim como raça, classe e gênero, as gerações também organizam a ordem social (ALANEN, 2016), não são apenas os Estudos Sociais da Infância que devem se ocupar dessa variável. Assim como pesquisadores da infância pouco têm se dedicado a trabalhar com a interseccionalidade (ALANEN, 2009; KONSTANTONI *et al*, 2013), o inverso também acontece. Para Punch (2016), as categorias de geração e idade têm sido marginalizadas nas Ciências Sociais na medida em que não são consideradas como variáveis de análises sociais tanto quanto gênero, raça, classe ou etnia.

No universo das produções em língua inglesa (ALANEN, 2016; KONSTANTONI; EMEJULU, 2016; ZARATE, 2016; STROMPOLIS, *et al* 2019; ECKLUND, 2012; NGUYEN; MITCHEL, 2014; NARDAN; KORBIN, 2018; HELLMAN, HEIKKILA; SUNDALL, 2014; PERSONS, 2017; ULFAH; YULINDRASARI; ADRIANY, 2019; BEZON; WILKINSONS, 2019), ainda que numa busca breve, é possível afirmar a permanência do quadro apontado por Alanen (2016). A incidência do conceito de interseccionalidade é bastante recente e diversa em relação às áreas de concentração, os trabalhos se dividem entre apontamentos teóricos e pesquisas empíricas e não existe uma única forma ou modo de trabalhar com essa ferramenta teórica e analítica. No próximo capítulo, pretende-se verificar se esse quadro se repete na produção acadêmica nacional, para isso serão apresentados os caminhos metodológicos realizados na presente pesquisa nas buscas de produções acadêmicas que trabalham com o conceito, com a teoria ou com o método interseccional em pesquisas com, sobre ou para crianças.

4 CAMINHOS METODOLÓGICOS: ESCOLHAS E DESAFIOS NA BUSCA PELO CONCEITO “INTERSECCIONALIDADE” NAS PESQUISAS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Todo perguntar é um buscar. Todo buscar tem sua direção prévia que lhe vem do buscado. (...) O perguntar tem, enquanto “perguntar por...” seu aquilo de que se pergunta. Todo “perguntar por...” é, de algum modo, “perguntar a...”. Ao perguntar é inerente, além daquilo de que se pergunta, um aquilo a que se pergunta [...] O peculiar deste [perguntar] reside em que o perguntar “vê através” de si desde o primeiro momento em todas as direções dos mencionados caracteres constitutivos da pergunta mesma. (HEIDEGGER, 1989, p. 14 apud HOYUELOS, 2019, p.33).

Segundo Dilmiere Vosgerau e Joana Romanowski (2014) os estudos de revisão podem assumir diferentes tipologias, denominações e configurações, desde aqueles que buscam fazer um mapeamento das produções para compor o referencial teórico da pesquisa até os que fazem uma análise mais aprofundada das bibliografias encontradas. Neste estudo, optou-se por utilizar a terminologia *revisão sistemática* (VOSGERAU; ROMANOVSKI, 2014) ou *revisão crítica* (PREZENSKY; MELLO, 2019) para definir o tipo de revisão com a qual se trabalhou. Para Bruno Prezensky e Roseli Rodrigues de Mello (2019) a diferença de definição entre a revisão de literatura e a revisão crítica está no fato de que a revisão crítica da produção científica além de envolver a revisão de literatura sobre determinado tema, tem como objetivo principal a análise da produção encontrada, nesse sentido, a revisão crítica se distingue do mapeamento comumente presente nas produções acadêmicas em que se tem a intenção de delinear ou justificar os objetivos daquela pesquisa, pois busca fazer um balanço da produção de determinada área sob uma análise crítica e possibilita apontar para “a compreensão do movimento da área, sua configuração, propensões teóricas metodológicas, análise crítica indicando tendências, recorrências e lacunas” (VOSGERAU; ROMANOVSKI, 2014, p. 167).

Em relação à sua caracterização, as revisões sistemáticas buscam responder a uma pergunta central de pesquisa – considerando sua originalidade, relevância acadêmica/social e a delimitação da questão – utilizando-se de um conjunto de métodos criteriosos no processo de busca das produções. Esses métodos definem pontos importantes do processo, como os critérios de inclusão e exclusão das produções encontradas que vão constituir o *corpus* de análise final (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Para Gatti (1999), o método não é algo abstrato, mas revela a organização e o

desenho da pesquisa e também o modo como a pesquisadora ou o pesquisador vê o mundo por meio daquilo que se investiga. O método, ou o conjunto de métodos, integra a metodologia da pesquisa, os caminhos pelo qual se realizou a investigação, as escolhas, os critérios, procedimentos e instrumentos utilizados para se reunir o material e depois, realizar sua análise (PREZENSKY; MELLO, 2019).

No presente trabalho optou-se por trabalhar com a *análise de conteúdo* de Laurence Bardin para a busca e discussão acerca das produções encontradas na revisão sistemática, incorporando à investigação bibliográfica as três principais etapas definidas por Bardin (2016) como: *pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados obtidos e interpretação*. Publicado pela primeira vez em 1977, o livro “Análise de conteúdo” apresenta um conjunto de procedimentos para análise de discurso, que não estão restritos à produção bibliográfica, mas podem ser incorporados em análises documentais, audiovisuais ou mesmo discursos publicitários. Segundo Bardin (2016) a análise de conteúdo é adaptável a qualquer tipo de discurso ou comunicação a qual se pretenda analisar com maior rigor científico. A autora define a análise de conteúdo como

(...) *um conjunto de técnicas de análise das comunicações*. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (2016, p.31, *grifos no original*).

Se tratando de um conjunto de técnicas, a análise de conteúdo por si só não constitui uma metodologia de pesquisa, mas compõe parte dela, como apontam Prezensky e Mello (2019). Nesse sentido, a metodologia de pesquisa da revisão sistemática desta dissertação será composta também pelos procedimentos destacados por Salvador (1978), Vosgerau e Romanowski (2014), Prezensky (2017), Prezensky e Mello (2019), além de incorporar os procedimentos do fluxograma PRISMA²⁹ para a organização e sistematização da busca nas plataformas de dados.

Como sugere Martin Heidegger na epígrafe que iniciou este capítulo, a própria pergunta já supõe uma forma de busca, e aquilo a que se busca é também o que constitui o caminho da procura. A principal pergunta que conduziu a busca bibliográfica desta

²⁹ O PRISMA (Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses) é um *checklist* composto por um conjunto de itens que visam orientar a busca e organização de revisões sistemáticas. O PRISMA foi elaborado em 2005 por 29 participantes, entre eles autores de revisões e editores que buscavam melhorar a qualidade dos procedimentos de revisão sistemática. As extensões que incluem tanto o *checklist* quanto o fluxograma para organização dos dados estão disponíveis em: <http://www.prisma-statement.org/>. Acesso em: setembro de 2021.

dissertação buscou identificar *se e como* a interseccionalidade comparece em produções acadêmicas nacionais acerca da(s) infância(s), e mais particularmente nas pesquisas da área de Educação Infantil por meio da revisão sistemática de teses, dissertações e artigos. Emprestando a suposição filosófica de Heidegger, pode-se dizer que neste caso a complexidade do que é interseccionalidade, daquilo que se entende por infância(s) e das características que constituem a Educação Infantil brasileira, foram aspectos que delinearão escolhas fundamentais ao longo do processo de busca da pergunta que foi feita, ao mesmo tempo que também constituíam aquilo a que se buscava saber. Neste capítulo pretende-se apresentar os caminhos e escolhas feitas para responder aos objetivos da pesquisa. Nas próximas seções essas questões serão apresentadas junto com as etapas da análise de conteúdo (BARDIN, 2016) e com a fundamentação dos demais autores e autoras que orientam o referencial teórico-metodológico.

4.1 A ESCOLHA E DEFINIÇÃO DOS DESCRITORES E AS ETAPAS DE BUSCA DAS PRODUÇÕES: PRÉ-ANÁLISE

Bardin (2016) define a pré-análise como a etapa de organização e sistematização das ideias para busca dos dados que serão analisados, nesta etapa deve-se buscar definir o material que será analisado, a formulação de hipóteses acerca daquilo que se procura e indicadores que fundamentem a interpretação do material que constituirá o *corpus* da análise final. Segundo a autora, esses procedimentos não têm uma ordem pré-definida, mas estão estritamente ligados uns aos outros já que a busca e seleção dos materiais dependem dos objetivos, mas os materiais encontrados também podem reorientar os objetivos da pesquisa, ou ainda, os objetivos podem ser definidos em uma leitura prévia do material da área que se pretende investigar. Essas etapas que compõem a pré-análise são definidas como: *leitura “flutuante”, escolha dos documentos, formulação das hipóteses e dos objetivos e a referenciação dos índices e elaboração de indicadores.*

Na busca dos trabalhos que compõem a revisão sistemática desta dissertação a formulação das hipóteses e dos objetivos antecederam as demais etapas. O principal objetivo desta pesquisa foi investigar ***se e como a interseccionalidade tem comparecido em produções acadêmicas nacionais no campo das pesquisas sobre a(s) infância(s), e mais particularmente nas pesquisas da área de Educação Infantil.*** Esse objetivo partiu da hipótese inicial que era a de que essa interlocução entre ambos os campos é inicial no âmbito da produção científica. Essa hipótese foi elaborada com base nos

apontamentos feitos por Alanen (2009; 2016) e Konstantoni *et al* (2014) de que a interseccionalidade é um conceito ou uma ferramenta pouco explorada nos Estudos da Infância em língua inglesa, nesse sentido, se supôs um cenário semelhante na produção brasileira. Essa hipótese inicial no que diz respeito à pouca incidência do uso do conceito de interseccionalidade em pesquisas sobre infância(s) foi confirmada com uma busca inicial na plataforma SciELO em junho de 2020 em que a combinação dos descritores *infância* “and” *interseccionalidade* que levou a nenhum resultado na busca, e dos descritores *crianças* “and” *interseccionalidade* levou a um (1) resultado de busca³⁰, mas que não tinha relação com o objetivo da pesquisa.

Tendo em vista esse resultado, novas hipóteses precisaram ser formuladas. Salvador (1978) afirma que no processo de planejar, organizar e sistematizar o planejamento da pesquisa nada é definitivo, na medida em que a pesquisa avança também aparecem novos problemas, dilemas, caminhos, perguntas e ideias, e que só ao termino de toda a investigação é possível visualizar por definitivo seu desenho como um todo.

Retornando à definição de interseccionalidade, seu princípio considera a interação entre marcadores sociais com a intenção de observar suas intersecções de subordinação, desigualdade (CRENSHAW, 1990; 2002; 2004) e diferença. Para Cho, Crenshaw e McCall (2013) a interseccionalidade é uma disposição analítica, isto é, um modo de pensar e conduzir análises, portanto, o que torna uma pesquisa interseccional não é o uso do termo, mas a forma com que se entende e se analisa as interações entre as relações de poder, igualdade, desigualdade e diferença. Para as autoras o que a interseccionalidade faz ou o que ela possibilita é tão ou mais importante do que sua definição.

Esses pontos ajudaram a elaborar as duas hipóteses que deram sequência na organização dos descritores para a revisão sistemática: da possibilidade de que nem todas as pesquisas que trabalham com uma análise interseccional, ou uma análise da interação entre categorias ou marcadores sociais, utilizam o conceito de interseccionalidade, e a segunda hipótese era a de que o cotejamento entre descritores que se referem a dois marcadores sociais distintos poderia levar até essas pesquisas.

Definidas as hipóteses, deu-se início à etapa da *leitura “flutuante”* junto com a *escolha dos documentos*. Antes da leitura flutuante, que caracteriza o primeiro contato com os textos, foi realizada a escolha do universo onde seriam buscados os materiais

³⁰ CLETO, Mirna; COVOLAN, Nadia; SIGNORELLI, Marcos Claudio. Mulheres-mães em situação de violência doméstica e familiar no contexto do acolhimento institucional de seus(as) filhos(as): o paradoxo da proteção integral. Saúde soc. 28 (3) .Jul-Sep 2019.

(PREZENSKY; MELLO, 2019), a escolha do universo está associada ao objetivo da pesquisa, neste caso como o objetivo era realizar a análise da produção acadêmica brasileira foram selecionadas as plataformas SciELO e Educ@SciELO para a busca de artigos, e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações para a busca de relatórios de Teses e Dissertações. Quanto aos descritores, eles foram organizados em três categorias (quadro 1):

QUADRO 1 – CATEGORIZAÇÃO DOS DESCRITORES UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

COLUNA I	COLUNA II	COLUNA III
Bebês	Interseccionalidade	Raça
Crianças	Intersecção	Gênero
Infância	Intrageracional	Classe (social)
Educação Infantil	Intergeracional	Deficiência
Creche	Desigualdade (social)	Etnia
Pré-escola	Diversidade (social)	Geração

Fonte: A autora (2020).

O conjunto de descritores que integram a categoria I tiveram a intenção de fazer um recorte etário e da etapa da educação básica a qual se pretendia investigar. Como o objetivo principal da pesquisa era investigar a produção acadêmica da área de Educação Infantil os descritores que se referem a essa etapa e aos segmentos creche e pré-escola buscaram definir esse foco. Do mesmo modo, os descritores “bebês” e “crianças” foram incluídos no sentido de complementar a busca de produções referentes a esses segmentos. A escolha em indicar, além dos descritores abrangentes “Educação Infantil” e “Infância”, descritores específicos, como “bebês/crianças” e “creche/pré-escola” se deu pela intenção em identificar a recorrência da presença de ambos os grupos etários nas produções encontradas, Gabriela Tebet (2013, p. 55) aponta que:

(...) não é possível, portanto, que a idade das crianças seja adotada como critério para definição dos participantes de uma pesquisa sobre infância. Sobretudo se pensarmos na infância como “des-idade” (ABRAMOWICZ, 2011). Todavia, os bebês têm sido frequentemente excluídos das pesquisas sociais e sobre infância, o que deve-se não apenas à suposição de existência de uma idade adequada para participar de pesquisas, como também à incompetência dos pesquisadores adultos de compreenderem a linguagem singular que os bebês utilizam, os agenciamentos que fazem, distintos dos adultos.

O segundo conjunto de descritores teve inicialmente a intenção de identificar nas buscas das produções a presença do conceito de interseccionalidade ou de uma variação do termo, como “intersecção”. Embora esta investigação parta do princípio de que a utilização do conceito de interseccionalidade não é o único critério para definir uma pesquisa interseccional, também se pretende identificar a incidência do conceito nas produções encontradas na medida em que esse aspecto pode indicar de modo mais expressivo a presença dessa discussão no campo das pesquisas da(s) infância(s). A esse conjunto de palavras-chave foram incluídos os termos “intergeracional” e “intrageneracional” que buscam demarcar a intenção de considerar geração como uma categoria de análise social. Por fim, também foram incluídos os descritores “diversidade (social)” e “desigualdade (social)” por se tratar de conceitos que integram as discussões acerca da interseccionalidade.

No terceiro conjunto de descritores foram definidos alguns marcadores ou categorias sociais. Há um conjunto bastante amplo de marcadores sociais que poderiam ser incluídos, no entanto, considerando a quantidade de palavras-chave já presentes foi preciso fazer algumas escolhas de modo a facilitar a busca com uma quantidade mais limitada de descritores. Foram consideradas as principais categorias de análise presentes em pesquisas interseccionais, como gênero, classe, raça e etnia, também foi considerada a categoria geração, tendo em vista que se considera essa também como uma categoria social, e os marcadores sociais de deficiência.

Após a definição dos descritores partiu-se para a organização das palavras-chave que foram cotejadas nas buscas das plataformas de teses, dissertações e artigos. Nesta etapa foram feitos os cotejamentos dos descritores da primeira coluna com os descritores da segunda e da terceira coluna (quadros 2 e 3). Ou seja, em uma primeira etapa foi realizada a combinação de todos os descritores da primeira coluna com todos os descritores da segunda coluna, em seguida, foram feitas as combinações de todos os descritores da primeira coluna com todos os descritores da terceira coluna. Não houve combinação das palavras-chave que compõem a segunda coluna com as palavras-chave da terceira coluna por considerar que essa combinação abrangeria trabalhos que fogem da temática da infância. Também não foram feitas combinações dos descritores das três colunas simultaneamente, pois um levantamento inicial indicou um baixo número de trabalhos a partir dessas combinações ou de trabalhos não pertinentes à temática principal dessa pesquisa ou aos objetivos da revisão sistemática.

A busca foi feita utilizando o operador booleano “and”³¹, sem a utilização de aspas nos descritores, a princípio sem recorte temporal – sob hipótese de que a produção dessa temática é incipiente, portanto, uma busca com recorte temporal abarcaria um número menor ainda de trabalhos –, com recorte limite para trabalhos publicados até o ano de 2020 e inicialmente sem recorte por área.

Inicialmente os descritores “desigualdade”, “diversidade” e “classe” não contavam com o acréscimo do termo “social”, no entanto, ao longo da busca foi necessário utilizar os descritores “desigualdade social”, “diversidade social” e “classe social” para a busca no banco de teses e dissertações na tentativa de especificar o universo de trabalhos que se buscava abarcar, esses descritores sem o termo “social” levaram a um conjunto de trabalhos da área da saúde e matemática, que não tinham relação com o objetivo da pesquisa. No entanto, nas plataformas para busca de artigos, o acréscimo do termo “social” dificultou a busca, tendo sido necessário utilizar apenas os descritores “desigualdade”, “diversidade” e “classe”.

No quadro a seguir é possível ver a combinação dos descritores da primeira coluna e da segunda coluna utilizados na busca de teses, dissertações e artigos.

³¹ Atua como uma ligação entre os descritores, indicando que se deve realizar a busca das duas palavras no caso do uso de “and”.

QUADRO 2 – COMBINAÇÃO DOS DESCRITORES UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

DESCRITORES DA COLUNA I + DESCRITORES DA COLUNA II		
BEBÊS	CRIANÇAS	INFÂNCIA
Bebês "and" Interseccionalidade	Crianças "and" Interseccionalidade	Infância "and" Interseccionalidade
Bebês "and" Intersecção	Crianças "and" Intersecção	Infância "and" Intersecção
Bebês "and" Intergeracional	Crianças "and" Intergeracional	Infância "and" Intergeracional
Bebês "and" Intragracional	Crianças "and" Intragracional	Infância "and" Intragracional
Bebês "and" Diversidade (social)	Crianças "and" Diversidade (social)	Infância "and" Diversidade (social)
Bebês "and" Desigualdade (social)	Crianças "and" Desigualdade (social)	Infância "and" Desigualdade (social)
CRECHE	PRÉ-ESCOLA	EDUCAÇÃO INFANTIL
Creche "and" Interseccionalidade	Pré-escola "and" Interseccionalidade	Educação Infantil "and" Interseccionalidade
Creche "and" Intersecção	Pré-escola "and" Intersecção	Educação Infantil "and" Intersecção
Creche "and" Intergeracional	Pré-escola "and" Intergeracional	Educação Infantil "and" Intergeracional
Creche "and" Intragracional	Pré-escola "and" Intragracional	Educação Infantil "and" Intragracional
Creche "and" Diversidade (social)	Pré-escola "and" Diversidade (social)	Educação Infantil "and" Diversidade (social)
Creche "and" Desigualdade (social)	Pré-escola "and" Desigualdade (social)	Educação Infantil "and" Desigualdade (social)

Fonte: A autora (2020).

No quadro 3 os descritores da primeira coluna são mantidos, no entanto, agora eles são cotejados com os descritores da terceira coluna.

QUADRO 3 – COMBINAÇÃO DOS DESCRITORES UTILIZADOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

DESCRITORES DA COLUNA I + DESCRITORES DA COLUNA III		
BEBÊS	CRIANÇAS	INFÂNCIA
Bebês "and" Raça	Crianças "and" Raça	Infância "and" Raça
Bebês "and" Gênero	Crianças "and" Gênero	Infância "and" Gênero
Bebês "and" Classe (social)	Crianças "and" Classe (social)	Infância "and" Classe (social)
Bebês "and" Deficiência	Crianças "and" Deficiência	Infância "and" Deficiência
Bebês "and" Etnia	Crianças "and" Etnia	Infância "and" Etnia
Bebês "and" Geração	Crianças "and" Geração	Infância "and" Geração
CRECHE	PRÉ-ESCOLA	EDUCAÇÃO INFANTIL
Creche "and" Raça	Pré-escola "and" Raça	Educação Infantil "and" Raça
Creche "and" Gênero	Pré-escola "and" Gênero	Educação Infantil "and" Gênero
Creche "and" Classe (social)	Pré-escola "and" Classe (social)	Educação Infantil "and" Classe (social)
Creche "and" Deficiência	Pré-escola "and" Deficiência	Educação Infantil "and" Deficiência
Creche "and" Etnia	Pré-escola "and" Etnia	Educação Infantil "and" Etnia
Creche "and" Geração	Pré-escola "and" Geração	Educação Infantil "and" Geração

Fonte: A autora (2020).

Definidos os descritores para a busca e a organização do cotejamento das palavras-chave, foram pensados os critérios de exclusão e inclusão dos trabalhos que compuseram o *corpus* de análise (VOSGERAU; ROMANOWSKI, 2014). Para a seleção dos trabalhos foram considerados critérios técnicos, ou seja, foram excluídos trabalhos repetidos/duplicados ou aqueles que não estavam acessíveis na íntegra, critérios

objetivos, que consideraram a presença dos descritores no título e no resumo dos trabalhos e critérios mais subjetivos, que buscaram identificar alguma aproximação com uma discussão ou uma perspectiva interseccional nos trabalhos por meio da leitura do resumo, da introdução e das considerações finais.

Não foram selecionados trabalhos que, embora fizessem alguma análise interseccional, tivessem como foco outros sujeitos da educação que não diretamente as crianças, como trabalhos com foco apenas na formação de professores. Também foram desconsiderados trabalhos com foco em outras etapas educacionais que não a Educação Infantil, ainda assim, foram incluídos trabalhos que tivessem aproximação com a discussão acerca da interseccionalidade em interlocução com a(s) infância(s) fora das instituições educacionais. A escolha de considerar essas pesquisas se deu na tentativa de incluir as produções sobre/com crianças e infâncias indígenas, do campo ou quilombolas, por exemplo.

Para Salvador (1978) a seleção do material de uma revisão crítica envolve mais de uma leitura do material, desde a leitura exploratória em que se seleciona o material bruto, passando pela leitura seletiva que retoma os objetivos da pesquisa até a leitura crítica, em que o material final é organizado, categorizado e analisado. Nesse sentido, alguns desses critérios foram definidos previamente, enquanto outros foram sendo incluídos no processo de revisão sistemática considerando as etapas de leitura do material encontrado

Para compor o *corpus* final, Bardin (2016) indica ainda na pré-análise quatro regras que buscam auxiliar na definição do material encontrado, são elas: a exaustividade (todo material que corresponde aos critérios deve ser incluído, a escolha dos materiais não pode ser seletiva nesse sentido); A representatividade (ou seja, a realização da análise de uma amostra do material); A homogeneidade (a correspondência dos materiais aos critérios definidos previamente); A pertinência (a seleção dos materiais que respondam aos objetivos da análise).

Quanto à exaustividade, a homogeneidade e a pertinência, a revisão sistemática que compõem esta dissertação foi realizada em duas etapas buscando atender a essas regras e aos critérios de seleção dos materiais (quadro 4). Quanto à representatividade, Bardin (2016) aponta que essa regra nem sempre pode ser aplicada a todo e qualquer universo de análise, que é o caso desta revisão sistemática que tem um universo de trabalhos bastante heterogêneo entre si, mesmo considerando os critérios de seleção dos materiais. Nesse sentido, optou-se por não trazer uma amostra de análise nesse momento,

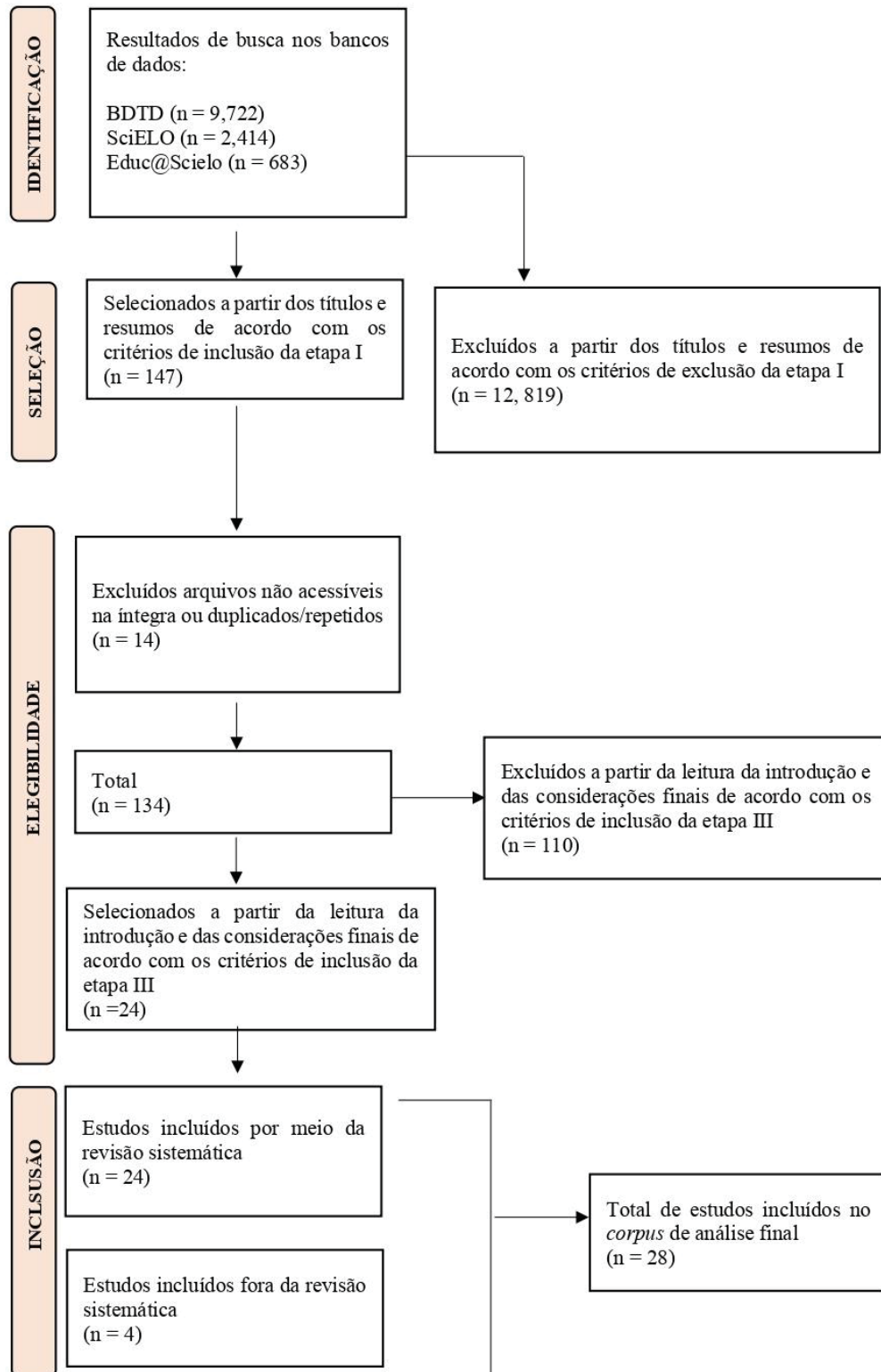
pois a regra da representatividade supõe uma generalização de um material em relação ao todo. Ao contrário, optou-se por realizar uma caracterização geral de todos os trabalhos selecionados, que será apresentada na seção 4.2 deste capítulo.

QUADRO 4 – ETAPAS DE SELEÇÃO DOS TRABALHOS NA REVISÃO SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

SciELO Biblioteca Digital de Teses e Dissertações Educ@SciELO	
Etapa I	
Seleção dos trabalhos nas plataformas de dados: leitura dos títulos e resumos	
Inclusão como empiria da pesquisa	Exclusão da empiria da pesquisa
As palavras utilizadas como descritores aparecem no título	O título não possui relação com os descritores utilizados
O título ou o resumo sugerem ou indicam alguma aproximação com os conceitos de diversidade, diferença interseccionalidade ou desigualdade na infância ou na Educação Infantil	O título ou o resumo não indicam nenhuma aproximação com os conceitos de diversidade, diferença, interseccionalidade ou desigualdade na infância ou na Educação Infantil
Trabalhos que indicam no resumo aproximação com os conceitos de diversidade, interseccionalidade ou desigualdade em relação à infância e às crianças em contextos não escolares (indígenas, quilombolas, ciganas, etc.)	Trabalhos que se referem aos conceitos de diversidade, interseccionalidade ou desigualdade social em outras etapas da educação básica, que não a Educação Infantil
	Trabalhos que se referem à formação de professores ou com foco em outros sujeitos da educação, que não diretamente as crianças.
Etapa II	
Leitura da introdução e das considerações finais dos trabalhos selecionados na etapa I	
Inclusão como empiria da pesquisa	Exclusão da empiria da pesquisa
A introdução e as considerações finais indicam a utilização da interseccionalidade ou da presença de duas ou mais categorias sociais de análise	Documento na íntegra inacessível
Presença do termo “interseccionalidade” por meio do localizador de palavras	Documentos duplicados/repetidos
	A introdução e as considerações finais não indicam a utilização da interseccionalidade ou a presença de duas ou mais categorias sociais de análise
Etapa III	
Leitura dos trabalhos na íntegra	
Análise do <i>corpus</i> final	

Fonte: A autora (2020).

FIGURA 1 – FLUXOGRAMA DAS ETAPAS REALIZADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA



Fonte: A autora (2021), com base no modelo PRISMA (2020).

Durante a busca foi possível observar que há uma produção considerável sobre diversidade e diferença no âmbito das pesquisas sobre infância(s) ou com crianças que se concentram principalmente nos últimos 10 anos. Essas pesquisas têm maior incidência em tratar das temáticas de gênero e sexualidade e das questões raciais, sendo que o espaço escolar aparece como um dos contextos de maior presença dessas discussões. Ainda assim, foi possível identificar pesquisas sobre infâncias quilombolas, indígenas, do campo e ciganas, mesmo que em menor número. No campo das discussões de gênero, essas pesquisas se caracterizam por buscar identificar o modo como as crianças apreendem, reproduzem ou subvertem padrões de gênero e sexualidade em contextos escolares.

As pesquisas sobre questões raciais também possuem forte relação com o campo educacional, sendo que há maior tendência em discutir temas como racismo com ênfase nas relações e experiências vividas por crianças negras, com poucos trabalhos que tem como foco discutir ou problematizar outros pertencimentos raciais. Nessas temáticas (gênero, sexualidade e raça) foi possível encontrar ainda trabalhos sobre formação de professores, literatura infantil e análises de livros didáticos. As discussões sobre geração e idade aparecem em menor número se comparadas aos trabalhos sobre gênero e raça, assim como as pesquisas sobre crianças com deficiência, que em geral ou se encontram no campo da saúde ou da psicologia, ou se aparecem na área de educação, aparecem como um campo à parte das discussões da Educação Infantil, também possuem foco em estudos de caso e inclusão.

Desse conjunto amplo de pesquisas, é possível dizer que há também maior número de pesquisas qualitativas e microssociais em relação a pesquisas quantitativas ou qualitativas de análise macrossocial. Também chamou atenção o fato de que durante a busca nos bancos de dados, no caso de pesquisas com crianças, com certa frequência encontrou-se dificuldade em identificar a idade das crianças participantes das pesquisas por meio da leitura do título e do resumo, tendo sido muitas vezes necessário recorrer à leitura do capítulo ou da seção metodológica do trabalho. Além da marginalização de um dado importante da pesquisa esse aspecto também indica que muitas pesquisas não dão a devida atenção ao marcador etário. É certo que idade não é um fator determinante da

infância, e como afirma Tebet (2019), não deve ser critério exclusivo de escolha e de exclusão de determinados grupos etários nas pesquisas com crianças, no entanto, é também um marcador importante e inclusive do ponto de vista da pesquisa contribui para se pensar instrumentos metodológicos capazes de acolher as particularidades, especificidades e características de bebês, crianças pequenas e crianças maiores.

Ainda que o processo de busca das produções tenha indicado que há um conjunto considerável de pesquisas sobre temas como diversidade e diferença em pesquisas sobre infância(s), o conceito de interseccionalidade é pouco usado nessas produções, seja como lente teórica, metodológica ou ferramenta analítica. Após as primeiras duas etapas da revisão sistemática foram selecionados 24 trabalhos (apêndice 2) – entre teses, dissertações e artigos – que correspondiam aos objetivos da pesquisa e aos critérios de inclusão e exclusão dos materiais. Depois, foram incluídos nesse conjunto mais 4 artigos (apêndice 3) encontrados fora da revisão sistemática, esses artigos foram encontrados em referências de outros textos, sendo incluídos por terem relação intrínseca ao objeto e objetivos desta pesquisa, embora não tenham sido encontrados nas plataformas de busca. Ao todo, foram selecionadas 28 produções que compuseram o *corpus* para análise. Na próxima seção busca-se apresentar uma caracterização geral das pesquisas que foram selecionadas para análise, indicando as tendências e lacunas nessas produções.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS PRODUÇÕES SELECIONADAS

Ainda na pré-análise, depois que o material é selecionado, Bardin (2016) indica que seja feita a *referenciação dos índices e a elaboração de indicadores*. A elaboração de indicadores serve para organizar e sistematizar elementos no texto analisado que correspondem aos objetivos da análise, na revisão sistemática os índices podem ser as palavras-chave, os títulos, os objetivos, as metodologias e os resultados das pesquisas, enquanto os indicadores são elementos que podem ser encontrados no texto que se referem a cada um dos índices pré-definidos (PREZENSKY, 2017). Na presente revisão sistemática essa etapa foi elaborada por meio de fichas de apontamento (SALVADOR, 1978). As fichas de apontamento trazem informações de cada um dos trabalhos encontrados, sendo que as informações presentes nas fichas foram aqui definidas como: título, autor/, palavras-chave, ano, tema, metodologia e o modo como o trabalho usa interseccionalidade (apêndice 4). Essas fichas foram preenchidas com os elementos coletados dos títulos, resumos, palavras-chave, introduções e considerações finais dos

trabalhos, e permitiram visualizar as características gerais dos trabalhos selecionados, e servirão também como um dos elementos para a elaboração das categorias de análise no capítulo 5. Os trabalhos também serão listados a seguir, para facilitar a visualização e a compreensão das categorias de análise que serão apresentadas no próximo capítulo.

QUADRO 5 – LISTAGEM DOS TRABALHOS SELECIONADOS

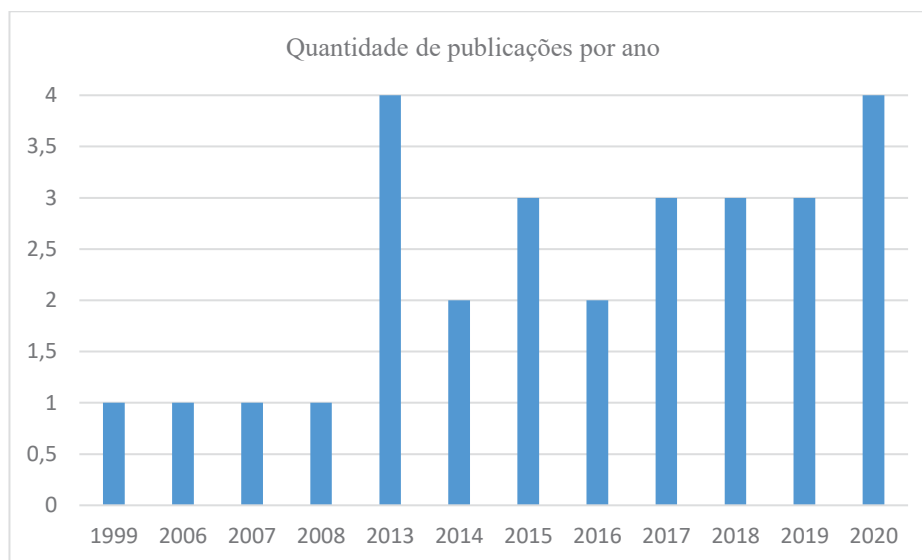
ARTIGOS		
Título	Autores/as	Ano
Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão	Fúlvia Rosemberg	1999
Relações de idade e geração na Educação Infantil: ou <i>porque é bem mais melhor a gente ser grande</i>	Patrícia Dias Prado	2013
Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade	Fúlvia Rosemberg	2014
Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos	Anete Abramowicz; Tatiane Consentino Rodrigues	2014
Raça e gênero na educação básica: pesquisando ‘com’ crianças	Bianca Salazar Guizzo; Maria Angélica Zubaran; Dinah Quesada Beck	2017
Acolhimento ancestral e inquietações feministas negras à educação de bebês e crianças pequenas em creches e pré-escolas.	Pereira, Artur Oriel, Santiago, Flávio and Souza, Ellen Gonzaga de Lima	2018
Direitos da infância em contextos de necessidades humanitárias: fatores de risco e demandas educativas	Ana Maria Eyng; João Casqueira Cardoso	2020
Infâncias, cidade e relações intergeracionais na vida cotidiana	Maria Tereza Goudard Tavares	2020
“Não é nenê, ela é preta”: Educação Infantil e pensamento interseccional	Flávio Santiago	2020
TESES E DISSERTAÇÕES		
Título	Autores/as	Ano
Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da educação infantil	Patricia Dias Prado	2006

Desejo, diferença e sexualidade na educação infantil: uma análise da produção dos sujeitos nas práticas escolares	Renata Pimenta Domingues	2007
Mas eu não falo a língua deles!: as relações sociais de bebês num contexto de educação infantil	Rosinete Valdeci Schmitt	2008
O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011)	Cintia Moure de Almeida Antonio	2013
Relações sociais na educação infantil: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero	Eduarda Souza Gaudio	2013
Cuidar: relações sociais, práticas e sentidos no contexto da Educação Infantil	Erica Dumont Pena	2015
Crianças pequeninhas e a luta de classes	Elina Elias de Macedo	2016
Performatividade de gênero na infância em uma escola da periferia de São Paulo	João Rodrigo Vedovato Martins	2016
Mandingas da infância: as culturas das crianças pequenas na escola municipal Malê Debalê, em Salvador (BA)	Mighian Danae Ferreira Nunes	2017
Por uma abordagem antropológica da infância e da deficiência : duas categorias sob o olhar de um antropólogo	André Filipe Justino	2017
Corporalidades De Meninas E Meninos Na Educação Infantil: Normatividades E (Re)Significações De Gênero	Laura Tereza de Sa e Benevides	2018
“Atira no coração dela” : corpos e scripts de gênero na educação infantil	Michele Lopes Leguiça	2019
Eu quero ser o sol! : (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 à 3 anos em creche	Flávio Santiago	2019
E quando o assunto é política pública, quem são os bebês e as crianças bem pequenas nas questões de gênero?	Djenane Martins Oliveira	2019
Amigues : um estudo interseccional das práticas de amizade entre as crianças pequenas na educação infantil	Artur Oriel Pereira	2020

Fonte: A autora (2022).

De modo geral, os 28 trabalhos encontrados foram publicados nos últimos 15 anos, com exceção do artigo “*Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão*” escrito por Fúlvia Rosemberg, em 1999. Nesse mesmo sentido, é possível observar nesse universo de trabalhos um aumento na produção a partir dos últimos 10 anos (figura 2).

FIGURA 2 – NÚMERO DE PUBLICAÇÕES POR ANO



Fonte: A autora (2021).

Das 28 produções, 21 são escritas por mulheres, 5 são escritas por homens e 2 são escritas por homens e mulheres (no caso de artigos com mais de um/a autor/a). A feminização do magistério (LOURO, 2003) e fato de o campo da educação de bebês e crianças ter sido e estar historicamente associado à presença de mulheres (ROSEMBERG, 2012) pode ser uma razão pela qual a presença de mulheres também se reflete na produção de conhecimento dessa área. No universo dos trabalhos encontrados na revisão sistemática também temos o fato de grande parte das pesquisas contarem com aportes teóricos dos estudos feministas e dos estudos de gênero, outro fato que pode indicar a razão da maior presença de mulheres.

Nesse sentido, o referencial teórico utilizado nas pesquisas é bastante diverso entre si e mesmo no interior das próprias produções, pois há pesquisas que trabalham com diferentes campos de conhecimento simultaneamente. Majoritariamente os referenciais teóricos que compõem essas pesquisas se sustentam, além da interface com a educação, no campo dos Estudos da Infância (com maior predominância da Sociologia da Infância, da Pedagogia da Infância e da Antropologia), seguido dos estudos feministas e dos estudos de gênero, dos estudos sobre interseccionalidade e do feminismo negro e dos

estudos das relações raciais. Em menor proporção também aparecem os estudos pós-coloniais e decoloniais, estudos culturais, estudos críticos, teorias da justiça e a teoria queer.

Quanto às metodologias empregadas, 15 pesquisas utilizam a etnografia para realizar pesquisas com crianças (SANTIAGO, 2020; PRADO, 2013; SCHIMITT, 2008; GAUDIO, 2013; PEREIRA, 2020; LEGUIÇA, 2019; BENEVIDES, 2018; MARTINS, 2016; PENA, 2015; SANTIAGO, 2019; NUNES, 2017; PRADO, 2006; ARENHART, 2015; GUIZZO; ZUBARAN; BECK, 2017; SANTOS, 2018). O fato de o campo dos Estudos da Infância e principalmente da área da Sociologia da Infância ter aparecido como referencial teórico em mais da metade das pesquisas indica uma influência dos pressupostos dessa área nas escolhas metodológicas, visto que a etnografia é apontada como uma metodologia com grande potencial para compreensão da vida das crianças por meio de seus próprios pontos de vista (PROUT, 1990). Das demais 13 pesquisas, 4 utilizam metodologia quanti-qualitativa para análise das desigualdades de acesso, oferta ou atendimento na Educação Infantil (ROSEMBERG, 1999; ANTONIO, 2013; ROSEMBERG, 2013; ROSEMBERG, 2014), uma pesquisa faz análise qualitativa das políticas de Educação Infantil (OLIVEIRA, 2019), uma pesquisa utiliza metodologia de pesquisa-intervenção (DOMINGUES, 2007) e uma pesquisa utiliza como principal instrumento metodológico entrevistas semiestruturadas, além de análises documentais e bibliográficas (EYNG; CARDOSO, 2010). As demais 5 produções se caracterizam como teóricas (ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014; PEREIRA; SANTIAGO; SOUZA, 2018; TAVARES, 2020; JUSTINO, 2007; MACEDO, 2016; NUNES, 2015).

Das pesquisas etnográficas todas são realizadas em instituições de Educação Infantil, dessas, oito são realizadas com crianças entre 4 a 6 anos, quatro são realizadas com crianças de 0 a 3 anos, duas são realizadas com crianças de 0 a 6 anos e uma é realizada com crianças de 3 a 6 anos. Das pesquisas teóricas, quatro tematizam a infância de modo geral e duas possuem foco nas discussões da área de Educação Infantil. A pesquisa que utiliza metodologia de intervenção (DOMINGUES, 2007) também é realizada em uma instituição de Educação Infantil, enquanto a pesquisa que conta com entrevistas semiestruturadas (EYNG; CARDOSO, 2010) é realizada fora do contexto educacional e conta com a participação de 131 crianças, mas a faixa etária das crianças não é especificada.

Semelhante às características presentes no universo maior de trabalhos durante a busca nos bancos de dados, as categorias de análise mais frequentes nas produções

incluídas na revisão sistemática são gênero, raça e classe. Em menor número as discussões acerca da categoria geração e do marcador idade aparecem, o primeiro com ênfase nas relações entre adultos e crianças e segundo com atenção as relações de crianças de diferentes idades, ou seja, com foco nas relações intrageracionais. A discussão sobre o marcador deficiência apareceu de modo esporádico, com apenas uma produção em foco nessa discussão (JUSTINO, 2017). O descritor “etnia” também não levou a produções que corresponderem aos objetivos da pesquisa. Foi possível identificar também outras categorias de análise presentes nos trabalhos que não foram incluídas nos descritores, como religiosidade, sexualidade, localização geográfica e local de moradia.

Apesar dos trabalhos corresponderem ao universo temporal de 1999 a 2020, o conceito de interseccionalidade começa a aparecer nessas produções a partir de 2008, com maior frequência a partir de 2015. Esse aspecto muito possivelmente se dê pelo fato de que o conceito de interseccionalidade tem pouco mais de trinta anos, sua expansão para o campo das pesquisas sobre infância(s) parece estar começando timidamente a aparecer na produção acadêmica brasileira. Outra possível razão ao número reduzido de trabalhos em que a interseccionalidade aparece, ou como conceito, ou como método ou com lente analítica, seja a de que se soma ao conjunto dos desafios de realizar pesquisas com ou sobre crianças o desafio de trabalhar não apenas com categoriais sociais ou marcadores sociais de análise distintos, mas também de trabalhar com diferentes campos de produção de conhecimento de modo interdisciplinar.

No próximo capítulo, serão apresentadas as etapas subsequentes da análise de conteúdo: a *exploração do material* e o *tratamento dos resultados obtidos e interpretação*. As principais categorias definidas buscam analisar a produção acadêmica selecionada a partir dos seguintes aspectos: concepções de infância e criança, uso e presença da interseccionalidade, aspectos metodológicos e tendências e lacunas.

5 ANÁLISE DOS DADOS: AFINAL, QUAL A COMPREENSÃO QUE SE TEM SOBRE A INTERSECCIONALIDADE NAS PESQUISAS ENCONTRADAS?

“Eu não sei nada sobre as grandes coisas do mundo,
Mas sobre as pequenas eu sei menos.”
(Manoel de Barros)

Neste capítulo, apresentam-se as etapas que dão sequência à análise de conteúdo, sendo a *exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação* os componentes finais da análise dos trabalhos encontrados na revisão sistemática.

Segundo Bardin (2016) o tratamento dos resultados leva à categorização, que costuma reunir um conjunto de elementos com características comuns de um texto, a fim de realizar uma análise mais sistematizada. Embora não seja uma etapa obrigatória, a categorização geralmente está presente nas análises de conteúdo, nesse sentido, a exploração do material é o processo que contribui também para a definição dessas categoriais, para que no final sejam feitas a análise e a interpretação.

Sabendo que tanto a compreensão da interseccionalidade quanto os descritores utilizados na busca, são amplos, as categorias definidas buscam analisar as concepções de conceitos presentes nos trabalhos que se articulam com os objetivos dessa dissertação e com o referencial teórico de análise. Na primeira parte do capítulo, apresenta-se a organização para exploração do material e a segunda parte a análise dos dados a partir das categorias.

5.1 EXPLORAÇÃO DOS MATERIAIS E CATEGORIZAÇÃO DOS TEMAS DE ANÁLISE

A exploração dos materiais se trata da organização daquilo que foi coletado para que sejam feitas a análise e a interpretação. Nesta dissertação, as fichas de apontamento (SALVADOR, 1978) foram recursos importantes para a exploração dos materiais e para a elaboração da análise. No processo de leitura dos textos, as fichas foram modificadas e foram incluídos novos elementos a fim de complementar com informações mais específicas esse material, para que fosse possível eleger e sistematizar a análise.

A seguir, apresentamos um modelo de ficha utilizado, sendo possível encontrar as demais no apêndice 5.

QUADRO 6 – MODELO DE FICHA DE EXPLORAÇÃO DOS MATERIAIS

CASTELLI, Carolina Machado. “Agora quando eu olho pra ele, ele sorri pra mim, porque a gente começou a ser amigo”: o que fazem juntos bebês e crianças mais velhas em uma escola de Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2015.				
Orientador/a: Ana Cristina Coll Delgado.				
Palavras-chave				
Bebês	Crianças	Educação Infantil	Relações multietárias	Currículo
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as relações estabelecidas entre bebês e crianças mais velhas em uma instituição da Educação Infantil.		Pesquisa etnográfica em uma instituição de Educação Infantil, pesquisa com as crianças na perspectiva de Berry Mayall.		Foi identificada a importância e o impacto das diferenças culturais e sociais para as relações estabelecidas entre as crianças. A pesquisa defende a importância de turmas multisseriadas/intersubgeracionais.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos da Criança, Sociologia da Infância, Antropologia da Criança, Psicologia Cultural e História da Infância			Articula as categorias de gênero, raça e geração (infância/bebês).	

Fonte: A autora (2022).

A partir dessa sistematização foi possível pensar na organização das categorias de análise. Embora o objetivo central da pesquisa fosse identificar o uso da interseccionalidade, seja como conceito ou categoria de análise, - e como foi possível ver ao longo deste trabalho, a interseccionalidade leva em conta mais de uma categoria de análise-, observou-se que em muitas pesquisas há uma categoria central de análise, seja ela gênero, raça, etnia ou geração, e ao longo do trabalho essa categoria é pensada em intersecção com outras.

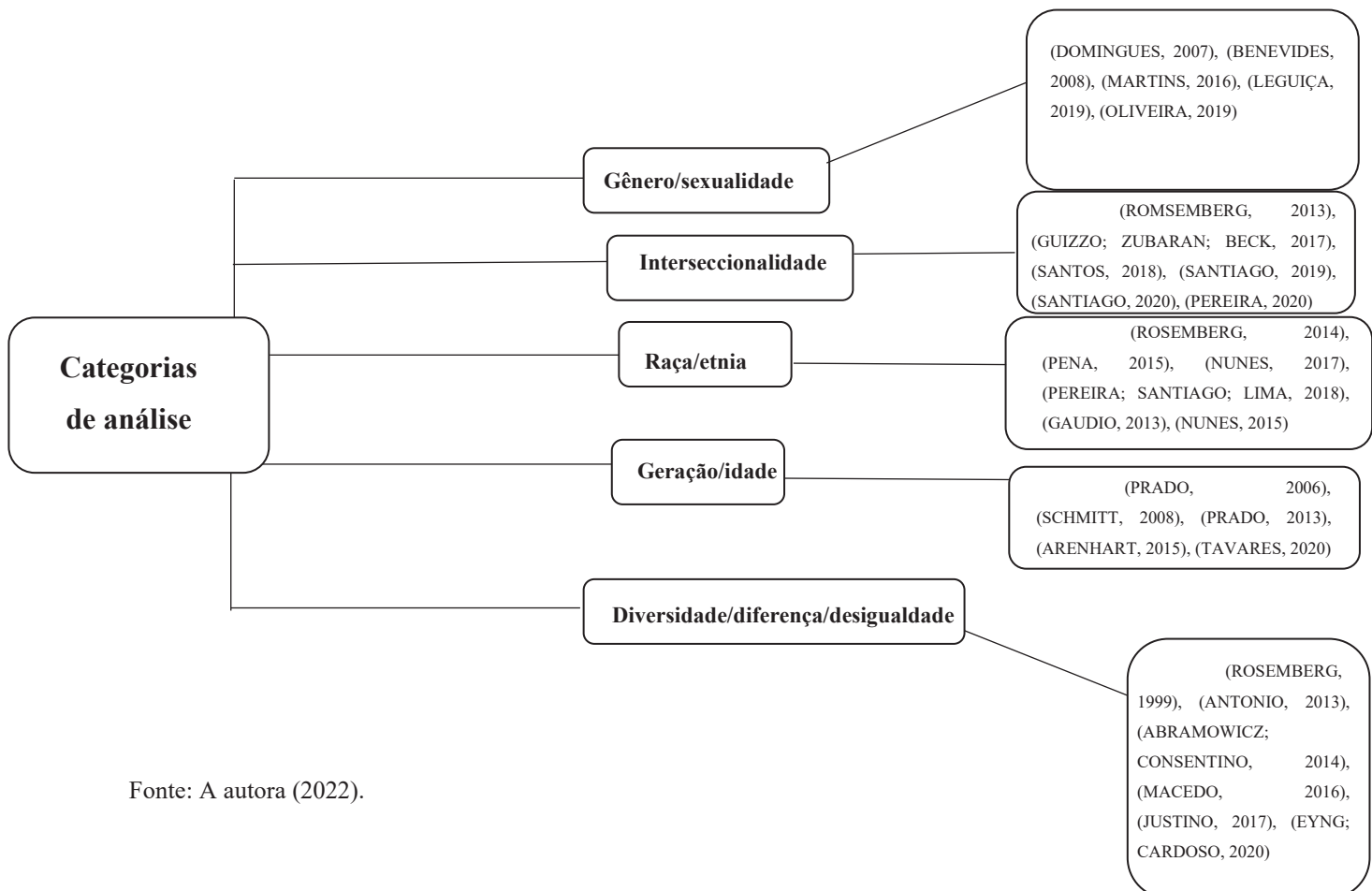
Por isso, essa divisão foi feita com base nessas categorias centrais, e a partir delas, foram feitas as análises sobre o uso da interseccionalidade, concepções de infância e crianças, aspectos metodológicos e tendências e lacunas. As categorias de análises foram organizadas da seguinte forma: pesquisas cujo tema central é gênero e/ou sexualidade, pesquisas sobre raça e/ou etnia, pesquisas sobre geração e/ou idade, pesquisas sobre diferença, desigualdade e diversidade - essa categoria busca agrupar aqueles trabalhos que não se encaixam em nenhuma das categorias, ou seja, são mais abrangentes ou

possuem um número pequeno de trabalhos sobre aquele tema-, e pesquisas sobre interseccionalidade.

Embora todas as categorias façam uma aproximação ou operem a interseccionalidade como ferramenta analítica ou metodológica, a escolha foi feita por incluir os trabalhos que utilizam o conceito, isto é, nesses trabalhos o conceito ou a ferramenta central é a interseccionalidade, diferente de trabalhos cuja as intersecções são ferramentas que auxiliam na investigação sobre um marcador social específico, como raça. No entanto, nessa categoria nem todos os trabalhos utilizam o termo interseccionalidade, principalmente aqueles mais antigos, também por essa razão ter uma categoria que agrupe as pesquisas onde a interseccionalidade é utilizada como ferramenta e depois passa a ser utilizada como conceito, nos dá uma percepção melhor de como o conceito tem sido utilizado ao longo dos anos.

Na figura abaixo (3), é possível visualizar um diagrama com a organização das categorias e dos trabalhos que compõem cada uma delas.

FIGURA 3 – CATEGORIAS DE ANÁLISE



Fonte: A autora (2022).

A seguir, o capítulo subdivide-se em cinco seções que buscam apresentar e analisar as características de cada categoria temática sob a perspectiva da interseccionalidade e da Sociologia da Infância.

5.1.1 RAÇA/ETNIA

Esta categoria agrupa um conjunto de cinco trabalhos, sendo três artigos (ROSEMBERG, 2014; NUNES, 2015; PEREIRA; SANTIAGO; SOUZA, 2018), uma dissertação (GAUDIO, 2013) e uma tese (NUNES, 2017). Embora essa seja uma média de trabalhos semelhantes às demais categorias, vamos ver mais à frente que a categoria raça, ou a discussão e a menção às questões raciais, acaba aparecendo na maioria das pesquisas encontradas na revisão sistemática.

No entanto, os trabalhos analisados aqui possuem em comum ter a questão racial como objeto principal de pesquisa. Em todos eles, raça está sendo compreendida como uma categoria analítica, do ponto de vista sócio-cultural, isto é, que não é fundada em argumentos biológicos, mas no modo como a sociedade percebe as questões raciais criando processos discriminatórios para determinados grupos fundamentados na percepção que se tem da cor das pessoas e das características fenotípicas (GOMES, 2005).

Dito isso, essas pesquisas buscaram investigar ou discutir os impactos dessas noções na vida de bebês e crianças, seja do ponto de vista das políticas públicas, das práticas e vivências cotidianas em instituições de Educação Infantil ou o apagamento desse debate no campo da produção de conhecimento e sua consequente contribuição para a invisibilidade desses sujeitos.

Dentre esses trabalhos, Fúlvia Rosenberg (2014) busca fazer uma análise da oferta de vagas em creche e pré-escola à luz das desigualdades raciais. Essa é a única pesquisa de metodologia quanti-qualitativa presente nessa categoria de análise, e uma das poucas presentes em toda a revisão sistemática. Esse aspecto já nos apresenta uma das lacunas encontradas nos trabalhos que fazem alguma aproximação com a interseccionalidade e a Educação Infantil. Em termos numéricos, primeiro temos os trabalhos etnográficos e as pesquisas com crianças ou as pesquisas de campo, depois aqueles que fazem uma discussão do ponto de vista teórico e um quantitativo menor de trabalhos que se propõem a fazer análises quantitativas de políticas públicas de acesso, oferta ou atendimento.

Os demais artigos, de Míghian Danae Nunes (2015) e Artur Oriel Pereira, Flávio Santiago e Ellen de Lima Souza (2018) tensionam o campo teórico apontando para a necessidade de pensar a educação de crianças e as infâncias nas perspectivas teóricas e políticas dos referenciais e dos aportes teóricos das relações étnico-raciais.

Ainda na categoria dos trabalhos que focalizam a questão racial, a dissertação de Eduarda Gaudio (2013) e a tese de Míghian Danae Nunes (2017) realizam pesquisa etnográfica com crianças, priorizando a *observação participante*, isto é, um instrumento metodológico que se refere à postura que o pesquisador ou a pesquisadora assume de estar no ambiente pesquisado observando e produzindo informações, mas, ao mesmo tempo, considerando que sua participação e sua presença naquele ambiente impactam as relações dos sujeitos ali presentes. Portanto, a pessoa que pesquisa não está ali como uma mera observadora, mas também como participante daquele espaço e das relações que são ali constituídas, o que também deve ser considerado na pesquisa.

Em todos esses trabalhos é possível perceber que há uma concepção de infância que se aproxima daquela apresentada pelos Estudos Sociais da Infância e pela Sociologia da Infância, seja pela defesa dos direitos das crianças, ou das crianças como sujeitos de direitos. Além disso, com exceção do artigo de Rosemberg (2014), todos os textos tem a Sociologia da Infância como parte do referencial teórico, que orienta as pesquisas a partir da concepção das crianças como atores sociais e da infância como construção social.

Esses trabalhos se situam temporalmente depois dos anos 2010, o que coaduna com a crescente produção dessa área no Brasil. Com isso, vemos nessa pequena amostra que mesmo pesquisas que possuem o objetivo de investigar um marcador social como raça, mas cujo os sujeitos são as crianças ou a(s) infância(s), possuem uma perspectiva teórica fundamentada na ideia de criança competente, produtora de cultura. A concepção de criança competente e produtora de cultura se fez presente sob duas defesas principais: nas pesquisas etnográficas, defendem que as crianças como atores sociais possuem competência para falarem acerca de si mesmas, por isso uma metodologia que seja capaz de valorizar e dar espaço às suas formas de pensar e agir no mundo devem ser priorizadas.

Depois, por compreenderem que as crianças são produtoras de cultura, esses trabalhos entendem que essas culturas infantis são construídas em um contexto, marcado por identidades de gênero, raça, étnicas, sociais e culturais, e nesse sentido por mais que um aspecto seja mais focalizado do que outro, não é possível perder de vista que os outros marcadores também constituem esses sujeitos em suas identidades.

É dessa forma, ou sob esse argumento, que a interseccionalidade aparece nessas pesquisas, no entanto, os modos como essa ferramenta analítica é utilizada são bastante distintos entre os cinco trabalhos. Nas duas produções mais antigas, de Gaudio (2013) e Rosemberg (2014) não há nenhuma menção ao conceito de interseccionalidade, mas há a indicação de que apenas uma variável de análise não é suficiente para dar conta de compreender as complexas relações vividas pelas crianças.

Na dissertação de Gaudio (2013) essas indicações aparecem na pesquisa em campo, com as crianças, na medida em que as relações de raça vão tendo intersecções com as questões de gênero e da aparência física das crianças. A pesquisadora investigou as relações étnico-raciais constituídas na instituição de Educação Infantil, percebendo ao longo da pesquisa e na análise dos dados, que além das percepções sociais que as crianças já carregavam consigo, a falta de representação da cultura negra no espaço e nos materiais incidia no modo como as crianças se percebiam em sua identidade étnico-racial, criando uma percepção negativa ou depreciativa daquilo que se referia à cultura negra.

Nesse processo, a pesquisadora identificou que havia uma preocupação das crianças ligada à aparência física, que se refletia nas brincadeiras e na valorização dos brinquedos, principalmente das bonecas brancas, associada ao cabelo liso e ao corpo magro. Esse padrão estético tinha impacto no modo como as crianças tratavam umas às outras, mas era mais presente entre as meninas, destacando uma intersecção entre gênero e raça.

Embora o conceito de interseccionalidade não tenha sido mencionado, a pesquisadora reconhece que as crianças vivem em contextos, com adultos e crianças, dentro ou fora da escola, que trazem as questões de gênero, raça, sexualidade, religião, imbricados entre si, portanto, essas relações vão aparecendo na instituição da Educação Infantil e se não forem repensadas são cada vez mais normalizadas. Segundo Gaudio (2013), “ao procurar conhecer as relações sociais das crianças no que tange as diferenças étnico-raciais, constatamos que a categoria gênero foi um aspecto essencial na construção das interações e na organização social das crianças com seus pares” (p.183). Além dela, também destaca a presença de uma ordem institucional adulta, que regula as ações e os corpos de meninas e meninos, a partir do referencial dos Estudos Sociais da Infância e das relações geracionais entre adultos e crianças.

Isso significa que o objetivo da pesquisa não era trabalhar com uma perspectiva interseccional, no entanto, na medida em que essas questões aparecem, elas não são ignoradas. Na pesquisa de Gaudio (2013) as intersecções vão aparecendo no decorrer da

presença da pesquisadora em campo, inclusive a questão de gênero que não era o foco passa a ser tratada com mais cuidado. No entanto, embora tenhamos essas intersecções mencionadas ao longo do texto, há na análise dos dados uma seção focada nas relações étnico-raciais e outra focada nas questões de gênero.

Essa característica se faz presente em outros trabalhos desta seção de análise, isso porque o fato de a pesquisa não ter esse objetivo e também não trabalhar com o conceito, faz com que ela tenha algumas características ou “limitações” do ponto de vista de uma análise interseccional. A primeira delas é que como a pesquisa não tem como objetivo fazer uma análise interseccional, ela não apresenta na metodologia as ferramentas necessárias para trabalhar com essa abordagem, e esse é um dos grandes desafios que ainda precisam ser enfrentados nas pesquisas que se propõem a trabalhar com essa ferramenta: como não priorizar mais uma categoria de análise do que outra? Como identificar em que situações essas intersecções são mais perceptíveis? Como definir quais categorias focalizar, com base em quais critérios?

No artigo de Rosemberg (2014) e na tese de Nunes (2017) temos características semelhantes, mas com um olhar mais focalizado na importância em considerar essas intersecções, principalmente na tese de Nunes (2017) que passa a utilizar o conceito de interseccionalidade, tendo inclusive uma seção do capítulo de análise dos dados destinada a pensar no conceito e sua aplicabilidade.

A tese de Nunes (2017) começa com o objetivo de analisar as relações étnico-raciais, mas no processo também surgem aspectos ligados à idade, à classe social e ao gênero, sendo destacada a maior relação entre idade e gênero do que entre os outros marcadores sociais. Isso porque a pesquisadora observa que além do marcador idade ser tomado como parâmetro de competência e participação, reservando os lugares de menor competência e menor participação aqueles que possuem menor idade, e uma associação do ser bebê como ser alguém menos capaz ou menos competente, que as relações entre idade e gênero vão aparecendo na medida em que o gênero das crianças vai determinando aquilo que elas podem ou não fazer.

A pesquisadora vai definindo em cada seção do capítulo de análise aquilo que entende por idade, raça, gênero e classe social, no sentido de ir construindo uma caracterização das crianças participantes da pesquisa. A interseccionalidade passa a ser trabalhada com mais especificidade quando a tese aponta as particularidades das meninas negras, nessa seção o conceito e sua origem são mencionados e em seguida são abordadas algumas situações do diário de campo em que se recorre à perspectiva interseccional.

Esses aspectos se referem ao modo como as meninas negras são vistas e tratadas pelas professoras, seja porque os estereótipos de gênero apontados pelos estudos feministas que indicam uma feminização e docilidade das meninas não era percebido quando se tratava das meninas negras, apontamento semelhante ao feito por Sojourner Truth em seu discurso em 1851. Ou ao pouco carinho e acolhimento dado à essas meninas em situações de choro, que indicam uma intersecção entre gênero e raça, ligando as meninas negras a um lugar de força emocional, ideia que também é historicamente ligada à imagem das mulheres negras.

No entanto, pautada nos referenciais da Sociologia da Infância, a pesquisadora identificou que as meninas negras também produziam culturas que buscavam subverter esse lugar em que eram colocadas, mas reconhece que essas estratégias, como brincar ou não de casinha, não se aplicavam a todas as meninas negras, reconhecendo que mesmo um grupo que possui características em comum, é múltiplo entre si.

Em relação aos meninos negros, os estereótipos de gênero se apresentavam reforçando aos padrões de masculinidade ligados à força, a não ser sensível, a serem perigosos e às brincadeiras que incluíam força e/ou violência -ligados também a seu pertencimento de classe-, tendo a masculinidade questionada se não se encaixassem nesses padrões.

Nesses trechos, podemos ver a interseccionalidade operando como ferramenta analítica. Podemos perceber como diferentes configurações de gênero, raça, idade e classe social vão também determinando diferentes configurações de relações e comportamentos entre as crianças e daquilo que é esperado delas. Essa perspectiva da pesquisadora já havia aparecido em seu artigo que se encontra nessa seção de análise, publicado em 2015, no qual faz uma discussão teórica acerca da importância da intersecção entre a os estudos da Sociologia da Infância e dos aportes dos estudos sobre raça para compreender e dar visibilidade às infâncias brasileiras e sua pluralidade, especialmente no que se refere ao aspecto racial, focalizando as crianças negras.

Esse texto, caminha no mesmo sentido do artigo de Pereira, Santiago e Souza (2018), isto é, aponta para a necessidade de considerar a interseccionalidade como uma ferramenta útil para o estudo da(s) infância(s) se aprofundando na origem do conceito e no seu significado, mas sem aplicar o conceito.

Em contrapartida, no artigo de Rosemberg (2014) ainda que o conceito não seja utilizado, vemos como a análise de raça não é suficiente para compreender a desigualdade de acesso de crianças negras à creche. A pesquisadora aponta dados que indicam que

bebês e crianças são os mais afetados pela desigualdade à Educação Infantil, e que nesse sentido as desigualdades de região, econômicas e principalmente de idade, se acumulam atingindo crianças de 0 a 3 anos, mas sobretudo os bebês. Aqui vemos um indicativo de como a interseccionalidade pode operar, mesmo que o conceito não tenha sido mencionado. Ainda nesse sentido, Rosemberg (2014) abre a possibilidade e a necessidade de investigar essas intersecções no campo das políticas públicas.

5.1.2 GÊNERO/SEXUALIDADE

Gênero é outra categoria social que aparece em relação com a interseccionalidade, mas que também é visto em outras categorias de análise desta dissertação, como já foi possível perceber nas análises sobre raça. Nesse conjunto, agrupam-se quatro produções cujo o tema principal é gênero e Educação Infantil, mas que ao longo do trabalho se aproxima da interseccionalidade como categoria analítica, sendo três dissertações (DOMINGUES, 2007; INOUE, 2018; LEGUIÇA, 2019) e uma tese (OLIVEIRA, 2019).

Nesse conjunto de trabalhos, temos as três dissertações com pesquisas etnográficas realizadas com crianças em instituições de Educação Infantil e uma tese cuja metodologia é qualitativa de análise documental, a partir das políticas públicas destinadas à bebês e crianças bem pequenas.

Semelhante aos trabalhos analisados na seção anterior, essas produções possuem um referencial teórico embasado nos estudos de gênero e nos estudos feministas e também nos estudos da Sociologia da Infância. Com exceção do trabalho de Renata Domingues (2007), que se utiliza o conceito de diferença a partir de Gilles Deleuze e Félix Guatari, os demais textos possuem uma concepção de infância e de crianças que se aproxima com os discursos da Sociologia da Infância.

Assim como nos trabalhos sobre raça e Educação Infantil, as pesquisas agrupadas aqui que fazem a aproximação com essa área são bastante recentes, dos anos 2018 e 2019. O mesmo acontece com o uso do conceito de interseccionalidade. Nos trabalhos de 2018 e 2019 já vemos o uso do termo interseccionalidade presente, mesmo que não seja objeto principal de análise.

Já no trabalho de Domingues (2007) a interseccionalidade não é mencionada, no entanto, a diferença é um dos principais conceitos trabalhados na dissertação e em uma

perspectiva relacional, isto é, a autora compreende que as diferenças das crianças entre si e com os adultos se constituem em processos relacionais umas com as outras. É nas relações que as percepções do outro, do diferente e do diferente tomado como errado são constituídas nas instituições de Educação Infantil.

Ainda que a interseccionalidade não seja trabalhada, nem como conceito, nem como ferramenta analítica, ou seja, o modo como a diferença é tomada nessa pesquisa dá base para o que é a compreensão da interseccionalidade, como aponta Crenshaw (2002), as interações entre as diferenças são o eixo das análises interseccionais, nesse sentido, essas categoriais são construídas socialmente, a partir de como os sujeitos se veem e são vistos pelos outros. O fato dessa pesquisa ter sido finalizada no ano de 2007, também pode indicar uma das razões da ausência da interseccionalidade em uma discussão que se aproxima da mesma perspectiva.

Como vimos até agora, a interseccionalidade tem aparecido, ainda que de modo mais tímido, em trabalhos mais recentes, esse é o caso dos demais trabalhos categorizados aqui. Na dissertação de Laura Tereza Inoue (2018), a pesquisadora busca compreender o processo de construção social de gênero de crianças em uma instituição de Educação Infantil. A pesquisa identifica que tanto os espaços, os brinquedos, as normas, quanto os adultos, vão instituindo processos de construção de gênero na vida de meninos e meninas. No entanto, as culturas infantis abrem espaço para que as crianças, a partir de seus desejos e interesses, realizem transgressões ou ressignificações acerca do que a sociedade e as relações pedagógicas atribuem a cada gênero.

Do ponto de vista metodológico, as intersecções apresentadas são entre gênero e idade, isto é, como as concepções ou normas de gênero vão sendo definidas para meninos e meninas na medida em que crescem. A interseccionalidade também aparece em uma parte conceitual do trabalho, em que Inoue (2018) explica e cita brevemente a interseccionalidade e seu significado e articula sua abordagem com a luta história pela creche no Brasil e suas intersecções entre gênero e classe social, embora o último termo também não tenha sido mencionado.

Nos demais trabalhos, na dissertação de Michele Lopes Leguiça (2019) e na tese de Djenane Martins Oliveira (2019) o termo ganha um espaço mais aparente. Leguiça (2019) já anuncia no resumo sua intencionalidade em perceber as intersecções entre desigualdades, embora o objetivo principal do trabalho seja como os *scripts* de gênero são construídos na Educação Infantil. Ao longo da dissertação, a autora aponta que os

scripts de gênero, nesse contexto, são construídos em intersecção com fatores geracionais, raciais e de classe social, e contribuem para a produção das desigualdades.

Sobre o aspecto geracional e de classe, cita que o controle que os adultos impõem sobre as crianças se assemelha a uma perspectiva de classe, no sentido de posição dos grupos. Embora a pesquisadora não cite, a comparação entre essas duas categorias sociais já havia sido demarcada no campo teórico por pesquisadores como Mannheim (1993) e Qvortrup (2010a).

Em relação às intersecções entre gênero e raça, Leguiça (2019) destaca que às meninas negras há uma percepção de que não precisam de cuidado, semelhante o percebido por Nunes (2017) nas análises anteriores, ou que suas reivindicações não precisam ser atendidas, como uma tentativa de apagamento dessas vozes. Já aos meninos, a pesquisadora percebeu uma postura ligada à caridade e não ao direito. A pesquisadora encerra a dissertação apontando para a necessidade de se investir em pesquisas que investiguem as intersecções de desigualdade e poder que atuam no controle de crianças nas instituições de Educação Infantil.

A tese de Oliveira (2019) explora um pouco mais a origem do conceito de interseccionalidade. O objetivo principal da tese foi analisar as políticas públicas que orientam os currículos e normativas, normatizam as questões de gênero tendo impacto nos espaços e na formação de professores e professoras que trabalham com bebês. A interseccionalidade é mencionada como uma ferramenta de análise possível, principalmente na análise histórica da origem da creche no Brasil, no entanto ela não é tão desenvolvida como ferramenta analítica. A pesquisadora aponta em diversos momentos e relevância da interseccionalidade para a formulação de políticas públicas para que se crie uma cultura da diversidade e da diferença desde os currículos.

O uso da interseccionalidade nesses trabalhos sobre gênero e Educação Infantil são bastante distintos entre si, ainda mais do que nos trabalhos sobre questões raciais. Nos trabalhos sobre as relações raciais a interseccionalidade foi trabalhada um pouco mais do que nessa categoria, cujo as produções a utilizam como uma possibilidade ou uma necessidade, mas não trabalham com a interseccionalidade para realizar análises mais aprofundadas.

5.1.3 GERAÇÃO E/OU IDADE

Essa categoria de análise agrupa um conjunto de cinco trabalhos, sendo uma tese (PRADO, 2006), uma dissertação (SCHMITT, 2008) e três artigos (PRADO, 2013; ARENHART, 2015; TAVARES, 2020). Diferente dos trabalhos sobre raça e gênero, idade e geração são marcadores que não aparecem nas pesquisas com tanta frequência, ainda que tenhamos visto que a discussão geracional ou mesmo de idade apareceu nos trabalhos anteriores, sua incidência ainda é menor do que os marcadores de raça e gênero, mesmo nas pesquisas que tem como sujeitos participantes as crianças. Também vamos perceber que aqui a interseccionalidade aparece de forma mais breve do que nas análises anteriores, por exemplo.

Em termos metodológicos, as pesquisas de Patricia Prado (2006; 2013), de Deise Arenhart (2015) e de Rosinete Valdeci Schmitt (2008) são etnográficas, já o artigo de Maria Tereza Tavares (2020) consiste em uma discussão teórica sobre infância e cidade. Nesses trabalhos, o diálogo com a Sociologia da Infância e também com a Pedagogia e a Antropologia da Infância são ainda mais incisivos. Em grande parte, porque os Estudos Sociais da Infância trazem uma perspectiva que desnaturaliza a geração e a idade, isto é, deixam de serem tomadas como características naturais, mas entende-se que as compreensões e as relações de poder em torno desses marcadores são construídas socialmente, nas relações, a partir da compreensão que se tem das idades e das diferentes gerações e daquilo que se atribui a cada sujeito ou grupo.

Nesse sentido, idade e geração são tomadas com categorias de análise, mas não necessariamente em uma perspectiva interseccional entre as duas categorias. Na tese de Prado (2006), as análises dos dados gerados em campo, com crianças de 0 a 6, identificaram que a organização dos grupos de crianças em função de idade impede que se construam modos mais colaborativos e respeitosos das crianças pequenas e das crianças maiores de se relacionarem entre si e com os adultos. No caso da instituição pesquisada, a abertura a contextos que valorizavam essas relações intergeracionais e intrageracionais permitia que as crianças vivessem uma experiência mais significativa do trabalho pedagógico pensado pela instituição.

A interseccionalidade aparece ao longo do texto, em diversos momentos, mas não como uma ferramenta de análise, isto é, ela não é aplicada. O conceito não é trabalhado ou citado, no entanto, Prado (2006) reitera ao longo da escrita que embora seu olhar esteja focalizado nas relações de idade e geração, é preciso considerar que as crianças vivem

em um contexto de intersecções de classe, gênero, idade e etnia - o termo raça não é mencionado. No artigo da mesma autora (PRADO, 2013), decorrente da pesquisa de doutorado recém supracitada, a pesquisadora cita novamente as intersecções entre categorias identitárias, reafirmando que as crianças viviam em contextos marcados por esses atravessamentos, embora a análise não aprofunde nenhum deles já que o objetivo da pesquisa era olhar para aspectos de idade e geração.

Esses apontamentos são de todo modo importantes, e podemos perceber que em muitas pesquisas essas indicações já têm sido feitas. Escolher um ponto para focalizar o olhar não é um problema, no entanto, é fundamental assumir um posicionamento que reitera a diversidade das vidas das crianças, mesmo que ela não seja o foco da pesquisadora ou do pesquisador, é essencial afirmar que ela existe e que por essa razão as pesquisas estão sempre falando a partir de uma lente, de um ponto de vista que não é capaz de abarcar toda a complexidade da(s) infância(s).

Na dissertação de Schmitt (2008) se tem um posicionamento semelhante, onde a interseccionalidade não é citada como conceito, mas a pesquisadora já anuncia no resumo e na introdução do trabalho que pretende dar atenção às dimensões de geração, classe social, gênero e etnia. Ao analisar as interações entre bebês de uma instituição pública, destacando o modo como os bebês se relacionam entre si e como os adultos, os espaços e os materiais podem favorecer ou não essas interações, a pesquisadora parte da defesa de que essas relações são constituídas também por esses marcadores sociais.

Nas discussões teóricas do artigo de Tavares (2020) a pesquisadora demarca as intersecções entre raça, classe e gênero quando defende o direito das crianças à cidade, aos parques e praças, que é negado principalmente às crianças das periferias. Embora a pesquisadora comente no início do texto que a publicação surge de uma fala anterior sobre infâncias, geração e interseccionalidades, neste artigo o conceito não é aprofundado.

Desse conjunto de trabalhos, aquele que mais se aproxima de uma abordagem interseccional é o artigo de Arenhart (2015). Ainda que o conceito de interseccionalidade não seja mencionado, ao acompanhar as brincadeiras e as culturas infantis de crianças de uma instituição de Educação Infantil situada em uma região empobrecida e uma instituição de Educação Infantil localizada em um bairro de classe média alta, a pesquisadora destaca que as possibilidades de brincadeiras e de produção de culturas infantis eram mais presentes no contexto de melhores condições socioeconômicas, visto que a instituição dispunha de espaço, materiais e tempo para que as crianças brincassem forma mais autônoma, o que tinha relação com a proposta pedagógica da instituição.

Em contrapartida, na instituição localizada na periferia, as possibilidades eram menores e as crianças transgrediam as regras adultas para realizar as brincadeiras, apontando para uma intersecção entre geração e classe social nesse contexto. Segundo a pesquisadora,

os estudos situados no campo da Sociologia da Infância têm muito a ganhar se considerarem, conjuntamente com a categoria geracional (que une todas as crianças) a análise de outras variáveis sociais (classe, gênero, raça/etnia, etc.) que influem na produção de diferentes modos de conceber e organizar as relações geracionais. Isso não significa, no entanto, enfraquecer o estudo da perspectiva geracional que define o campo (cf. QVORTRUP, 2010). A dimensão geracional deve ser sempre o ponto de partida; todas as crianças têm em comum serem crianças e essa condição é construída socialmente. Contudo, penso que a consideração de outras variáveis ajuda muito para termos melhor compreensão do que configura o que podemos denominar como geração da infância na contemporaneidade. (ARENHART, 2015, p.206).

Nesse sentido, o corpo, a corporeidade, era um recurso utilizado pelas crianças nas produções de culturas infantis, especialmente aquelas que frequentavam a instituição educacional localizada na região periférica, o que segundo Arenhart (2015) é reflexo de um condicionamento imposto pelo próprio contexto geracional e socioeconômico, visto que o corpo era para essas crianças um meio de comunicação, linguagem e brincadeira porque não tinham possibilidade de acessar espaços e materiais que permitissem a produção de culturas da infância. Ao fazer esse movimento, a pesquisa parte de uma perspectiva interseccional mesmo sem o uso do conceito.

5.1.4 DIVERSIDADE, DIFERENÇA E DESIGUALDADE

Esse conjunto de trabalhos é mais heterogêneo entre si. Por não possuir uma única temática, foram incluídos aqueles trabalhos que tratam dos conceitos de diversidade, diferença e desigualdade que de alguma forma dialogam com as bases do pensamento interseccional. Também foram considerados aqueles trabalhos que por serem minoria, não eram possíveis de compor uma categoria de análise sozinhos, como é o caso do trabalho sobre deficiência.

Por essa razão, temos seis produções, sendo uma tese (MACEDO, 2016), duas dissertações (ANTÔNIO, 2013; JUSTINO, 2017) e três artigos (ROSEMBERG, 1999; ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014; EYNG; CARDOSO, 2020), sendo que nesse grupo, diferente dos trabalhos analisados anteriormente, não há nenhuma pesquisa etnográfica e as pesquisas se centram em grande parte em análises teóricas

(ABRAMOWICZ; RODRIGUES, 2014; MACEDO, 2016; JUSTINO, 2017; EYNG; CARDOSO, 2020) e pesquisas de metodologia quanti-qualitativa (ROSEMBERG, 1999; ANTÔNIO, 2013).

Em relação ao referencial teórico, diferentemente do que vimos nos trabalhos anteriores a Sociologia da Infância não aparece com grande presença, sendo mencionada apenas na tese de Elina Elias de Macedo (2016) e de forma mais breve no artigo de Anete Abramowicz e Tatiane Cosentino Rodrigues (2014) e na dissertação de Cíntia Moura de Almeida Antônio (2013). As demais produções possuem um referencial bastante diverso entre si, a dissertação de André Filipe Justino (2017) conta com os aportes teóricos dos estudos sobre deficiência e na Antropologia da Infância, já os artigos de Fúlvia Rosenberg (1999) e de Ana Maria Eyng e João Casqueira Cardoso (2020) utilizam os referenciais dos estudos sobre desigualdade social.

Outra característica desses trabalhos é que por serem discussões mais teóricas, nem todos discutem as questões relacionadas à Educação Infantil, mas trabalham com as discussões sobre a(s) infância(s), incluindo a Educação Infantil em algum momento, embora não como foco principal de análise, como é o caso do artigo de Abramowicz e Rodrigues (2014) cuja problemática está no entorno da necessidade de descolonizar as pesquisas com crianças, no sentido de falar da(s) infância(s) brasileiras que fogem à norma hegemônica, esse desafio só pode ser enfrentado na medida em que parte-se de uma perspectiva descolonizadora, trabalhando com uma lente teórica que considere as diferenças.

A interseccionalidade é, nesse sentido, uma dessas lentes teóricas. As autoras não a citam como uma ferramenta de análise, mas ao defenderem que os temas de raça, gênero e sexualidade são imprescindíveis a qualquer pesquisa que se proponha a pesquisar as infância(s) brasileira(s), trabalhando com as diferenças para se reduzir as desigualdades, as bases da perspectiva interseccional estão postas.

No artigo de Rosenberg (1999) essas questões também são tensionadas. A pesquisadora discute o processo de exclusão de crianças negras a partir das políticas de expansão da Educação Infantil desde a década de 1980. No entanto, ao longo do texto Rosenberg (1999) questiona diversas vezes as intersecções entre os marcadores de classe, raça e gênero, tanto no que diz respeito às crianças diretamente, quanto aos adultos que convivem com elas, como as famílias e os profissionais.

Ao observar uma igualdade entre homens e mulheres no acesso educacional no Brasil na época, mas uma intensa desigualdade de raça e condição socioeconômica, a

pesquisadora questiona “como as hierarquias de gênero interagem com as de raça e classe para produzirem um sistema educacional tão excludente quanto o brasileiro?” (ROSEMBERG, 1999, p.9). Embora o artigo siga com a análise sobre as questões raciais, esses tensionamentos feitos ao longo do texto se destacam para a época em que ele foi escrito, em um período em que a interseccionalidade ainda não tinha nenhuma incidência na área da Educação Infantil e essas questões de intersecções entre marcadores sociais eram pouco problematizadas. Vamos ver que mesmo pesquisas mais recentes, não realizam análises tão articuladas a uma perspectiva interseccional.

No artigo de Eyng e Cardoso (2020) a interseccionalidade já é mencionada no resumo e nas palavras-chave, quando os pesquisadores anunciam que o artigo parte de um estudo que problematiza a pobreza infantil na América Latina. Ao longo do texto o conceito não é trabalhado, o termo é utilizado sem que haja uma fundamentação ou explicação de seu significado. Os pesquisadores apontam para as intersecções de fatores de risco que contribuem para a naturalização da pobreza infantil, sendo estes: violência, família, comunidade, política pública, economia, Educação, cultura, saúde, (in)segurança, criminalidade, identidade e violação de direitos, que afeta os grupos mais pobres e os grupos mais vulneráveis de crianças.

As desigualdades sociais e as discussões sobre igualdade e justiça social são apontadas durante o texto (EYNG; CARDOSO, 2020), nesse sentido, ao observar essas intersecções o artigo ocupa-se das intersecções entre condições de desigualdade e não da intersecção entre marcadores sociais, numa perspectiva diferente do que vimos nos demais trabalhos.

Na tese de Macedo (2016), cujo o objetivo foi discutir a participação dos bebês na luta de classes, dando ênfase à sua condição de integrantes da infância e de classes sociais, o conceito de interseccionalidade não aparece, porém o termo “intersecções” é utilizado algumas vezes para se referir às relações de gênero e classe na luta pela creche no Brasil e na análise da produção bibliográfica apresentada. O trabalho não chega a fazer uma análise interseccional, ou seja, a interseccionalidade não aparece operando como ferramenta de análise, embora em alguns trechos essas relações sejam brevemente mencionadas. O termo “intersecções” também é utilizado para se referir às interações entre direitos ou campos de conhecimento.

A dissertação de Antônio (2013) é uma pesquisa de metodologia quantitativa que também não utiliza e nem se propõe a utilizar a interseccionalidade. No entanto, ao analisar os dados das crianças brasileiras que frequentam creches nas 27

unidades federativas, entre os anos de 2007 e 2011, em instituições públicas e privadas, se propôs a identificar o perfil dessas crianças, nos seguintes aspectos: racial, de gênero e idade.

Por fim, foi incluído nesse grupo de análise o trabalho de Justino (2017), dissertação que aborda a deficiência e a infância em uma perspectiva antropológica. Ao longo do trabalho, o pesquisador vai fazendo um paralelo entre o percurso histórico da deficiência e da infância, identificando intersecções entre os dois grupos sociais em termos de desigualdade e da imagem que socialmente se construiu em torno desses grupos, fundamentada em uma ideia de incapacidade e incompetência.

O pesquisador faz alguns apontamentos de intersecções ao longo do trabalho que são mais pontuais. No entanto, ao final do texto, aponta para a necessidade de uma abordagem interseccional entre as duas categorias analisadas, no sentido “de pensar em uma abordagem que olhe para essas duas categorias de forma interseccional, atravessando os dois eixos e sobrepondo as duas identidades, apostando na potência de reflexões” (JUSTINO, 2017, p.78). Essa é a única produção encontrada que trabalha com a categoria deficiência em interlocução com a discussão sobre infância.

5.1.5 INTERSECCIONALIDADE

Essa é a última categoria de análise e agrupa um conjunto de seis trabalhos. O critério para incluir essas produções no conjunto de pesquisas que tratam diretamente da interseccionalidade foi o fato de elas trabalharem com mais de uma categoria de análise em relação. Diferente dos trabalhos onde o tema era raça, por exemplo, e em determinada parte a interseccionalidade era utilizada, os textos analisados aqui trabalham com duas ou mais categorias de análise ou marcadores sociais.

Dentro desse grupo, temos uma tese (SANTIAGO, 2019), uma dissertação (PEREIRA, 2020) e quatro artigos (ROSEMBERG, 2013; GUIZZO; ZUBARAN; BECK, 2017; SANTOS; ROSSETO, 2018; SANTIAGO, 2020). Embora todos eles trabalhem com mais de uma categoria de análise, temos uma característica que os difere. Há aquelas pesquisas que se apresentam como uma pesquisa interseccional, utilizam o conceito e fundamentam a metodologia e as análises nessa perspectiva. Em contrapartida, temos outro conjunto de trabalho que faz análises considerando mais de um marcador social, entretanto, não trabalham com o conceito de interseccionalidade.

Nesse segundo grupo, temos os artigos de Fúlvia Rosemberg (2013) e de Bianca Salazar Guizzo, Maria Angélica Zubaran e Dinah Quesada Bekc (2017). Rosemberg (2013), a partir de uma análise quanti-qualitativa analisa as intersecções de classe, raça e gênero, não apenas nos padrões e oferta e expansão das crianças que frequentam Educação Infantil, mas também em relação à qualificação das profissionais que atuam nessa etapa da educação básica. Nesse sentido, aponta que há um “intricado de subordinação de classe, raça, gênero e idade” (p.7) que afeta a vida de bebês e crianças pequenas. Como vimos anteriormente, em artigos anteriores Fúlvia Rosemberg (ANO ou ANOS) já apontavam essas intersecções mesmo sem o uso do conceito.

Já no artigo de Guizzo, Zubaran e Beck (2017), que buscou compreender como as representações de gênero e raça construídas na Educação Infantil tinham impacto na vida das crianças, as pesquisadoras identificam a partir de uma pesquisa etnográfica que as representações e os estereótipos em relação ao gênero e raça incidiam no modo como as crianças eram tratadas ou discriminadas, associação ligada a padrões de beleza brancos, que tinham maior peso sobre as meninas.

Nesse mesmo sentido, o artigo de Santos e Rosseto (2018) traz uma reflexão sobre as meninas negras na Educação Infantil e na sociedade a partir das intersecções de gênero e raça. A diferença é que aqui as autoras utilizam a interseccionalidade como conceito, fundamentado pela perspectiva do feminismo negro e de autoras como Kimberlé Crenshaw, Angela Davis, Helena Hirata e Lélia Gonzalez.

Ao trabalhar com o conceito de cultura interpretativa de Willian Corsaro, as pesquisadoras identificam comportamentos discriminatórios e racistas em relação a meninas negras no contexto da Educação Infantil. Esse aspecto, destaca a característica histórica, cultural e social da infância, de que as crianças como sujeitos que vivem em contextos marcados por práticas racistas, sexistas ou discriminatórias, podem reproduzir ou produzir culturas infantis também baseadas nesses preceitos.

O conceito de culturas infantis, a partir da Sociologia da Infância, também é demarcado na dissertação de Artur Oriel Pereira (2020), na tese de Flávio Santiago (2019) e no artigo do autor, decorrente da mesma pesquisa (SANTIAGO, 2020). Em ambas as produções, podemos encontrar características semelhantes. A primeira delas é o referencial teórico, que se embasa nos aportes do feminismo negro, dos estudos interseccionais e da Sociologia da Infância.

Em segundo lugar, esses trabalhos possuem um embasamento bem fundamentado em termos teóricos e metodológicos, por se tratarem de pesquisas etnográficas, a defesa

da criança como sujeito competente para participar das pesquisas é embasada na ideia da criança como sujeito de direito e ator social, na perspectiva da Sociologia da Infância. Talvez por essa razão, e também pela temática dos trabalhos, ambos os pesquisadores descrevem sua identificação de gênero e racial, apontando para as implicações na pesquisa a partir do lugar que ocupam, tendo Flávio Santiago (2019) se identificado como homem branco, da classe operária, cisgênero não heterossexual e Artur Oriel Pereira (2020) como homem negro cisgênero homossexual.

Esse é um aspecto interessante que, embora tenha sido mencionado em alguns outros trabalhos, principalmente na introdução, quando o pesquisador ou a pesquisadora se apresenta e apresenta um pouco da sua trajetória, não foi tensionado como vimos aqui. Ambos os pesquisadores discorrem sobre suas próprias identidades e as implicações para o contexto da pesquisa, especialmente no percurso metodológico.

Os focos de observação são diferentes entre os dois trabalhos. Enquanto Santiago (2019) realiza uma pesquisa com crianças de 0 a 3 anos, com o objetivo de observar as relações de gênero e raciais nas culturas infantis, Pereira (2020) realiza a pesquisa com um grupo de crianças de 5 anos de idade com foco nas relações de amizade das crianças a partir da intersecção de gênero, raça, classe e idade. Na pesquisa de Santiago (2019; 2020) os marcadores de classe e principalmente de idade também acabam sendo mencionados e tensionados ao longo da pesquisa e da análise dos dados.

Em ambos os trabalhos, a interseccionalidade como uma ferramenta de análise tem o potencial de desvelar relações que são tão complexas que não seriam passíveis de serem analisadas por apenas uma perspectiva. Ao fato de os bebês negros terem reservados a si menos cuidados que os bebês brancos, como observa Santiago (2019), e que sejam caracterizados a partir de percepções negativas, principalmente os meninos negros, a interseccionalidade funciona como uma lente que não apenas focaliza o problema, mas o desnaturaliza na medida em que questiona essas estruturas.

Em resumo, este capítulo buscou fazer algumas análises sobre o uso ou a presença da interseccionalidade nas produções acadêmicas brasileiras da área de Educação Infantil, também considerando pesquisas sobre infância(s). A partir das teses, dissertações e artigos encontrados, foi possível organizar cinco categorias temáticas de análise: raça; gênero; geração e idade; diversidade, diferença e desigualdade e interseccionalidade. Essa organização foi necessária devido a diversidade dos trabalhos encontrados, das temáticas e do modo como a interseccionalidade aparecia em cada um deles. Isso porque muitos trabalhos abordam a interseccionalidade, contudo, não como tema ou ferramenta de

análise principal, desse modo, foi possível perceber que a interseccionalidade foi abordada em trabalhos sobre raça, gênero, geração e idade com maior frequência do que em trabalhos sobre deficiência e etnia. Ainda nesse sentido, as pesquisas possuem lacunas tanto temáticas quanto metodológicas, percebendo-se a maior presença de pesquisas etnográficas com crianças e abordagens teóricas do que outras metodologias, como a quanti-qualitativa. A interseccionalidade se apresentou como uma ferramenta fundamental, mas que ainda possui pouca incidência nas pesquisas da área de Educação Infantil no Brasil.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: CAMINHOS A SE PERCORRER

“Ao chegar aqui, eu deveria “fechar”, como costuma se dizer, ou tirar conclusões. Não vou conseguir, sinto muito. Estou perplexa demais, cheia de perguntas e com muito poucas respostas. Tudo é bastante caótico. Mas não me rebelei contra esse caos. Em vez disso, quis defender a perplexidade que ele nos provoca, o estado de convulsão das certezas.” (MONTES, 2020, p.42).

Esta dissertação teve como objetivo investigar a presença da interseccionalidade e seu uso nas produções acadêmicas da área de Educação Infantil no Brasil. Havia uma hipótese inicial de que haveria um número pequeno de produções encontradas, por isso, a presença da interseccionalidade não era tomada como certa. Como parte do objetivo geral, havia a intenção de identificar se primeiro haveria alguma produção, depois, como era o uso dessa ferramenta caso fossem encontradas as pesquisas.

Como objetivos específicos, foram elencadas as seguintes intenções de pesquisa:

- a) analisar as produções encontradas a partir da identificação dos aspectos gerais que as caracterizam, a saber: qual a incidência do conceito de interseccionalidade nos estudos com e sobre crianças nos últimos anos, temas mais focalizados, metodologias utilizadas e referenciais teóricos adotados;
- b) analisar quais usos são feitos da interseccionalidade – se como conceito, ferramenta ou método – nas produções encontradas;
- c) identificar pontos de convergência e divergência quanto ao uso da interseccionalidade nas produções analisadas;

Agora, chegando nas considerações finais, vamos retomar esses pontos tendo em vista que essas perguntas em certa medida foram respondidas, mas abriram também muitas outras questões e caminhos a se percorrer.

Correspondendo à hipótese inicial da pesquisa, constatou-se que de fato a interseccionalidade, ainda é uma ferramenta ou um conceito com pouca expressividade no campo de produções da área de Educação Infantil, e como vimos no processo de busca, mesmo com as questões da(s) infância(s) seu diálogo é pouco presente.

Essa característica pode se dar em razão de três aspectos principais: o primeiro tem relação com a própria incidência desse conceito. No contexto em que ele é cunhado, como vimos (CRENSHAW, 1989), já podemos considerar que ele é recente, considerando que ele surge como conceito no Estados Unidos, sua chegada ao Brasil é ainda mais recente, e esse é um aspecto que reflete nas pesquisas da área da Educação Infantil, pois como pudemos perceber, há a indicação de um crescimento cada vez maior dessa temática nos próximos anos.

O segundo aspecto, é que as pesquisas que se dedicam às temáticas do campo da diversidade e das diferenças são também recentes no campo educacional, como bem pontuaram Rodrigues e Abramowicz (2013), nesse sentido, vamos vendo pouco a pouco pesquisas que se arriscam a trabalhar com mais de um marcador social, por exemplo. O que nos leva ao terceiro aspecto: realizar uma pesquisa interseccional impõe uma série de desafios, ao longo desta dissertação lidamos com alguns deles, pois é preciso fazer escolhas de inclusão e exclusão de determinados temas, é preciso ter um conhecimento teórico bastante consistente sobre cada área que se vai trabalhar e sobre a própria abordagem interseccional.

Nesse sentido, os 28 trabalhos encontrados e selecionados no processo de revisão sistemática reafirmam vários desses desafios. Por considerarmos que a interseccionalidade não está restrita ao uso do conceito, foram encontradas muitas pesquisas que não utilizam o conceito, mas que de certa forma articulam mais de uma variável de análise. Essas pesquisas representam um conjunto maior do que aqueles que de fato se debruçam sobre o conceito de interseccionalidade e trabalham com ele como uma ferramenta analítica. Dentre eles, destaca-se a produção de Fúlvia Rosemberg, que já tensionava, mais de vinte anos atrás, em 1999, as análises de diferentes eixos de subordinação em pesquisas de análise quanti-qualitativa sem o uso do conceito, anunciando problemáticas que estão começando a aparecer recentemente nas produções da Educação Infantil.

Quanto ao uso da interseccionalidade, sua presença aparece com mais frequência como uma perspectiva, uma indicação ou uma fundamentação nas produções. Muitas dessas pesquisas citam a interseccionalidade ou a relevância em se considerar mais de um marcador social, porém não operam com essa ferramenta. Possivelmente, nos próximos anos essa ferramenta poderá passar a ser cada vez mais utilizada, visto que podemos perceber também um crescimento cronológico da sua presença nas produções, tendo primeiro os trabalhos mais antigos que articulam mais de uma categoria ou indicam essa

necessidade, mas sem utilizar o conceito. Depois, vamos percebendo que o conceito passa a aparecer, mas não necessariamente com alguma fundamentação teórica. Quando vamos chegando nos trabalhos mais recentes, vemos que já há uma fundamentação teórica em relação ao conceito, mesmo que ele não seja utilizado como ferramenta analítica. Por fim, só vamos ver pesquisas que tanto utilizam e fundamentam o conceito quanto operam com ele como uma ferramenta de análise, situadas nos últimos quatro anos.

Essa hipótese de possível aumento das pesquisas interseccionais na área de Educação Infantil também deve levar em conta o fato de que pudemos ver que alguns pesquisadores se repetem em mais de um trabalho selecionado, como é o caso de Fúlvia Rosemberg, Mighian Danae Nunes e Flávio Santiago. Recentemente, pesquisadores como Flávio Santiago e Artur Oriel Pereira também estiveram envolvidos em outras publicações sobre a temática, que não foram incluídas nessa análise pois foram publicados após a busca de produções. Nesse sentido, é preciso observar em análises futuras se haverá um aumento da produção na área e se esse aumento é de novos pesquisadores ou desses mesmos pesquisadores e pesquisadoras que já estão trabalhando com o tema.

Também temos nessas pesquisas características semelhantes, como o referencial teórico utilizado. Além dos aportes de cada área de pesquisa (estudos de raça, gênero, classe, deficiência e geração), os Estudos Sociais da Infância tem uma presença expressiva nessas pesquisas, especialmente a Sociologia da Infância, o que reafirma a estreita aproximação entre essa área e a Educação Infantil no Brasil. No entanto, a Sociologia da Infância é utilizada na maioria dos trabalhos para fundamentar as pesquisas, escolhas e argumentos, e não necessariamente como oportunidade de produção de novas teorias e conceitos, por exemplo.

Apesar dessas semelhanças entre os trabalhos, nos demais aspectos vemos uma grande heterogeneidade. Isso porque a presença da interseccionalidade não segue um padrão em comum nesses trabalhos, em alguns textos ela é citada, mas não é fundamentada, em outros ela é fundamentada, mas não opera como ferramenta de análise, e em alguns o conceito não aparece, embora as suas bases estejam em discussão.

No entanto, vemos algumas tendências temáticas que se repetem com maior frequência, como o diálogo com as perspectivas de raça e gênero. Esses dois marcadores aparecem na maior parte das pesquisas, possivelmente muito em razão da ligação da interseccionalidade com o feminismo negro. Em seguida, classe social passa a ser o terceiro tema mais mencionado. Em contrapartida, vemos um certo crescimento das pesquisas sobre geração e idade buscando algum diálogo com as discussões sobre

diversidade e diferença, e poucas pesquisas que considerem os marcadores de etnia e deficiência. A etnia é citada quando as pesquisas se referem às relações étnico-raciais, como área de pesquisa ou referencial teórico e a deficiência, podemos dizer, que é praticamente ignorada, os desafios de considerar a deficiência não só a partir da perspectiva médica ainda parece um desafio não só para o campo das interseccionalidades mas também para a área da Educação Infantil.

Essas lacunas temáticas também se somam às lacunas metodológicas. Foram encontradas muitas discussões teóricas da interseccionalidade em relação com a(s) infância(s), depois as pesquisas etnográficas realizadas com crianças aparecem com uma expressividade grande também, no entanto, poucas pesquisas articulam essas discussões às análises quanti-qualitativas. As políticas públicas que se destinam à Educação Infantil devem ser vistas como um campo possível, e também necessário, ao qual se precisa olhar a partir de uma lente interseccional. Esta dissertação termina com algumas lacunas encontradas que podem ser enfrentadas em pesquisas futuras, e que foram apresentadas ao decorrer do texto e das considerações finais, e reafirma a partir das análises realizadas que a interseccionalidade é uma ferramenta com grande potencial para a compreensão das vidas das crianças nos contextos de Educação Infantil.

Esse trabalho foi escrito durante a pandemia de coronavírus que chegou ao Brasil em 2020 e que segue em curso. Durante esse período, vimos como a omissão do Governo Federal sob a presidência de Jair Bolsonaro, resultou em consequências que ocasionaram mortes, aumento da pobreza e da desigualdade em todo o país, atingindo com mais força os grupos que se encontram em condições mais vulneráveis a depender dos atravessamentos de idade, raça, gênero, deficiência, etnia e classe social. Nem todas as consequências podem ser mensuradas agora, mas certamente pesquisas futuras vão trabalhar com dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos, que reflitam no contexto da Educação Infantil os resultados desse período. Nesse sentido, além de focalizar as desigualdades sobre determinados grupos de crianças, a interseccionalidade deve ser entendida como uma ferramenta também de denúncia, de desvelamento dessas desigualdades e exclusões e de transformação.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; Tatiane Cosentino. Rodrigues; JUVENAL, Ana Cristina da Cruz. A diferença e a diversidade na educação. **Contemporânea**, n.2, p. 85-97, 2011.

ABRANTES, P. Para uma teoria da socialização. Sociologia. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Vol XXI, p.121-139, 2011.

AKOTIRENE, Karla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

ATKINSON, Anthony B. **Desigualdade**. O que pode ser feito?. Leya Editora, 2015.

ALANEN, Leena. Generational Order. In: QVORTRUP, Jeans.; CORSARO, Willian Arnold.; HONIG, Michael-Sebastian. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. England: Palgrave Macmillan, 2009, p. 159- 174.

_____. ‘Intersectionality’ and other challenges to theorizing Childhood. **Childhood**. V. 23(2) 157–161, 2016.

ALMEIDA, Ana Nunes de. ALVES, Nuno de Almeida; DELICADO, Ana; CARVALHO, Tiago. Crianças e internet: a ordem geracional revisitada. **Análise Social**, 207, xlviii (2.º), 2013.

_____. **Para uma sociologia da infância**. Jogos de olhares, pistas para a investigação. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2018.

ALVARADO, Sara Victoria; LLOBET, Valeria. Introducción. In: OSPINA, Camila *et al* (org.). **Pensar la infancia desde la América Latina**: un estado de la cuestión. - 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2013.

ARRETCHE, Marta. Apresentação. In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades**: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos. 1ª ed. São Paulo: Editora Unesp; CEM, 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENZON, Nadia Von; WILKINSON, Catherine. **Intersectionality and Difference in Childhood and Youth**: Global Perspectives. Routledge, 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____. Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 1996.

_____. Emenda constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009. Constituição Federal. Diário Oficial da União, 12 nov. 2009.

CAMPOS, Maria Malta. A mulher, a criança e seus direitos. **Cadernos de Pesquisa**, n. 106, p. 117-127, março/1999.

CARNEIRO, Sueli. Raça e etnia no contexto de Beijing. In: **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000. p. 256.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao lar escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHO, Sumi; CRENSHAW, Kimberlé; MCCALL, Leslie. Toward a field of intersectionality studies: Theory, applications and praxis. Signs: **Journal of Women in Culture and Society**, 2013, 38(41).

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, Interseccionalidade e política emancipatória. V.5, N.1, **Parágrafo**, 2017.

_____. BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. (tradução: Rane Souza). 1ª Ed. São Paulo, 2021.

CORSARO, William. A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COUTINHO, Angela S.; CARDOSO, Cintia. A educação e o cuidado dos bebês na pandemia: uma análise a partir das relações geracionais, raciais e de gênero. In: **Revista Zero a Seis.**, v. 23 n. Especial (2021): Dossiê Especial: Educação infantil em tempos de Pandemia, p. 175- 194.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**, 2002.

_____. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. VV. AA. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

ECKLUND, K. Intersectionality of identity in children: A case study. **Professional Psychology: Research and Practice**, 43(3), 256–264, 2012.

EMEJULU, Akwugo; KONSTANTONI, Kristina. When intersectionality met childhood studies: the dilemmas of a travelling concept. **Children's Geographies**, 15:1, 6-22, 2016.

FERNANDES, Florestan. As trocinhas do Bom Retiro. In FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p.193-317.

FERREIRA, Norma. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educ. Soc.** 23 (79), Ago. 2002.

FINCO, Daniela; OLIVEIRA, Fabiana de. A sociologia da pequena infância e a diversidade de gênero e de raça nas instituições de Educação Infantil. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart; 82 FINCO, Daniela (orgs.). **Sociologia da infância no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

FRANCO, Maria Ciavatta. Lidando pobremente com a pobreza: análise de uma tendência no atendimento de crianças “carentes” de 0 a 6 anos de idade. **Cad. Pesq.**, São Paulo (51): 13-32, nov. 1984.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética?. **Lua Nova**, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

GALVÃO, Taís Freire; PEREIRA, Maurício Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiol. Serv. Saúde** v.23 n.1 Brasília mar. 2014.

GARLEN, Julie C. Interrogating innocence: “Childhood” as exclusionary social practice. In: **Childhood**, 2019, Vol. 26(1) 54 –67.

GATTI, Bernadete A. Algumas considerações sobre procedimentos metodológicos nas pesquisas educacionais. **Eccos Rev. Cient.** n1. v.1 dez., 1999.

_____. A pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas, 2006. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/gatti.html>> Acesso em: 26 de maio. 2021.

_____. A construção metodológica da pesquisa em educação: desafios. **RBPAAE** - v. 28, n. 1, p. 13-34, jan/abr. 2012.

GIDDENS, Anthony. Novas regras do método sociológico. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOMES, Nilma Lino. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da lei 10.639/03. In: CANDAU, Vera; MOREIRA, Antônio Flávio (Orgs.). **Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes. Desafios da diversidade na escola. **Revista Mediações**, Londrina, v.5, n.2, p.9-28, 2000.

HEELMAN, Anette; HEIKKILA, Mia; SUNDHAL, Jeanette. ‘Don’t be such a baby!’ Competence and Age as Intersectional Co-markers on Children’s Gender. **IJEC 46**, 327–344 (2014).

HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?: Mulheres negras e feminismo**. Rosa dos Tempos; 7ª edição, 2019.

HONIG, Michael-Sebastian. How is the Child constituted in Childhood studies? In QVORTRUP, Jeans.; CORSARO, Willian. A.; HONIG, M-S. **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. London: Palgrave, 2009, p.62-77 (Versão em português: De que forma a criança é constituída nos estudos da infância?).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 148 p.: il. - (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 43).

_____. Aspectos dos cuidados das crianças de menos de 4 anos de idade: 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. – Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JAMES, Adrian. Competition or integration? The next step in childhood studies?. **Childhood-a Global Journal of Child Research - CHILDHOOD**. 17. 485-499. 10.1177/0907568209350783.

JAMES, Allison; JAMES, Adrian. **Constructing childhood**: Theory, Policy and Social Practice. New York, Palgrave Macmillan, 2004.

JENKS, C. Constituindo a criança. **Educação, Sociedade e Culturas**. Crescer e aparecer ou... para uma sociologia da infância. N. 17. Porto: Afrontamento, p.185-216, 1994.

JUNIOR, Hédio Silva. Anotações conceituais e jurídicas sobre educação infantil, diversidade e igualdade racial. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

KONSTANTONI, Kristina; KUSTATSCHER, Marlies; EMEJULU, Akwugo; SIME, Daniela. **Intersectional Childhoods and Inequalities** - Seminar Series Briefing, 2014.

LORDE, Audre. There Is No Hierarchy of Oppressions. New York: Council on Interracial Books for Children, 1983. Versão em português disponível em: <https://rizoma.milharal.org/2013/03/03/nao-existe-hierarquia-de-opressao-por-audre-lorde/> acesso em: junho/2021.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. In: **Revista española de investigaciones sociológicas**, nº 62, p. 193-244, 1993[1928].

MARCHI, Rita de Cássia. SARMENTO, Manuel. Infância, normatividade e direitos das crianças: transições contemporâneas. **Educ. Soc., Campinas**, v. 38, nº. 141, p.951-964, out.-dez., 2017

_____. A criança como ator social - críticas, réplicas e desafios teóricos e empíricos. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 12, n. 2, p. 617-637, maio/ago. 2017.

MARIANO, Carmen Lúcia Sussel. ROSEMBERG, Fúlvia. A Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança: Debates e tensões. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.693- 728, set./dez. 2010.

MAYALL, Berry. The sociology of childhood in relation to children's rights. In: **The International Journal of Children's Rights**, 8, 2000, 243–259.

MONTANDON, Cléopâtre. Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua Inglesa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, nº 112, pp. 33-59, 2001.

MOTTA, Alda Britto da ; Weller, Wivian. Apresentação: A atualidade do conceito de gerações na pesquisa sociológica. **Sociedade e Estado** (UnB. Impresso), v. 25, p. 175-184, 2010.

NADAN, Y., KORBIN, J. Cultural Context, Intersectionality, and Child Vulnerability. **Childhood Vulnerability** 1, 5–14, 2018.

NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. Reconhecimento da Sociologia da Infância como área de conhecimento e campo de pesquisa. In: FARIA, Ana Lúcia Goulart de; FINCO,

Daniela (Org.). **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011, p.37- 54.

NAZÁRIO, Roseli; PAULA, Elaine de. **Entrevistando o prof. Alan Prout através de seu texto**: "Reconsiderando a Sociologia da Infância". v. 13 n. 24 (2011): ZERO-A-SEIS(JUL./DEZ.2011).

NUNES, Míghian Danae Ferreira. Cadê as crianças que estão aqui?: o racismo (não) comeu. **Latitude**, Vol. 10, nº 2, pp. 383-423, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana. O campo dos estudos de bebês e a questão racial: o que nos apontam as pesquisas?. In: TEBET, Gabriela (org.). **Estudos de bebês e diálogos com a sociologia**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 631p.

_____. Um estudo sobre a creche: o que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial? São Carlos: UFSCar. Dissertação de Mestrado, 2004.

OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Sociologia da Infância no Brasil: quais crianças e infâncias têm sido retratadas? – **Contemporânea**, v.8, n.2, p.441- 468. Jul.-Dez. 2018.

PERSONS, Maria. Critical Play: Agency, Interdependency, and Intersectionality in an Early Childhood Classroom. *CUNY Academic Works*, 2017.

PIERUCCI, Antônio Flávio. Ciladas da diferença. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, S. Paulo, VOLUME 1(1), 1990.

PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel J. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel. **As crianças - contextos e identidades**. Portugal, Centro de estudos da criança: Editora Bezerra, p. 7-30, 1997.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p. 263 a 274.

PRADO, Renata Lopes Costa *et al.* Ética na pesquisa com crianças: uma revisão da literatura brasileira das ciências humanas e sociais. **Childhood & philosophy**, vol. 14, núm. 29, 2018.

PREZENSKY, Bruno C. PREZENSZKY, B. C. Coerência Interna em Pesquisas em Psicologia e Contribuições à Educação: análise da produção no período de 2011-2015 no periódico Psicologia Escolar e Educacional. 122f. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos, 2017.

_____. MELLO, Roseli Rodrigues de. Pesquisa bibliográfica em educação: análise de conteúdo em revisões críticas da produção científica em educação. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1569-1595, out./dez. 2019.

PROUT, Alan; JAMES, Alison. A new paradigm for the sociology of childhood?: provenance, promise and problems. In: _____. **Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood**. London: Routledge, 1997. p. 7-33.

PUNCH, Samantha. Cross-world and cross-disciplinary dialogue: A more integrated, global approach to childhood studies. **Global Studies of Childhood**. 2016;6(3):352-364.

_____. Reconsiderando a nova sociologia da infância. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010.

QVORTRUP, Jens. Crescer na Europa. Horizontes actuais dos estudos sobre infância e juventude. **A infância na Europa: um novo campo de pesquisa social**. (Childhood in Europe: a New Field of Social Research. In CHISHOLM, Lynne; KRÜGER, P.; du BOIS-RAYMOND, M. (Eds.) Growing up in Europe. Berlin/New York: De Gruyter, 1995, p.7-19).

_____. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa, São Paulo**, v. 36, n.2, p. 631-643, maio/ago. 2010a.

_____. A tentação da diversidade e seus riscos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, out.-dez. 2010b.

_____. Nove teses sobre a “infância como um fenômeno social”. **Pro-Posições**, Campinas, v. 22, n. 1 (64), p. 199-211, jan./abr. 2011.

_____. A dialética entre a proteção e a participação. **Currículo sem fronteiras**. Vol.15, n.1, Jan./Abr., 2015, p.11-30.

RENDO, Alicia Devalle de; VEGA, Viviana. **Una escuela en y para la diversidad: el entramado de la diversidad**. Buenos Aires: Aique, 2006.

RIZZINI, Irene. Infância e globalização: análise das transformações econômicas, políticas e sociais. **Arq. bras. psicol.** v.58 n.2 Rio de Janeiro dez. 2006.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.

ROMANOVSKI, Joana; ENS, Romilda. As pesquisas denominadas “estado da arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 7-40, julho, 1999.

_____. Criança pequena e desigualdade social no Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar de. **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. São Paulo : Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT, 2012.

_____. Educação Infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. **Cadernos de Pesquisa**, v.44 n.153 p.742-759 jul./set. 2014.

SALVADOR, Ângelo Domingos. **Métodos e técnicas de pesquisa bibliográfica**. 7ª ed. rev. Amp. Porto Alegre, Sulina/1978.

SARMENTO, Manuel Jacinto. As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade. In SARMENTO, Manuel Jacinto; CERISARA, Ana Beatriz. **Crianças e miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto, Portugal: Edições ASA, 2004, p. 9-34.

_____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

_____. Sociologia da infância: correntes e confluências. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais, Revista O Social em Questão. **Revista da PUC-Rio de Janeiro**, XX, nº21, 2008 (15-30).

_____; MARCHI, Rita de Cássia. Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica. **Configurações [Online]**, 4 | 2008.

_____. Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceituais. **Revista O Social em Questão. Revista da PUC-Rio de Janeiro**, XX, nº21, 2009 (15-30).

SCALON, Celi. Desigualdade, pobreza e políticas públicas: notas para um debate. **Contemporânea**. São Carlos, n. 1, p. 49-68, Jan.–Jun. 2011.

SESIUK, Patricia. Oferta e acesso à creche pública em Curitiba: a construção da desigualdade social. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná, 2019.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Companhia de bolso, 2010.

SIROTA, Régine. Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 112, pp. 7-31, 2001.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas intersecções entre gênero e classe social no Brasil. **Cad. Pesqui.** 43 (149), Ago. 2013.

SPYROU, Spyros. **Disclosing childhoods: research and knowledge production for a critical childhood studies** (Studies in Childhood and Youth). Palgrave Macmillan; 1st ed. 2018.

STROMPOLIS, Melissa *et al.* The intersectionality of adverse childhood experiences, race/ethnicity, and income: Implications for policy. **Journal of Prevention & Intervention in the Community**, 47:4, 310-324, 2019.

TEBET, Gabriela Guarnieri de C. Isto não é uma criança! Teorias e métodos para o estudo de bebês nas distintas abordagens da Sociologia da Infância de língua inglesa. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

THORNE, Barrie. Theorizing age and other differences. **Childhood**. 2004; (4):403-408. *Children's Geographies* 10(3):249-264.

TISDALL, E. Kay M.; PUNCH, Samantha. Not so 'new'? Looking critically at childhood studies. **Children's geographies**, 2012.

TOMÁS, Catarina. "Participação não tem idade": Participação das crianças e cidadania da infância. **Revista Contexto**, Educação, 22(78), 45–68, 2007.

TREVISAN, Gabriela de Pina. "Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós." Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codificação das crianças na escola e na cidade. Tese (Doutorado) – Instituto de Educação, Universidade do Minho, Braga, Portugal, 2014.

TRINIDAD, Cristina Teodoro. Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços de educação infantil. Tese de Doutorado, PUC-SP, 2011.

UNICEF. O impacto do racismo na infância. *Biblioteca do Comum*, 2010.

VOLTARELLI, Monique. Da margem ao centro: a visibilidade das crianças sul americanas nos estudos da infância. **Serviço Social Em Debate**, 3(1), 2020.

VOSGERAU, Dilmeire S. R.; ROMANOWSKI, Joana P. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, jul. 2014.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. In: **Sociedade e Estado**, v. 25, p. 205-224, 2010.

WITTER, Geraldina. P.; PASCHOAL, Giovana. A. Produção Científica na Área Educacional: Realização Acadêmica na Adolescência. **Psicologia em pesquisa**, Juiz de Fora, v. 4, n. 2, p. 135-143, 2010.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

ZÁRATE, Maria-Rodó. Who else are they? Conceptualizing intersectionality for childhood and youth research. **Children's Geographies**, 15:1, 23-35, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – LISTA DOS TEXTOS ENCONTRADOS EM LÍNGUA INGLESA NA PLATAFORMA *GOOGLE SCHOLAR*

GOOGLE SCHOLAR		
(Childhood and Intersectionality)		
Título	Autores/as	Ano
Intersectionality and other challenges to theorizing childhood	Leena Alanen	2016
When intersectionality met childhood studies: the dilemmas of a travelling concept	Kristina Konstantoni; Akwgo Emejulu	2016
The intersectionality of adverse childhood experiences, race/ethnicity, and income: Implications for policy	Melissa Stropolis; Whitney Tucker; Elizabeth Crhouch; Elizabeth Radcliff	2019
Who else are they? Conceptualizing intersectionality for childhood and youth research	Maria Rodó de Zaráte	2016
Intersectionality and Difference in Childhood and Youth: Global Perspectives	Nadia Von Benzon; Catherine Wilkinson	2019
Critical Play: Agency, Interdependency, and Intersectionality in an Early Childhood Classroom	Maria Persons	2017
Intersectionality of identity in children: A case study Inclusion in Vietnam: An intersectionality perspective on girls with disabilities and education	K. Ecklund; Xuan-Thuy Nguyen; Claudia Mitchell	2012
‘Don’t be Such a Baby!’ Competence and Age as Intersectional Co-markers on Children’s Gender	Anette Hellman, Mia Heikkilä; Jeanette Sundhall	2015
Cultural Context, Intersectionality, and Child Vulnerability	Yochay Nadan; Jill Korbin	2018
Leadership in early childhood: Gender and age intersectionality	F. Ulfah, H. Yulindrasari, V. Adriany	2019

Fonte: A autora, 2021.

APÊNDICE 2 – LISTA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SELECIONADAS NA REVISÃO SISTEMÁTICA

Base	Título	Palavras-chave	Autores/as	Ano
SciELO	Descolonizando as pesquisas com crianças e três obstáculos	Infância, Pesquisa com crianças, Pensamento Crítico, Estudos Pós-Coloniais.	Anete Abramowicz; Tatiane Consentino Rodrigues	2014
SciELO	“Não é nenê, ela é preta”: Educação Infantil e pensamento interseccional	Intersecção; Racismo; Relações de Gênero; Creche; Sociologia da Infância	Flávio Santiago	2020
SciELO	Educação infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade	Igualdade; diversidade; educação infantil; relações raciais	Fúlvia Rosemberg	2014
SciELO	Relações de idade e geração na Educação Infantil: ou <i>porque é bem mais melhor a gente ser grande</i>	Educação Infantil; Idade; Geração; Culturas infantis	Patrícia Dias Prado	2013
Educ@ Scielo	Acolhimento ancestral e inquietações feministas negras à educação de bebês e crianças pequenas em creches e pré-escolas.	Ubuntu; Feminismo negro; Relações raciais e de gênero; Infâncias; Educação Infantil	Pereira, Artur Oriel, Santiago, Flávio and Souza, Ellen Gonzaga de Lima	2018
SciELO	Direitos da infância em contextos de necessidades humanitárias: fatores de risco e demandas educativas	Direitos Humanos; Pobreza Infantil; Situação humanitária; Fatores de Risco; Demandas Educativas; Intersetorialidade	Ana Maria Eyng; João Casqueira Cardoso	2020
Educ@ Scielo	Expansão da Educação Infantil e processos de exclusão	Relações de gênero, relações raciais, formação de professores	Fúlvia Rosemberg	1999
Educ@ Scielo	Raça e gênero na educação básica: pesquisando ‘com’ crianças	estudos culturais, educação básica, representações estereotipadas, raça, gênero	Bianca Salazar Guizzo; Maria Angélica Zubarán; Dinah Quesada Beck	2017
Educ@ Scielo	Infâncias, cidade e relações		Maria Tereza Goudard Tavares	2020

	intergeracionais na vida cotidiana	direito à cidade; infâncias; natalidade; relações intergeracionais; hospitalidade.		
BDTD (Dissertação)	Mas eu não falo a língua deles!: as relações sociais de bebês num contexto de educação infantil	Bebês; Relações sociais; Educação Infantil	Rosinete Valdeci Schmitt	2008
BDTD (Dissertação)	Relações sociais na educação infantil: dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero	Educação Infantil; Relações sociais; Dimensão Étnico-racial; Dimensão corporal; Relações de gênero	Eduarda Souza Gaudio	2013
BDTD (Dissertação)	Amigues : um estudo interseccional das práticas de amizade entre as crianças pequenas na educação infantil	Amizade; interseccionalidade; crianças pequenas; pré-escola; cultura infantil	Artur Oriel Pereira	2020
BDTD (Dissertação)	“Atira no coração dela” : corpos e scripts de gênero na educação infantil	Infâncias; Educação Infantil; Corpo; Gênero; Violência	Michele Lopes Leguiça	2019
BDTD (Dissertação)	Por uma abordagem antropológica da infância e da deficiência : duas categorias sob o olhar de um antropólogo	Antropologia da Infância e da Criança; Estudos da Deficiência; Teoria Queer; Noções de infância.	André Filipe Justino	2017
BDTD (Dissertação)	O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011)	Educação Infantil. Creche. Criança pequena. Dados quantitativos. Análise estatística.	Cintia Moure de Almeida Antonio	2013
BDTD (Dissertação)	Desejo, diferença e sexualidade na educação infantil : uma análise da produção dos sujeitos nas práticas escolares	Diferença de sexo; educação infantil; desejo; escola; sexualidade; infância; prática pedagógica	Renata Pimenta Domingues	2007
BDTD (Dissertação)	Corporalidades De Meninas E Meninos Na Educação Infantil: Normatividades E (Re)Significações De Gênero	Educação infantil; gênero; sociologia da infância; corporalidades; culturas infantis	Laura Tereza de Sa e Benevides	2018

BDTD (Dissertação)	Performatividade de gênero na infância em uma escola da periferia de São Paulo	Antropologia da criança; performatividade de gênero; escola; periferia	João Rodrigo Vedovato Martins	2016
BDTD (Tese)	Crianças pequenininhas e a luta de classes	Lactentes; creches; cultura infantil; divisão sexual do trabalho; educação emancipadora	Elina Elias de Macedo	2016
BDTD (Tese)	Cuidar: relações sociais, práticas e sentidos no contexto da Educação Infantil	Cuidado; Educação Infantil; Bebês; Pedagogia	Erica Dumont Pena	2015
BDTD (Tese)	Eu quero ser o sol! : (re) interpretações das intersecções entre as relações raciais e de gênero nas culturas infantis entre crianças de 0 à 3 anos em creche	Cultura infantil; sociologia da infância; racismo; creches; crianças pequenininhas; identidade de gênero	Flávio Santiago	2019
BDTD (Tese)	Mandingas da infância: as culturas das crianças pequenas na escola municipal Malê Debalê, em Salvador (BA)	Crianças negras; sociologia da infância; raça; educação infantil; etnografia	Mighian Danae Ferreira Nunes	2017
BDTD (Tese)	Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da educação infantil		Patricia Dias Prado	2006
BDTD (Tese)	E quando o assunto é política pública, quem são os bebês e as crianças bem pequenas nas questões de gênero?	Bebês; Gênero; Infância; Políticas Públicas; Cidade	Djenane Martins Oliveira	2019

APÊNDICE 3 – LISTA DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS INCLUÍDAS APÓS A REVISÃO SISTEMÁTICA

Título	Palavras-chave	Autores/as	Ano
Sociologia da infância, raça e etnografia: Intersecções possíveis para o estudo das infâncias brasileiras	Sociologia da infância, Etnografia, Raça, Infância negra.	Míghian Danae Ferreira Nunes	2015
Feminismo, culturas infantis, gênero e raça: uma reflexão sobre ser menina negra	Pré-escola, Menina negra, Racismo, Relações de gênero, Culturas infantis	Raíssa Francisco Santos	2018
Geração e classe social na análise de culturas infantis: marcas de alteridade e desigualdade	Creche, Pré-escola, Brincadeira	Deise Arenhart	2015
Educação Infantil, classe, raça e gênero	Relações de Gênero, Relações Raciais, Classe Social, Educação Pré-Escolar, Dados Estatísticos, Oportunidades Educacionais	Fúlvia Rosemberg	2013

APÊNDICE 4 – MODELO DE FICHA DE APONTAMENTO

Cabeçalho	Palavras-chave				
	Intersecção	Racismo	Relações de gênero	Creche	Sociologia da Infância
Referência bibliográfica	SANTIAGO, Flavio. “Não é nenê, ela é preta”: educação infantil e pensamento interseccional. Educação em Revista , Belo Horizonte, 2020.				
Comentários	Trata-se de um artigo elaborado a partir dos dados da pesquisa de doutorado do autor. A pesquisa tem metodologia etnográfica e é realizada com crianças de 0 a 3 anos em uma instituição pública de Educação Infantil. São consideradas as categorias de idade, classe social, raça e gênero em intersecção, e os resultados apontam para a reprodução de hierarquias das estruturas racistas e patriarcais, aponta para o fato de que as crianças são produzidas pela cultura, mas também são produtoras de cultura.				

Fonte: A autora (2021) com base no modelo de Salvador (1978).

**APÊNDICE 5 – FICHAS DETALHADAS DOS TRABALHOS SELECIONADOS
PARA ORGANIZAÇÃO DAS CATEGORIAS DE ANÁLISE:
DISSERTAÇÕES, TESES E ARTIGOS**

CASTELLI, Carolina Machado. “Agora quando eu olho pra ele, ele sorri pra mim, porque a gente começou a ser amigo”: o que fazem juntos bebês e crianças mais velhas em uma escola de Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas, 2015.				
Orientador/a: Ana Cristina Coll Delgado.				
Palavras-chave				
Bebês	Crianças	Educação Infantil	Relações multietárias	Currículo
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as relações estabelecidas entre bebês e crianças mais velhas em uma instituição da Educação Infantil.		Pesquisa etnográfica em uma instituição de Educação Infantil, pesquisa com as crianças na perspectiva de Berry Mayall.		Foi identificada a importância e o impacto das diferenças culturais e sociais para as relações estabelecidas entre as crianças. A pesquisa defende a importância de turmas multisseriadas/intersubgeracionais.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos da Criança, Sociologia da Infância, Antropologia da Criança, Psicologia Cultural e História da Infância			Articula as categorias de gênero, raça e geração (infância/bebês).	

SCHMITT, Rosinete Valdeci. “Mas eu não falo a língua deles!”: As relações sociais de bebês num contexto de Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.				
Orientador/a: Eloísa Acires Candal Rocha.				
Palavras-chave				
Bebês	Relações Sociais	Educação Infantil		
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Analisar as relações sociais com os bebês e entre os bebês, considerando as dimensões de gênero, classe social, etnia e geração.		Pesquisa etnográfica em uma instituição de Educação Infantil, com bebês e professoras. Também foi realizada entrevista com as profissionais da instituição e um levantamento da produção científica sobre os bebês.		A agência dos bebês é perpassada pelo contexto, que pode favorecer ou restringir sua atuação individual ou coletiva na instituição.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Sociologia da Infância, Antropologia da Criança, Psicologia, Pedagogia da Infância e Filosofia da Linguagem.			Os bebês, sujeitos da pesquisa, são compreendidos como pessoas situadas em um contexto social, racial, de gênero, geração e idade.	

GAUDIO, Eduarda Souza. Relações sociais na Educação Infantil: Dimensões étnico-raciais, corporais e de gênero. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.				
Orientador/a: Eloísa Acires Candal Rocha.				
Palavras-chave				
Educação Infantil	Relações Sociais	Dimensão étnico-racial	Dimensão corporal	Relações de gênero
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as relações sociais entre as crianças e com adultos em relação às diferenças étnico-raciais em uma instituição de Educação Infantil.		Observação participante, com o recurso de registro fotográfico e caderno de campo.		A presença da ordem institucional adulta como reguladora das ações e relações das crianças e o impacto da aparência física, das diferenças étnico-raciais e de gênero nas dimensões corporais vividas pelas crianças.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos Sociais da Infância, Estudos sobre relações étnico-raciais no Brasil			Articula as categorias de gênero, raça e etnia.	

PEREIRA, Artur Oriel. Amigues: Um estudo interseccional das práticas de amizade entre as crianças pequenas. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, 2020.				
Orientador/a: Ana Lúcia Goulart de Faria.				
Palavras-chave				
Amizade	Interseccionalidade	Crianças pequenas	Pré-escola	Culturas infantis
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Compreender como as crianças articulam suas amizades nas intersecções de raça, gênero e idade em uma instituição de Educação Infantil (pré-escola).		Pesquisa etnográfica com crianças em uma instituição de Educação Infantil. Uso do caderno de campo como instrumento metodológico.		A dimensão que as identidades possuem nas culturas infantis e nas relações de amizades, são perpassadas pelas intersecções de marcadores sociais. Identificou-se a ação das crianças na construção de sentidos próprios da cultura infantil.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Pedagogia da Infância, Sociologia da Infância e Feminismo Negro/Interseccionalidade.			Utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica em uma pesquisa da área de Educação Infantil.	

LEGUIÇA, Michele Lopes. “Atira no coração dela!”: Corpos e scripts de gênero na Educação Infantil. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.				
Orientador/a: Jane Felipe de Souza.				
Palavras-chave				
Infâncias	Educação Infantil	Corpo	Gênero	Violência
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as relações estabelecidas entre bebês e crianças mais velhas em uma instituição da Educação Infantil.		Identificar e compreender como os <i>scripts</i> de gênero são construídos e constituídos na infância.		A escola reproduz desigualdades de gênero, mas também de raça e classe. A organização sob a ótica adultocêntrica contribui para a disciplinarização dos corpos.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos de Gênero, Estudos Culturais, Perspectiva pós-estruturalista.			Observa as intersecções que contribuem para a construção dos scripts de gênero e das posições de desigualdade.	

FILIPE, André Justino. Por uma abordagem antropológica da infância e da deficiência: duas categorias sob o olhar de um antropólogo. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2017.				
Orientador/a: Andréa de Souza Lobo.				
Palavras-chave				
Antropologia da Infância e da Criança	Estudos da Deficiência	Teoria queer	Noções de infância	
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar e refletir sobre as concepções de infância em pesquisas etnográficas, a partir do modelo social de deficiência dos anos 60 e 70.		Pesquisa de cunho teórico.		Traçados os percursos históricos e as trajetórias sociais das crianças e das pessoas com deficiência, observou que ambos os grupos encontraram-se historicamente em posições de subalternidade, apontando para a necessidade de desnaturalizar as desigualdades e opressões.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Epistemologias feministas e teoria <i>queer</i> .			Articula as categorias de infância e deficiência. O conceito de interseccionalidade é uma ferramenta analítica utilizada.	

ANTÔNIO, Cintia Moura de Almeida. O que dizem os números sobre as crianças matriculadas nas creches brasileiras (2007/2011). Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, 2013.				
Orientador/a: Fernanda Muller.				
Palavras-chave				
Educação Infantil	Creche	Criança pequena	Dados quantitativos	Análises estatísticas
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Analisar os dados sobre as crianças que frequentam creche no Brasil entre os anos de 2007 e 2011.		Método estatístico para coleta e análise em bancos de dados.		Identificada a necessidade de ampliar a oferta para crianças pequenas, sendo baixo atendimento para esse grupo, especialmente os que possuem menor renda.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
			O artigo busca identificar se as dimensões de gênero, raça e condição socioeconômico possuem impacto na oferta de crianças de 0 a 3 anos às creches no Brasil.	

DOMINGUES, Renata Pimenta. Desejo, diferença e sexualidade na educação infantil: uma análise da produção dos sujeitos nas práticas escolares. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.				
Orientador/a: Nádia Geisa de Souza.				
Palavras-chave				
Diferenças	Desejo	Educação Infantil	Sexualidade	Infância
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar e perceber como as diferenças são vividas e como os sujeitos da instituição lidam com elas.		Pesquisa intervenção em uma instituição de Educação Infantil. Cartografia também foi utilizada como instrumento metodológico.		Identificou-se que as diferenças, nesse contexto, são percebidas como problemas, erros ou desvios. Nesse sentido, há embates de poder, resistência e linhas de fuga por parte das crianças, famílias e educadores.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Deleuze e Guattari na perspectiva da diferença.			As diferenças são percebidas em caráter relacional, portanto, em relação umas com as outras.	

INOUE, Laura Tereza de Sá e Benevides. Corporalidades De Meninas E Meninos Na Educação Infantil: Normatividades E (Re)Significações De Gênero. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Paulo, 2018.				
Orientador/a: Daniela Finco.				
Palavras-chave				
Educação Infantil	Gênero	Sociologia da Infância	Corporalidades	Culturas Infantis
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Compreender os processos de construção social de gênero e o modo como as crianças ressignificam.		Pesquisa etnográfica com crianças em uma instituição pública de Educação Infantil.		Identifica as normatividades de gênero presentes no contexto da instituição e nos corpos das meninas e meninos (roupas, acessórios). Identifica que a valorização da autonomia possibilita momentos em que as crianças subvertem essa lógica.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Sociologia da Infância, Estudos feministas, Estudos de gênero e Estudos do corpo.			Articula as categorias de gênero e raça.	

MARTINS, João Rodrigo Vedonato. Performatividade de gênero na infância em uma escola da periferia de São Paulo. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.				
Orientador/a: Sônia Weidner Maluf.				
Palavras-chave				
Antropologia da criança	Performatividade de gênero	Escola	Periferia	
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as crianças performam gênero e vivem essas identidades em uma instituição pública de Educação Infantil.		Pesquisa etnográfica com crianças em uma instituição pública de Educação Infantil.		Nesse contexto etnográfico, as próprias crianças explicitaram elementos articulados com categorias de gênero que eram constituidores de suas identidades e experiências sociais enquanto sujeitos: caso do funk e do universo do crime em intersecção com a periferia (raça, etnia e nacionalidade).
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos feministas e Estudos de gênero.			Articula as categorias de gênero com aspectos culturais e sociais.	

MACEDO, Elina Elias de. Crianças pequeninhas e a luta de classes. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2016.				
Orientador/a: Ana Lúcia Goulart de Faria.				
Palavras-chave				
Bebês	Creche	Culturas Infantis	Divisão sexual do trabalho	Educação emancipadora
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar como os bebês são estudados no campo da pedagogia em relação à sua condição de infância e de classe social.		Pesquisa qualitativa, em diálogo com campos teóricos e pesquisa de teses e dissertações.		As análises apontam para as polêmicas categorias: a divisão sexual do trabalho, a infância como minoria e as culturas infantis. Discute o adultocentrismo e a relação desigual de poder entre homens e mulheres, entre adultos/as e bebês/ crianças pequeninhas e assim pretende contribuir para a reflexão sobre uma educação emancipadora comprometida com a resistência ao sistema capitalista desde o nascimento.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Pedagogia, Ciências Sociais, Sociologia da Infância e Pedagogia da Infância.			Busca analisar intersecção entre infância, classe e raça.	

NUNES, Mighian Danae Ferreira. Mandingas da infância: as culturas das crianças pequenas na escola municipal Malê Debalê, em Salvador (BA). Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2017				
Orientador/a: Maria Letícia Nascimento.				
Palavras-chave				
Crianças negras	Sociologia da Infância	Raça	Educação Infantil	Etnografia
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Compreender a ação social das crianças negras em um contexto marcado à normas de gênero, raça e geração.		Pesquisa etnográfica com crianças em uma instituição pública de Educação Infantil.		Identifica que embora as crianças negras vivam sua cultura, tanto meninos quanto meninas são submetidos às normas de raça, gênero e idade.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Sociologia da Infância, Estudos Sociais da Infância, Estudos decoloniais, sobre antirracismo e interseccionalidade.			Articula as categorias de gênero, raça e geração. Utiliza interseccionalidade como ferramenta analítica.	

PRADO, Patrícia Dias. Contrariando a idade: condição infantil e relações etárias entre crianças pequenas da educação infantil. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, 2006.		
Orientador/a: Neusa Mendes de Gusmão.		
Palavras-chave		
OBJETIVO	METODOLOGIA	RESULTADOS
Identificar e compreender as relações de idade em um contexto de Educação Infantil, e a produção de culturas infantis.	Pesquisa etnográfica com crianças em uma instituição pública de Educação Infantil.	O centro das preocupações nesta investigação, portanto, refere-se à necessidade de ampliação do conceito de infância para além das concepções teóricas da psicologia do desenvolvimento infantil, no campo do conhecimento das Ciências Sociais, em especial, na Antropologia, articulada às produções brasileiras e italianas no campo da Educação Infantil, para além de um recorte etário, em espaços privilegiados de relações diversas (de classe, de etnia, de gênero, etc.) entre crianças da mesma idade e de idades diferentes e suas implicações na construção de uma Pedagogia da Educação Infantil que conheça quem são as crianças e o que elas estão produzindo para além das determinações etapistas e delimitações cronológicas impostas, contrariando a idade
REFERENCIAL TEÓRICO		RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA
Sociologia da Infância, Estudos feministas, Estudos de gênero e Estudos do corpo.		Aponta para a necessidade de considerar mais de uma categoria social relacional.

OLIVEIRA, Djenane Martins. E quando o assunto é política pública, quem são os bebês e as crianças bem pequenas nas questões de gênero?. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2019.				
Orientador/a: Marcia Aparecida Gobbi.				
Palavras-chave				
Bebês	Gênero	Infância	Políticas Públicas	Cidade
OBJETIVO	METODOLOGIA		RESULTADOS	
Analisar as políticas públicas para bebês e crianças bem pequenas, a fim de compreender como os espaços normalizam as questões de gênero.	Pesquisa qualitativa, análise de políticas públicas.		Embora o foco seja gênero, menciona os marcadores de classe e raça.	

REFERENCIAL TEÓRICO	RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA
Sociologia da Infância, Sociologia, Pedagogia e História.	Utiliza a interseccionalidade como ferramenta analítica.

ABRAMOWICZ, Anete. RODRIGUES, Tatiane Consentino. Descolonizando a pesquisa com crianças e três obstáculos. Educ. Soc. 35 (127), Jun 2014.				
Palavras-chave				
Infância	Pesquisa com crianças	Pensamento crítico	Estudos pós-coloniais	
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Debater as possibilidades de descolonizar pesquisas com crianças para além da lógica capitalista.		Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico.		É necessário adotar uma perspectiva descolonizadora para pensar também na descolonização das crianças e das pesquisas.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Sociologia da Infância, Estudos decoloniais.			Articula as diferenças culturais, étnicas, raciais e de gênero/sexualidade.	

SANTIAGO, Flávio. “Não é nenê, ela é preta”: Educação Infantil e pensamento interseccional. Educ. rev. 36, 2020.				
Palavras-chave				
Intersecção	Racismo	Relações de gênero	Creche	Sociologia da Infância
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as intersecções de gênero, raça, idade e classe social em uma instituição de Educação Infantil com crianças de 0 a 3 anos.		Trata-se de uma pesquisa de cunho etnográfico com crianças em uma instituição pública de Educação Infantil.		A interseccionalidade constitui uma ferramenta fundamental para desvelar as interações entre as relações de poder que marcam a vida de bebês e crianças bem pequenas.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Sociologia da Infância, Estudos Sociais da Infância, Estudos feministas, Estudos étnico-raciais, interseccionalidade.			Utiliza a interseccionalidade como ferramenta de análise.	

ROSEMBGER, Fúlvia. Educação Infantil e relações raciais: a tensão entre igualdade e diversidade. Cad. Pesqui. 44 (153) • Set 2014				
Palavras-chave				
Igualdade	Diversidade	Educação Infantil	Relações raciais	
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Busca tensionar os conceitos de igualdade, desigualdade e diversidade e suas implicações para a Educação Infantil brasileira.		Trata-se de uma pesquisa de cunho teórico.		Necessidade de monitorar as políticas públicas de atendimento à Educação Infantil à luz das relações raciais.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Nancy Fraser e Antônio Flávio Pierucci.			Tensiona as relações entre raça, idade e etnia.	

PRADO, Patrícia Dias. Relações de idade e geração na Educação Infantil: ou <i>porque é bem mais melhor ser gente grande</i> . Pro-Posições v. 24, n. 1 (70) p. 139-157 jan./abr. 2013.				
Palavras-chave				
Educação Infantil	Idade	Geração	Culturas Infantis	
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Identificar as relações de idade e geração entre crianças pequenas e professoras de umas instituição de Educação Infantil.		Trata-se de uma pesquisa etnográfica		Foi possível observar que as crianças desconstruíram preconceitos fundados no individualismo e autoritarismo, especialmente os grupos multietários.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos sobre gerações, Sociologia da Infância, Estudos da Infância.			Aponta a necessidade de considerar a intersecção com outras categoriais sociais.	

PEREIRA, Artur. SANTIAGO, Flávio. SOUZA, Ellen Gonzaga Lima. UBUNTU: ACOLHIMENTO ANCESTRAL E INQUIETAÇÕES FEMINISTAS NEGRAS À EDUCAÇÃO DE BEBÊS E CRIANÇAS PEQUENAS EM CRECHES E PRÉ-ESCOLAS. Revista Teias, 2018.				
Palavras-chave				
Ubuntu	Feminismo negro	Relações raciais e de gênero	Infâncias	Educação Infantil
OBJETIVO		METODOLOGIA		RESULTADOS
Discutir as relações entre raça e gênero na Educação Infantil.		Pesquisa de cunho teórico.		Reitera a importância de trabalhar com os aportes teórico descolonizadores.
REFERENCIAL TEÓRICO			RELAÇÃO AOS OBJETIVOS DESTA PESQUISA	
Estudos interseccionais, feminismo negro.			Intersecções entre gênero e raça.	